



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO TEMPORÁRIA NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, COM O OBJETIVO DE ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS À EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL RELACIONADA AO CORONAVÍRUS (COVID-19)

EM: 15.04.2020

INÍCIO: 14h23min

PRESIDENTE: SR. EZEQUIEL NEIVA

VICE-PRESIDENTE: SR. CHIQUINHO DA EMATER

RELATOR: SR. DR. NEIDSON

MEMBRO: SR. JAIR MONTES

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Temporária, no âmbito da Assembleia Legislativa, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução

orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Aos 15 dias do mês de abril de 2020, registrando a presença dos senhores deputados: Deputado Dr. Neidson, Deputado Jair, Deputado Chiquinho da Emater. Temos alguns deputados que estão no interior, que estão na sessão do link, participando também da nossa reunião. Registrando a presença dos senhores Secretários Júnior da Casa Civil; Secretário Márcio, que é o Superintendente de Licitações do Estado de Rondônia; Secretário Dr. Fernando Máximo, nosso Secretário de Saúde; Dr. Maxwell, Procurador do Estado; a Dra. Flora também está ali. Temos o Sanchez e mais alguns Assessores da Casa Civil, da Secretaria de Saúde.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Deputado Ezequiel, Presidente, não seria bom o Secretário de Saúde ficar aí, para poder responder?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Nós temos só o problema do espaçamento aqui, Deputado Chiquinho. Eu acho que se acertar aqui, dá para... Eu acho que o Fernando ficou muito lá atrás. Pode ficar mais próximo aqui, até porque ele vai ser o mais questionado.

O SR. JAIR MONTES - Vamos botar o Chefe da Casa Civil aqui e a Supel lá. O Chefe da Casa Civil aqui.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - É. Vamos fazer isso então, Márcio. Júnior, por favor, venha cá.

Nós vamos iniciar aqui a nossa reunião e, logo em seguida, eu já passarei o aparte para os deputados para fazer as perguntas que foram selecionadas para fazer ao Secretário Fernando, ao Júnior e também ao Márcio. Nós temos o Ofício aqui, Secretário Fernando, o Júnior e Maxwell e a Assessoria da Saúde, que foi encaminhado à Secretaria no dia, exatamente, no dia 25 de março, solicitando algumas informações. E esta Comissão foi justamente criada, como eu disse no início, para fiscalizar a execução orçamentária e fiscal dos gastos que por ora seriam efetuados na nossa Secretaria Estadual de Saúde, em virtude da pandemia do Covid-19. E, à época, foi questionada a avaliação de necessidade de suplementação, na verdade, foi feita a pergunta solicitando o montante de recursos financeiros disponíveis para financiar as ações do Covid-19. Foi pedido também um relatório das ações que estão sendo executadas em combate à pandemia do Covid-19, o âmbito do Estado de Rondônia, em especial a aquisição de equipamentos hospitalares. Foi perguntado também o motivo da revogação do Decreto 24.889/2020, que trata da nomeação de candidatos aprovados em concurso público, exclusivamente da Secretaria do Estado da Saúde - SESAU. E foi pedido também relatório de repasse de recursos aos municípios do Estado de Rondônia, a previsão de quantitativo, EPI, etc. E a previsão de recebimento de recurso.

Você tem esse documento, Fernando, em mãos?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Boa tarde, Deputado; boa tarde Deputado Ezequiel, Presidente. Cumprimento a todos os deputados presentes, Deputado Jair Montes, Deputado Cirone, Deputado Dr. Neidson, Deputado Chiquinho. Cumprimento a todos os servidores da Assembleia Legislativa, servidores da Sesau, Chefe da Casa Civil.

Presidente, eu, de antemão, peço perdão por não ter respondido os documentos. Nós montamos um Comitê, do qual fazem parte a Agevisa, a Dra. Ana Flora está aqui, o Major Sanchez. E todos os documentos relacionados à Covid, que chegam à Sesau, estavam sendo dirigidos para esse Comitê. E foi recebido no Comitê, mas não se percebeu que era da Assembleia, não se deu a importância que deveria dar como teria dado se tivesse lá na Sesau como a gente sempre faz: pegou, a gente dá prioridade para tentar responder e devolver. Como foi criado esse Comitê fora da Sesau, num gabinete de crise lá, que participam a Defesa Civil, representado pelo Major Sanchez aqui, a Dona Flora da Agevisa e outras entidades, acabou que não deu a importância devida, não foi um foi visto esse documento lá como seria visto na Sesau para a gente poder responder. Então, eu peço perdão. Foi realmente uma falha de fluxo. Mas agora, depois desse problema, nós já orientamos que todo documento que mesmo que chegue ao Comitê, sendo da Covid, se for da Assembleia Legislativa, que volta para Sesau para que a gente possa fazer uma resposta a contento e tempestivamente devolver para a Assembleia Legislativa. Foi realmente uma falha de fluxo por causa do momento da epidemia, porque criou esse gabinete de crise e mudou um pouquinho essa situação.

Tive conhecimento hoje do documento, agora a pouco, na verdade, dos documentos enviados. E aí a gente pode começar, então, a responder as perguntas. Eu vou começar com uma que o senhor comentou agora.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Só por Questão de Ordem, Presidente. Tem como o senhor pedir para o *staff* disponibilizar uma cópia desse documento dessas perguntas para nós aqui? Por gentileza.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Pedir para tirar umas cópias agora.O Lucas já vai providenciar lá, Deputado Cirone. Doutor Fernando, ok. O senhor vai respondendo e, no meio das suas respostas, o deputado que quiser pedir uma parte, uma Questão de Ordem, nós estaremos fazendo algumas indagações ao senhor. Eu gostaria que Vossa Excelência respondesse, é claro, uma a uma, e no intervalo das perguntas, a gente estará fazendo alguns questionamentos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Deputado Ezequiel, o Deputado Fúria estava também *on-line*. Ele pode também querer fazer alguma pergunta também.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Claro, o Deputado Fúria e o Deputado Jhony...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - E quem estiver, o Deputado Jhony... Quem estiver aí. Pode ficar à vontade.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Pode começar?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Pode começar.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Então, algumas perguntas, a maioria não vou ser eu quem vai responder, vai ser a nossa parte, a nossa assessoria técnica que está aqui, que tem mais propriedade com os números, etc. Mas o senhor comentou agora sobre recursos para os municípios. O Estado recebeu até agora R\$ 9 milhões do Governo Federal, dos quais três milhões e meio deveriam ser realmente destinados aos municípios e os demais cinco milhões e meio ficariam a critério do Estado. Como os municípios estão passando por dificuldades financeiras, com dificuldades inclusive de compra de materiais, de equipamentos de proteção individual, e os municípios, são eles que atendem primeiro os pacientes, lá na ponta, o Governo resolveu repassar esses cinco milhões e meio para que fossem distribuídos de forma *per capita* para os municípios, para que eles pudessem ter um pouco mais de condições de atender então os pacientes aí com Covid.

Segundo: o Estado recebeu quatro remessas de equipamentos de proteção individual do Governo Federal e essas quatro remessas também - a última foi ontem, que foi repassado -, mas essas quatro remessas que nós temos aqui, os quantitativos de todas elas, foi num total de máscaras cirúrgicas... Até agora um total de 82.500 máscaras cirúrgicas, das quais 2.500 ainda faltam entregar na quinta remessa; 700 aventais hospitalares; 55.000 luvas de procedimento, das quais faltam 25 ainda, já chegaram 30; 160 óculos de proteção; 1.100 - ainda faltam 200, já foram 900 sapatilhas. Álcool em gel: 480 mais 468, faltando 15, então dá 453. Touca descartável: 2.500. Isso ainda está faltando chegar. Faltam ainda 2.500 máscaras cirúrgicas, 25 mil luvas, 1.750 óculos de proteção, 200 sapatilhas e 15 frascos de álcool em gel. As quatro primeiras etapas que chegaram, o Governo passou integralmente para os municípios também. Eles estavam com muita dificuldade, porque nós do

Estado, nós nos antecipamos. E lá no começo do mês de fevereiro, a gente abriu um processo para compra de equipamento de proteção individual, mesmo antes de ter nenhum caso no Brasil ainda. No dia 20 de fevereiro foram empenhadas máscaras cirúrgicas, máscaras N95, álcool em gel, aventais. E dia 20 de fevereiro, ou seja, o primeiro caso no Brasil foi dia 26, mas a gente realmente se antecipou e alguns municípios acabaram não fazendo isso. E estavam com muitas dificuldades. Teve município em que já acabou o material mesmo, 100%. A gente teve que emprestar um pouco às pressas para eles. Então, a gente resolveu passar integralmente todo esse quantitativo. A última parte foi passada ontem para os municípios para que eles possam dar o atendimento aí, comprar equipamentos, comprar insumos, e também repassados os insumos para eles, os últimos agora. Os testes rápidos que chegaram, chegaram 4.800 do Governo Federal. Chegaram duas semanas atrás, na quinta-feira. Não tinham uma normativa técnica do Ministério da Saúde, portanto o Ministério pediu que ficassem todos retidos no Estado, no almoxarifado, sem distribuir. Uma semana depois, saiu a norma técnica. Aguardava a liberação pela Anvisa, aguardava uma liberação, que esses testes do Ministério da Saúde vieram da China e eles estavam esperando uma certificação do INCQS e da Anvisa para poder liberar. Ficaram uma semana então aqui parados, mas sem poder distribuir. Foram distribuídos. Nós passamos para o Cosems 4000, dos 4.800 que chegaram, para os municípios e 800 ficaram com o Estado para atender as unidades hospitalares do Estado, pertencentes ao Estado de Rondônia. O Cosems, que é o Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde pegou esses kits todos, assim como os EPIs e está distribuindo de forma *per capita* para todos os municípios do Estado.

Então, essa foi a última pergunta que o senhor havia feito sobre a questão dos repasses aos municípios e eu vou passar agora a palavra para a Michelle, que é a nossa gerente financeira, que ela vai falar algumas coisas de recursos orçamentários, financeiros, ela e depois o Senhor Nélcio também vai... Só apresentando aqui, o Senhor Nélcio é o nosso Secretário Adjunto, já era servidor da Sesau, estava na Gerência Financeira, há mais de um ano já nessa parte, coordenando e agora é o nosso Secretário Adjunto.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Registrar aqui a presença do Deputado Jean de Oliveira, Deputado Marcelo Cruz e Deputado Alex Redano.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Só uma Questão de Ordem. Eu queria perguntar ao Secretário, se pode perguntar já agora. Esses R\$ 9 milhões, já chegaram aos municípios? E essas remessas dessas divisões, Secretário, o senhor tem uma lista por município, de como foi distribuído?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Os R\$ 9 milhões já chegaram, já foram passados para os municípios, de forma per capita, dividido por população, por cabeça de pessoa e os EPIS foram todos distribuídos para os Cosems. O Cosems, que é o Conselho Estadual dos Secretários Municipais e eles dividiram entre si, se reuniram e chegaram a um consenso de como deveria distribuir e acabaram distribuindo esses materiais. A gente não entrou nessa discussão, porque os próprios Secretários municipais que decidiram como deveria ser distribuído para cada município do Estado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Mas e a lista? Dá para pedir para o...

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Cosems.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Para eles passarem para os municípios? Porque quando ele for cobrado, a gente tem algum documento para poder apresentar.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Dá para pedir sim. A gente pode pedir para a Vera, que é a Secretária de São Francisco, que é a Presidente do Cosems, Secretária de Saúde de lá e ela tem esses documentos e pode passar. Vou solicitar que ela repasse para a Assembleia Legislativa uma cópia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - As dúvidas que os nobres deputados tiverem por ocasião das perguntas não respondidas, deputados, que nós vamos relacioná-las e vamos formalizar por escrito e o Secretário já vai levar em mãos esses questionamentos para que ele possa nos encaminhar resposta o mais rápido possível.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Senhor Deputado, Questão de Ordem. Só para a gente entender, eu cheguei um pouquinho atrasado aqui. Então, essa reunião, nós vamos encaminhar as dúvidas e vai ser respondido depois ou agora?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Não, agora. Essa, por exemplo, que ele não tem a resposta do Cosems.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Entendi.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Só o Cosems pode responder. Então, a gente vai mandar por escrito que ele dá um jeito lá e amanhã, no máximo, a resposta esteja aqui. No mais, as perguntas, é claro que o Secretário está com a equipe aí, ele vai conseguir responder.

O SR. DR. NEIDSON - Presidente, vamos pedir primeiro que eles possam fazer a apresentação com relação aos gastos que foram realizados durante a pandemia, aí depois a gente faz as perguntas.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Melhor.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok. Se o senhor conseguisse, Secretário, com a equipe, dimensionar para nós aqui, os deputados e aos que estão on-line, exatamente o custo até agora, o que a Secretaria de Saúde gastou até hoje, 15 de abril, e com o que gastou. Aí os deputados vão ter mais liberdade de estar questionando.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, Questão de Ordem. Cheguei um pouco atrasado também.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok, Deputado.

O SR. MARCELO CRUZ - Ontem, na Comissão, a gente fez alguns questionamentos e o que mais a gente teve dificuldade foi a questão das respostas dos Requerimentos, das perguntas que foram feitas para a Secretaria, já foi respondido já?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Já, o Secretário já respondeu anteriormente, mas depois a gente vai questionar.

O SR. MARCELO CRUZ - Ah, tá! Desculpa.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Ele pode fazer aí, onde foram os gastos, não é?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok, o senhor pode fazer a explanação, Secretário, dos gastos.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Qual órgão que mandou e quanto foi gasto e onde foi gasto.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Com a licença da palavra, eu sou a Michelle, sou Coordenadora Técnica Administrativa e Financeira da Sesau. Eu posso passar para vocês, por alto, o que a gente já tem em trânsito de

processos que já foram alocados, que já demandaram créditos orçamentários e o que a gente já tem efetivamente empenhado.

A princípio, vou passar o montante total. Total alocado até a presente data: R\$ 42.673.000,00. Empenhos, processos já empenhados e demandados aos prestadores, no qual o material, grande parte, já foi entregue, outras a gente está aguardando a entrega: R\$ 36.523.220,00. Essa listagem, eu tenho ela bem detalhada, depois eu posso passar para os senhores, inclusive, com a identificação dessas empresas, com o número de processos para consulta e da listagem detalhada de cada material. Porque quando a gente fala de um processo, por exemplo, para EPI, são cerca de mais de 1.500 itens, às vezes, por processo. Mas, de forma geral, o que a gente já demandou de empenho até hoje são materiais de consumo hospitalar - que entram os insumos, medicamentos - a gente efetuou também os repasses.

Só uma situação com relação aos repasses dos municípios, a gente recebeu esses dois recursos. Um dos recursos, entrou o recurso no Fundo Estadual, no qual foi a CIB, o Cosems (Conselho de Secretarias Municipais de Saúde), na metodologia que estava estabelecido na Portaria, estabeleceu o valor para cada município, e a gente, mediante essa Resolução aprovada nesse Conselho de Secretários, a gente efetuou o repasse.

A segunda transferência do Fundo Nacional de Saúde, que foi um pouco mais de R\$ 5 milhões, o Ministério passou para as Secretarias Estaduais o seguinte: que seria para a Secretaria Estadual, mas, no nosso caso aqui, a gente optou por repassar, devido à dificuldade dos municípios, e que se a gente cumprisse um prazo de 24 horas para acordar com todos os municípios, fechar essa Resolução, informar o Conselho Nacional, esse repasse ocorreria fundo a fundo.

Então, foi o que a gente fez. A gente correu com essas tratativas com eles, via *whatsapp* mesmo, chegou num consenso, porque a própria Portaria já estabelecia alguns critérios, e a gente conseguiu aprovar essa Resolução em menos de 24 horas, e o Ministério conseguiu fazer o repasse direto ao Fundo dos municípios. Isso a gente ganha tempo, dinheiro na conta, viabiliza mais fácil a aquisição dos materiais de custeio, não é?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Só para entender, Michelle. Deputado CironeDeiró aqui falando. Isso que você está falando do fundo, é o Fundo, foi os R\$ 9 milhões que o Secretário..., R\$ 3,5 foi direto e R\$ 5,5 você conseguiu fazer fundo a fundo. Então não é dinheiro do Estado, nós estamos falando de dinheiro da União.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Exato. FNS, Fundo Nacional de Saúde.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Ok. Está bom.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - O primeiro repasse veio para a gente repassar aos municípios. O segundo repasse era para o Estado, mas a gente tinha a opção de repassar aos municípios. Foi quando a gente aprovou essa Resolução, em menos de 24 horas, autorizando fazer o repasse que seria para o Estado, aos municípios.

O segundo repasse é R\$ 5 milhões e 200.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Total R\$ 9.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - R\$ 3 e 700 no primeiro...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Mas esse primeiro foi para os municípios?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - O primeiro, a gente repassou para os municípios.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Certo. E o segundo?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Também foi direto aos municípios.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Os R\$ 5 e 200?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Exato, R\$ 5 e 300, perdão.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Então nós estamos com um total de R\$ 9 milhões que entrou diretamente na conta dos municípios, dos 52 municípios.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Exato.

O SR. JEAN OLIVEIRA - E do Estado?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Esse dinheiro é da Federação, Deputado Jean.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Dinheiro da União.

O SR. NÉLIO SANTOS - Boa tarde a todos. Só mais uma informação. Nélío, eu sou Secretário Adjunto, que o Secretário já apresentou.

Foi aprovada, dia 9, a Resolução 774, que aprova mais um repasse para os municípios, e já está sendo feito pelo Ministério da Saúde, de R\$ 14 milhões e 42 mil reais. Esse dinheiro vai direto para a conta dos municípios. Então, quer dizer, é um reforço a mais que o...

O SR. JAIR MONTES - Qual o valor?

O SR. NÉLIO SANTOS - R\$ 14 milhões, 042.

O SR. JAIR MONTES - Isso do Federal.

O SR. NÉLIO SANTOS - Federal.

O SR. JAIR MONTES - Receberam quanto, antes?

O SR. NÉLIO SANTOS - Direto para a conta dos municípios. Então, quer dizer, com R\$ 9 milhões, chegamos a quase R\$ 25 milhões que está sendo demandado pelos municípios.

O SR. JAIR MONTES - R\$ 25 milhões da União?

O SR. NÉLIO SANTOS - Da União.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Tudo dinheiro da União aí, até agora. Beleza. Continua aí.

O SR. NÉLIO SANTOS - Lembrando que os R\$ 5 milhões eram para o Estado e nós repassamos para os municípios.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Pois é, mas foi tudo a União que passou, não foi?

O SR. NÉLIO SANTOS - Isso.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Continua aí, Michelle. Vamos lá.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Eu queria fazer uma pergunta só, aí, por favor. As unidades do interior do Estado não participaram, no caso, Cacoal. Participou desse recurso, ou só a cidade de Cacoal, mesmo?

O SR. CIRONE DEIRÓ - O município. Isso é para o município.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Os hospitais do Estado, não; lá, não. Está respondido.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Vamos lá. Após esses repasses aos municípios, a gente tem, também, de despesas alguns recursos que foram para pequenas reformas e pequenos reparos das unidades. Porque nessa situação de ampliar espaço físico, houve algumas adequações para ocorrer, então houve despesa, também, para esses pequenos reparos; e kits de reagente, tanto PCR - eu tenho pouca familiaridade, não é a minha área - tanto PCR, que é aquele exame tradicional do LACEN, tanto para os testes rápidos. Houve despesas para as duas situações também. Aquisições de material permanente, alguns mobiliários e, também, assim, a grande maioria são insumos, são profiláticos e são EPIs. Fora - deixa-me ver se tem mais alguma observação que seja importante eu passar para vocês -, mas assim, a lista detalhada está aqui. A gente vai passar para vocês depois. Locação de grupo gerador, porque a gente precisa de força para demandar alguns equipamentos, porque está ocorrendo essa ampliação de leitos. Em geral, é esse tipo de material.

Esse valor todo que eu estou passando para vocês, toda essa listagem que eu estou passando para vocês, que hoje totalizam empenhados já mais de R\$ 36 milhões; R\$ 36.523. Já estão alocados R\$ 42 milhões, mas ainda está em curso de homologação, qualquer tramitação, então, nos próximos dois dias, mais ou menos, a gente vai ter efetivado esses R\$ 42 milhões de empenho.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Michelle, então, até agora foi feito o empenho, mas esse material não foi adquirido nada, não tem nada no estoque da Secretaria, por enquanto?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Não. Tem, sim. Tem, sim. A gente tem.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Porque você falou para mim, falou para nós que vocês gastaram R\$ 36 milhões em insumos e medicamentos. Olha, pelo relatório que nós temos aí, poucas pessoas foram internadas e vocês gastaram R\$ 36 milhões?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Não, não. O que está acontecendo, até o Secretário pode responder melhor que eu, mas o que está acontecendo, é, além do atendimento de rotina, o que está se fazendo é um reforço e uma prevenção, entendeu? Porque os estudos demonstram o crescimento da infecção e tudo o mais.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Sim.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - E para isso, como é uma situação completamente atípica, para isso, precisa de um preparo, não é? Essa é como se fosse uma prevenção da Secretaria para do que está por vir. É claro que tem os atendimentos de rotina que já estão ocorrendo em relação à Covid-19 e fora isso ainda tem o preparo, que a Secretaria tem de se preparar para receber essas próximas demandas.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Esse material estaria armazenado, então?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, eu gostaria de fazer algumas perguntas aqui, mas, gostaria de fazer para o Secretário e o Secretário poderia repassá-las a quem da equipe dele ele achar necessário. E eu acho que pode contribuir bastante, porque assim, não dá para conseguir captar um relatório como esse que a Michelle passou, porque tem aqui essa tabelinha, mas, realmente fica difícil de entender - até porque a gente não é da área da Saúde, não tem essa especialidade - entender caso a caso. Mas eu tenho aqui alguns questionamentos que eu acho que podem ajudar.

Seria interessante que o Secretário anotasse aí, porque são alguns questionamentos. São mais de cinco.

1) Efetivamente, quantos leitos com respiradores foram criados para o combate ao Covid-19 e onde estão disponibilizados?

O SR. JAIR MONTES - Deputado Jean, era importante para a gente, também, o Secretário e a equipe responder, o senhor fazer a pergunta e, de imediato, já responderem. Porque se fizerem várias perguntas, aí fica até melhor para nós, também. Então faça a pergunta e ele já responde.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Mas então eu vou fazendo e vou... Vocês têm problema? Ele responde e eu faço outra.

O SR. JAIR MONTES - Isso. Melhor. Melhor.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Então está bom.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Por favor, vamos limitar o tempo, também. Senão a gente vai ter...

O SR. JAIR MONTES - Mas limitar, Deputado, nós estamos em poucos deputados aqui, limitar por quê? Nós temos até amanhã para discutir sobre pandemia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Não, Deputado Jair, é porque nós temos o pessoal do interior que vai fazer perguntas, também, e eu estou com umas quatro já aqui, na expectativa...

O SR. JAIR MONTES - Eu sei, mas o que mais, o que mais...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Deputado, me desculpe, mas as minhas perguntas aqui também são importantes.

O SR. JAIR MONTES - É. São todas importantes. Eu estou aqui com 3 folhas de perguntas.

O SR. JEAN OLIVEIRA - É. Porque se for para já começar assim, com limitação...

O SR. CIRONE DEIRÓ - É. Sem restrição.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Vamos, vamos ouvir. Eu só gostaria que fosse mais prático, Deputado Jean, para a gente...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Não, mais prático do que eu, impossível!

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente)- Ok. Vamos lá. Então, Deputado Jean, pode proceder com a sua pergunta, meu querido.

O SR. JEAN OLIVEIRA - De novo? Vou fazer.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Vamos lá.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Efetivamente, quantos leitos com respiradores foram criados para o combate ao Covid-19? E onde estão disponibilizados?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Então, boa tarde, Deputado Jean. Nós temos, no Hospital Cemetrón, que é o nosso primeiro quartel-general, nós temos 19 leitos de UTI prontos. Estes leitos estão Classe A. São leitos com ventiladores mecânicos de alta performance, monitores multiparamétricos, com bomba de fusão, com todos os equipamentos de proteção individual. Então são 19 no Cemetrón. Esses 19 podem chegar a 45, caso haja uma calamidade, realmente, muito grande. Pode chegar a 45. Nós temos respiradores para isso. Suficientes para isso. Efetivamente, temos 19 prontos, isso bem organizado, com estrutura física; 45 seriam bem improvisados. Mas dá para chegar e salvar vidas. Além desses 19, nós já estamos prontos, na AMI - a Assistência Médica Intensiva, que é aquela UTI anexa do Hospital João Paulo, fica a 2 quilômetros, ali, do João Paulo, na Zona Sul. Nós temos 35 leitos prontos, lá, já. A AMI é um hospital que tinha 26 leitos de UTI. Tinham 26 pacientes lá, nós tiramos os 26 pacientes, alocamos em outros lugares, em outros hospitais, públicos e privados, e temos então, portanto, 35 leitos também padrão A, na AMI, prontos para atender com ventiladores mecânicos, igual você perguntou, 35 leitos para atender Covid na AMI. Além disso, nós temos mais 6 leitos prontos no Hospital Cosme e Damião, com ventiladores. Sete, no Cosme? No dia em que eu estive lá, eram 6. Então subiu para 7. Sete leitos no Cosme e Damião, prontos para atender crianças ou adultos. A gente sabe que criança, geralmente, não tem sido acometida de forma grave dessa doença. Então, esses leitos podem ser utilizados, tem ventiladores para atender adultos, também, caso haja necessidade, nessa ala específica do Cosme e Damião. É uma ala separada que tem 7 leitos com ventiladores, 7 leitos de UTI, mais 18 leitos clínicos que estão terminando uma

reforma e que podem ser utilizados. Além desses leitos, nós temos mais 18 leitos com UTI no Hospital Regional de Cacoal. Esses estão prontos, preparados para atender pacientes. E aí, eu já vou falar, porque pode ser que surja alguma pergunta, já vou me adiantar - perdão - quantos pacientes nós temos internados neles. No Cemetron, nós temos, neste momento, 1 (um) paciente internado na UTI confirmado com coronavírus, e mais 1 (um) na enfermaria. E no Hospital Regional de Cacoal, nós temos 1 (um) paciente confirmado com coronavírus agora também. Isso é até uma notícia nova. Agora pouco eu fiquei sabendo desse paciente que positivou...

O SR. DR. NEIDSON - Esse paciente está na UTI ou enfermaria, de Cacoal?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - De Cacoal, está na UTI.

O SR. CIRONE DEIRÓ - É o paciente de Ji-Paraná ou é Médico.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É um paciente que foi de Ji-Paraná.

Então, só complementando, Deputado: nós temos mais 1 (um) leito de UTI em São Francisco do Guaporé. Montado leito de UTI: 1. São Francisco do Guaporé, 1 leito; é 1 leito. Nós estamos querendo trazer todos os pacientes para deixar em polos maiores, onde a gente tem mais especialistas, mais condição de dar um tratamento melhor para o paciente. Mas São Francisco tem 1 (um) leito que pode segurar o paciente

ali 24, 36, 48 horas, caso haja necessidade, não tenha vaga em outro lugar, dificuldade extrema...

(Pergunta realizada fora do microfone - inaudível)

Oi? Cinquenta mil pessoas o quê?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - No entorno, no entorno de São Francisco. Nos municípios vizinhos.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Certo. No Heuro de Cacoal, nós temos mais dois leitos de UTI prontos, equipados também, completamente equipados para UTI. Então, esses são os leites que nós estamos prontos hoje, no Estado de Rondônia, de UTI.E, graças a Deus, a grande maioria está completamente vazia.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Vou fazer outra pergunta, até porque...

O SR. JAIR MONTES - Eu só quero completar a sua pergunta rapidinho. A AMI tem 35 leitos prontos. Sem ninguém?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Sem ninguém. Tanto o Cemetron quanto a AMI foram os hospitais que foram esvaziados para atender coronavírus.

O SR. JAIR MONTES - Obrigado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - E os pacientes que estavam na AMI, que não são de coronavírus, foram para onde?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Todos os pacientes da AMI eram pacientes de UTI. Foram todos remanejados para outros hospitais.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Vou fazer outra...

O SR. LAERTE GOMES - Me permite aí, Deputado Jean, só um...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Por favor, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES - É impressionante! Há 30 dias -30 dias atrás -, para conseguir um leito de UTI só judicialmente, e não tinha, não é? Então, ou as pessoas estavam indo para os leitos de UTI por querer ir para leito de UTI, que nem consulta, quando tem nos hospitais, ou alguma coisa mudou muito, não é? Ninguém mais ficou doente, ninguém mais precisou de leito de UTI, as decisões judiciais não estão saindo mais. Eu não sei qual é esse milagre que aconteceu. Eu sei que as cirurgias foram suspensas, mas e antes disso? Sei que os acidentes de trânsito também diminuíram, mas é impressionante como funciona o sistema. Há trinta dias não tinha vaga para leito de UTI. Morria gente, porque não tinha vaga para leito de UTI. E hoje os leitos de UTI vazios. Essa conta não bate, não é?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, é nessa linha, mais ou menos que eu quero fazer um comentário. Em seguida, já fazer mais uma pergunta. Leitos de UTI, eu tenho aqui um registro de que são 30 leitos de UTI na AMI que prestam apoio ao João Paulo. João Paulo, que é o hospital que capta todos os problemas, o pronto-socorro. Então, a necessidade de UTI é muito maior do que qualquer outro hospital de cirurgia eletiva. Eu fiz um estudo e detectei que o HB tem 15 UTIs e o João Paulo tem...

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - Presidente, um aparte.

O SR. JEAN OLIVEIRA - E o João Paulo tem a sua disposição 30 leitos da AMI, 30 leitos de retaguarda comprados do hospital Samar. Também tem leitos para neonatal, tanto no Regina Pacis, quanto também no Samar. Então assim, é um problema, Secretário, porque a gente sabe... Aí vem a outra pergunta, porque a minha pergunta foi: efetivamente quantos leitos com respiradores foram criados para combate ao coronavírus? Ou seja, o que tinha não conta, porque o que tinha era demanda já, que a população do Estado de Rondônia, seja por cardíacos, seja por acidente de trânsito, seja por doença neurovascular...

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - O Deputado Geraldo da Rondônia pede aparte.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Alguma coisa assim nesse sentido. Tinha esse problema. Então assim, diante da real

necessidade de leitos de UTI deficitários, como estão sendo atendidos os pacientes necessitados de outras doenças, tipo: cardíacos, vítimas de acidente vascular cerebral, trauma de acidente de trânsito, dentre outras enfermidades que necessitam também de leito de UTI, que não tem a ver com Covid-19. Conseguiu entender a pergunta, Secretário?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Entendi.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Que é onde bate com o argumento do Presidente. Era a falta de UTI que já existia, agora somado a uma necessidade de se organizar para uma pandemia que ainda não aconteceu, aqui em Rondônia não pegou mesmo, mas se vier a pegar, o que a gente tem? E como que vão ficar os outros pacientes que necessitam de UTI também, que não são de pacientes com Covid-19.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Então, o que acontece, Deputado Presidente Laerte e Deputado Jean, é que as cirurgias eletivas foram canceladas. Então, não tem cirurgia eletiva de nada. Muitas cirurgias eletivas dependiam de leito de UTI. Além disso, os ferimentos por arma branca, ferimentos por arma de fogo, acidentes de trânsito caíram drasticamente, graças a Deus, pelo isolamento. Não tem festas, não tem baladas, não tem jogos de futebol, então o pessoal não tem saído muito a noite. Então, diminuiu muito acidente de moto, acidente de carro, ferimento por arma branca, ferimento por arma de fogo. E esses pacientes, desse tipo de problema, ocupavam muitos leitos de UTI do Hospital João Paulo. São leitos da AMI,

leitos do próprio João Paulo, leitos dos hospitais terceirizados, até leitos do Hospital de Base. Então a gente conseguiu, efetivamente, diminuir muito a quantidade de problemas, de traumas, de cirurgias eletivas e outros e a gente conseguiu, realmente, aumentar leitos de UTI. Por exemplo, a AMI tinha 26 leitos, nós conseguimos tirar os 26 pacientes de lá, conseguimos redistribuí-los e conseguimos aumentar para 35 leitos. O Hospital Cemetron tinha 07 leitos de UTI, nós conseguimos remanejar e estamos com 19 leitos de UTI, podendo chegar a 45 leitos. Isso com ventiladores. Nós compramos alguns ventiladores que chegaram tanto no mês de janeiro quanto no mês de fevereiro. Mesmo antes de termos coronavírus no País, nós já estávamos recebendo esses ventiladores, chegando aqui em Rondônia. Então nós conseguimos, é um conjunto de fatores. É o fato de ter menos pacientes precisando de vaga de UTI, é o fato de termos comprado ventiladores e criado vários leitos novos de UTI. Tudo isso juntou e fez essa disponibilidade que a gente tem aí que eu passei para o senhor, que somando aqueles números que eu passei, pronto, nosso, do Estado, nós temos 81 leitos de UTI aguardando pacientes com coronavírus.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Deputado Jean, mais uma pergunta?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Tem.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - A Amanda está falando, complementando aqui, desculpa, que o Ministério da Saúde, pelo fato da pandemia, a habilitação dos leitos de UTI, ele

acabou simplificando uma série de burocracias que tinha, uma série de exigências que eram feitas, o Ministério acabou diminuindo essas exigências para que se pudesse habilitar mais leitos de UTI. Além dos leitos que nós temos, nós temos vários leitos alcançáveis. Por exemplo, em Ji-Paraná tem uma UTI do Hospital Municipal que ela tem 10 leitos de UTI, 8 estavam habilitadas pelo Ministério da Saúde, ela está pronta, não foi inaugurada, mas eles têm 13 ventiladores e já se colocaram à disposição do Estado fazer um convênio com eles. A gente ganha mais 13 leitos de UTI no centro do Estado de Rondônia. Além disso, o Ministério da Saúde disponibilizou 10 leitos completos. Estão colocando em uma carreta lá em Brasília, nos próximos dias... Ainda não chegou. Era para ter chegado, mas eles acabaram mandando para lugares que estavam mais necessitados. Como, teoricamente, nós estamos em uma situação razoavelmente tranquila, mais do que outros Estados, eles acabaram despachando esses leitos. Mas tem 10 leitos já garantidos pelo Ministério da Saúde que deve chegarmos próximos dias para a gente. Leitos completos, com ventilador, com cama, com tudo, para a gente poder montar e poder habilitar em nossa estrutura hospitalar.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Outra pergunta que eu faria, Senhor Presidente da Comissão que tem essa finalidade, seria perguntar sobre a questão dos recursos que vieram do Ministério da Saúde para Rondônia, mas já foi respondida.

Gostaria de saber, uma pergunta sucinta, para que daí eu possa entrar em outras perguntas um pouco mais complexas. Com relação aos recursos doados de outros órgãos do Estado, esses recursos que foram repassados para a Secretaria de Saúde ou para o Governo do Estado, do Tribunal de Contas, Defensoria, Tribunal de Justiça, eu

gostaria de saber os valores e o que foi feito com esses recursos provenientes de outros órgãos do Estado.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - A Michelle pode responder, Deputado?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Pode.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Obrigado.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Com relação aos recursos financeiros que foram repassados para a Sesau para essa finalidade do Covid-19, até agora, de receita realizada, nós temos R\$ 3,5 milhões, que são recursos da Defensoria Pública, isso é superávit, abriu crédito por superávit, e o Tribunal de Contas que são R\$ 10 milhões. R\$ 3,5 milhões são para consumo da Sesau, despesas próprias da Sesau com relação ao enfrentamento e prevenção do Covid-19. R\$ 10 milhões são recursos disponibilizados, entretanto, são específicos para aquisição de EPIs aos municípios. Inclusive, foi estabelecida uma parceria ainda maior com a Supel...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Esse é do TCE?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Esse é do TCE. Exatamente.

O SR. JEAN OLIVEIRA - R\$ 3,5 milhões da DPE, é o quê?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Esses R\$ 3,5 foram recursos disponibilizados para a Sesau.

O SR. JAIR MONTES - Já foi aportado esse valor?

A SRA.MICHELLE DAHIANE DUTRA - Já foi aportado.

O SR. JAIR MONTES - Qual o valor, amiga?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - R\$ 3,5 milhões.

O SR. JAIR MONTES - R\$ 3,5 milhões. Isso da...

A SRA.MICHELLE DAHIANE DUTRA - Da DPE.

O SR. JAIR MONTES - DPE. Quem mais colocou dinheiro?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Tribunal de Contas.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - R\$ 10 milhões, TCE.

O SR. JAIR MONTES - R\$ 10 milhões, TCE. Está com dinheiro, o TCE.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Esse é destinado aos municípios. A gente vai entregar o produto.

O SR. JAIR MONTES - Além dos R\$ 50 milhões ele colocou mais R\$ 10 milhões, o TCE?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Não. R\$ 10 milhões só.

O SR. JAIR MONTES - Não. Ele deu R\$ 50 milhões para o Heuro.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - R\$ 50 milhões para o Fundo do Heuro.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Ah, sim!

O SR. JAIR MONTES - Não, ele deu R\$ 50 milhões para o Heuro e deu mais R\$ 10 milhões agora. Eu quero saber, eu estou perguntando. Ele deu R\$ 50 milhões para o Heuro e deu mais R\$ 10 milhões agora?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Isso. Todos recursos provenientes de superávit.

O SR. JAIR MONTES - Está com dinheiro o TCE.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Então, nós temos para os municípios...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Só para perguntar, calma aí que eu acho que não terminou ainda não, Presidente.

O SR. JAIR MONTES - Tem mais dinheiro ainda. Tem mais gente que deu dinheiro.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Dos Poderes, até agora, são...

O SR. JAIR MONTES - MP?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Não, só esses dois.

O SR. JEAN OLIVEIRA - TJ?

O SR. JAIR MONTES - TJ?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Não.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Não tem nada do Tribunal de Justiça?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Não. Receita realizada apenas DPE e TCE.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu ouvi por meio de imprensa R\$ 2 milhões do Tribunal de Justiça...

O SR. CIRONE DEIRÓ - 4 milhões.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Então não procede.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - A gente teve uma tratativa.

O SR. NÉLIO SANTOS - Deixe-me só fazer um esclarecimento quanto ao TJ. O TJ tinha, realmente, me parece, R\$ 4 milhões. Desses R\$ 4 milhões, eles mandaram R\$ 2 milhões para a Sejus, para a compra de EPI para os policiais penais. Esse valor já está na Sejus, inclusive o processo...

O SR. JAIR MONTES - Isso é certeza?

O SR. NÉLIO SANTOS - O processo já se encontra em andamento lá junto a Supel.

O SR. JAIR MONTES -Então tem R\$ 2 milhões do TJ para a Sejus.

O SR. NÉLIO SANTOS - Os outros R\$ 2 milhões, eles ficaram de aportar na Sesau, no Fundo Estadual de Saúde, para ajudar nessa compra dos municípios, que apesar de o Tribunal de Contas ter passado R\$ 10 milhões, a compra do município vai dar, em média,R\$ 20 milhões.Eles estão tentando, o próprio TCEestá tentando ver com os outros Poderes, ver se consegue chegar esses R\$ 20 milhões.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Ok.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Entretanto, os recursos não foram efetivados ainda. Confere, chefe, do MP?

O SR. NÉLIO SANTOS - Confere. Só o que foi aportado efetivamente foi TCE, R\$ 10 milhões, e DPE,R\$ 3 milhões e quinhentos.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Exato. Eu posso falar, também...

(Pergunta realizada fora do microfone - inaudível)

Não entendi, Deputado. Recursos financeiros, não.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu posso continuar aqui?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente)- Prossiga, Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Quanto foi gasto, empenhado, pago com aquisição de materiais ao combate do coronavírus, sem licitação, por compra direta emergencial? Quanto? Consegue essas informações?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Deputado, eu vou precisar triar isso para o senhor, porque o meu nível de controle é financeiro e orçamentário; eu não cheguei a classificar a modalidade da aquisição.Mas a gente consegue essa informação bem breve.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Mas é muito importante que a gente consiga esse item.Eu peço para que a Mesa passe por escrito,porque é muito importante.Porque em seguida já tenho uma pergunta dentro dessa questão.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente)- Ok. Vamos formalizar a ele por escrito, Deputado Jean.

O SR. NÉLIO SANTOS - Só uma informação, a gente passa para o deputado essas informações, mas é importante que.

O SR. LAERTE GOMES - Não.Só colocar.Vocês não passam.Vocês não passam.

O SR. NÉLIO SANTOS - Está noportal da transparência toda informação.

O SR. LAERTE GOMES - Só colocar.Primeiro eu quero cumprimentar - já que aproveitar essa deixa, Deputado Jean, se me permitir -; cumprimentar aqui o Chefe da Casa Civil; cumprimentar aqui o Secretário de Saúde; o Márcio, da Supel; e todos os servidores.

Vocês estão cometendo crime de responsabilidade constantemente. E esta Casa, até agora, não se pronunciou devido a entender o momento que vive. Mas vai ter que se posicionar. Quando foi decretado estado de calamidade pública - se vocês não leram,é importante ler -, dentro do Decreto de Estado de Calamidade Pública é obrigatória uma Comissão de Parlamentares; vocês são obrigados a fornecer todas as informações dentro do prazo colocado por essa Comissão, de todos os gastos que vocês têm.Nós temos ofício de mais de 15 dias, Secretários, e quem responde a isso é você. Esse crime de responsabilidade é em cima de você.E a tua equipe não está olhando isso. Não tem nenhuma resposta, assim nos informou hoje o Presidente da Comissão, que é o Deputado Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Nós passamos para o Secretário.

O SR. LAERTE GOMES - Eu quero saber se teve resposta. Vocês falaram aqui cedo que não teve resposta.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Perfeito. Eu passei para o Secretário da não resposta.

O SR. LAERTE GOMES - Então, é necessário, Deputado Jean, essas informações, Secretário Fernando Máximo; é necessário você acompanhar isso de perto, porque atua equipe não está cumprindo com a responsabilidade, com a obrigação dela de responder os ofícios da Comissão, que foi criada através do Decreto de Emergência. Dentro do Decreto de Emergência tem isso. Eu não sei quem é o responsável lá, mas chameia atenção dele, porque não é ele quem vai responder, é você. É você. E isso é muito grave. Isso mostra, parece, - não estou dizendo que é o caso aqui, não estou falando que é o caso - parece que estão querendo esconder alguma coisa. Não estou dizendo que é isso, mas quando você não dá a resposta do que é a sua obrigação e o seu dever de fazer, essa é a suspeita que paira entre os colegas que pediram.

Então essa é a reclamação de todos os deputados da Comissão. Inclusive eu já pedi semana passada um relatório para a Comissão de todos os gastos que foram feitos através do Decreto de Emergência e até agora, Deputado Ezequiel Neiva, você, como Presidente, até disse ontem - nós conversamos ontem duramente sobre esse tema - eu não recebi nada, como Presidente da Casa. Porque não chegou nada ainda, não chegou nada. Então já avisarao Secretário aqui, que às vezes você não tinha ciência disso, Fernando, mas a partir de agora você já tem. Tem prazo, tem que cumprir prazo, cumprir dias e cumprir hora. Você tem que ter uma equipe

para fazer isso. Não adianta falar que vai mandar para o deputado de boca, que vocês têm documento e não estão mandando para lá esse documento, a tua equipe.

Outra questão, que vocês têm prazo, é crime de responsabilidade, está na Constituição do Estado; está na Constituição do Estado isso, é a resposta. Está aqui a Casa Civil, também, faz parte disso, Júnior. É a resposta dos Secretários dos Requerimentos feitos por esta Casa. São dez dias, sob crime de responsabilidade ao Secretário. Então nós temos uma Constituição e nós temos que cumpri-la. Então, Júnior, é importante falar isso para seus Secretários, para que o Fernando. Encaminhei à Supel uma informação; a Supel nos respondeu de imediato por meio eletrônico. Não quiseram responder por meio, pode mandar por meio eletrônico. Mas isso é uma questão obrigatória da Secretaria de Saúde quanto ao Decreto de Calamidade. Então, isso está no Decreto de Calamidade. Tá, Deputado Jean? Só para colocar isso, porque a Comissão pediu informações.

Eu acho, Secretário. Vou dar uma sugestão a você, de diariamente enviar todas as ações que estão sendo feitas em cima do Decreto de Calamidade a esta Comissão, que está no Decreto. Eu não sei quem é o responsável lá, designe alguém responsável para fazer isso, para evitar problemas posteriores para você. Porque se tiver qualquer coisa para você mandar diariamente, ainda é possível, aqui, se tiver qualquer dúvida, consultar para não tomar as medidas. Então só deixar isso aqui colocado, Deputado Jean, só para você continuar, porque diz respeito a tua pergunta. Talvez o Secretário até não tivesse esse conhecimento, mas a partir de hoje já é ciente disso.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Deputado Ezequiel Neiva, depois me inscreve, aí.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Senhor Presidente, tem deputado pedindo aparte, mas vamos deixar para falar com os deputados, tipo Geraldo da Rondônia, depois que eu terminar aqui? Que eu já termino aqui e já...

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Perfeito, Deputado Jean. Prossiga.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Olha, dentro da pergunta, eu perguntei aqui o quanto foi gasto, empenhado e pago, com aquisição de materiais para o Covid, sem licitação. Aí eu já tenho aqui, temos aqui acompanhado as dispensas, compras diretas emergenciais, através dos sites e entrevistas coletivas de imprensa. No caso, o próprio Secretário costumeiramente está dando entrevistas, informando sobre as ações da Secretaria.

Então, baseado nessas entrevistas, baseado nas notícias de sites, nós temos a informação de que foi adquirido R\$ 20 milhões para aquisição de EPI para apenas 7 itens. Os itens são: álcool 70%; máscaras N-95; máscara comum, branca, de elástico; avental cirúrgico; óculos de proteção; termômetro e aparelho de pressão. Foram R\$ 20 milhões comprados com dispensa de licitação.

Eu gostaria de perguntar ao Secretário e à equipe, quem fez a seleção das empresas ganhadoras. Quem foi que fez? Qual órgão? Foi a Secretaria, a Sesau? Foi a Supel? Quem fez a seleção das empresas ganhadoras?

O SR. NÉLIO SANTOS - Essa compra foi feita, logicamente, com base no Decreto de Calamidade. E foi feita especificamente pela equipe de compra da Sesau. Não tinha se iniciado ainda uma tratativa, foi feito no Decreto para a Supel fazer isso, mas nós fizemos uma ampla cotação de preços com vários fornecedores. E, só para dar números aqui, nessa compra são 11 itens. Onze. São 78 mil frascos de álcool em gel de 500ml...

O SR. JAIR MONTES - Tem valor aí, ou não?

O SR. NÉLIO SANTOS - O valor está na planilha. Eu só tenho aqui o quantitativo.

O SR. JAIR MONTES - Não trouxe, não?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Pede para buscar a planilha, que é importante.

O SR. JAIR MONTES - Isso aí é o mais importante de tudo.

O SR. NÉLIO SANTOS - Eu consigo aqui no SEI. Vamos lá.

O SR. JAIR MONTES - Isso aí já tinha que andar na mão, viu, Nélio? Isso aí tem que andar direto. Vem para a Assembleia, já traz esses dados na mão, porque a gente quer

saber números e valores. A gente quer saber o que comprou e onde comprou.

O SR. NÉLIO SANTOS - Vamos lá.

O SR. JAIR MONTES - Quer saber: "Comprei X e paguei tanto, da empresa Tal". Pronto. A gente quer saber isso.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - Fica muito vago, não é?

O SR. JEAN OLIVEIRA - O senhor vai responder agora, já, isso aí?

O SR. NÉLIO SANTOS - Vamos, vamos sim.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Deputado Geraldo, segura isso aí. Já, já...

O SR. JAIR MONTES - O senhor pode pedir também, para alguém trazer para o senhor, e o senhor vai respondendo aí, depois traz para nós.

O SR. NÉLIO SANTOS - Eu tenho o quantitativo aqui. Os valores a gente consegue.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Tranquilo, Secretário, só vai pegando aí e passando.

O SR. NÉLIO SANTOS - Vamos lá. 78 mil litros de álcool em gel de 500ml...

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Senhor Nélcio, enquanto o senhor pega direitinho os valores para eles, eu vou só responder à pergunta do Presidente, enquanto o senhor, 2 minutinhos que o senhor pega aí.

Presidente Laerte, no começo eu tinha pedido perdão aqui. O que aconteceu? A gente sempre tenta responder os ofícios da Assembleia o mais breve possível. Nós montamos o Comitê de Crise. Aqui está o Major Sanchez e a Dona Flora, da Agevisa, (Major Sanchez da Defesa Civil), essa equipe aqui participa desse Comitê. Todos os documentos que chegam na Sesau, relacionados à Covid, estão sendo direcionados para esse Comitê. E o que aconteceu? Quando chega na Sesau a gente tenta responder o mais breve possível. Entretanto, foram para o Comitê e a gente não teve essa atenção de dizer assim: "Olha, quando chegar uma coisa da Assembleia, volta para a Sesau que isso aqui precisa ser respondido às pressas, que tem prazo para cumprir". Então, eu peço perdão. Realmente foi uma falha, foi um erro de ter ido para esse Comitê e não ter ficado na Sesau para a gente poder...

O SR. LAERTE GOMES - Só para contribuir com você e com quem está responsável por responder: os Requerimentos da Assembleia, do Plenário, são uma situação, têm o prazo constitucional. Agora, os documentos da Comissão que tem o poder de fiscalizar vocês através do Decreto governamental que decretou o estado de calamidade pública no Estado de Rondônia, tem que ser respondido imediatamente.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Sim.

O SR. LAERTE GOMES - Isso aí é *on-line*. Porque eles fazem parte, esse Comitê aqui, esta Comissão faz parte do Comitê de Crise. Isso está no Decreto do Governador. Então isso aí, o Comitê, Fernando, para te auxiliar nisso, tem que responder isso imediatamente. As informações têm que ser imediatas para esta Comissão. Tá?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Perfeito.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu... Ah, o Secretário vai responder o quantitativo?

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - Presidente, aparte, Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Só um instantinho, Deputado Geraldo, você já vai falar.

O SR. LAERTE GOMES - Deputado Geraldo, só para contribuir com você. Você tem que se inscrever para fazer as suas perguntas. Como é uma audiência, não tem aparte. Então você tem que se inscrever e aí você faz as perguntas. O Deputado Ezequiel, que é o Presidente da Comissão, ele vai te inscrever agora e...

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Já inscrevi.

O SR. LAERTE GOMES - Então, se já está inscrito, assim que ele te chamar você pode fazer as perguntas.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Calma aí, Deputado. Já, já eu te chamo. Já está inscrito aqui.

O SR. GERALDO DA RONDÔNIA - Desculpe, aí. Desculpe, aí.

O SR. JEAN OLIVEIRA -Eu queria só fazer um comentário enquanto o Secretário Adjunto faz ali o levantamento dos produtos. É porque eu tenho aqui... Esses dados que eu estou levantando são dados do Diário Oficial do Estado. E lá constam sete itens, Secretário. Pode ser que outra compra tenha mais esses 4 itens que o senhor falou, mas nessa de R\$ 20 milhões... Vou falar até o valor específico aqui, espera aí.

O SR. DR. NEIDSON - R\$ 20.335.750,00 (vinte milhões, trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

O SR. JEAN OLIVEIRA -Pronto, olha aí. O Deputado Dr. Neidson já até respondeu.

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Posso fazer uma contribuição sobre as compras? É o Maxwell, Procurador, que está falando. Posso? Posso? Eu estou vendo a discussão aqui relacionada às dispensas. Eu só queria lembrar que a lei da quarentena, a Lei Federal 13.979, que criou a figura da quarentena, isolamento, ela trouxe uma outra sistemática de aquisições. Ela reduziu o prazo de pregões e as próprias dispensas têm uma sistemática totalmente diferente, até porque o mercado hoje está se comportando de uma forma totalmente diferente. Então assim, em uma dispensa normal, você consegue fazer 3 cotações, que o Tribunal de Contas da União já estabeleceu como padrão; você consegue cotar, você consegue ter várias possibilidades de aquisição. O momento em que a gente está vivendo, a gente não consegue fazer isso. Porque os principais produtos que todo mundo está comprando, não é só a Sesau que está comprando, são todas as Secretarias de Estados, de todos os Estados do País, todas as Secretarias municipais e todos os países. Então assim, produtos como máscaras, álcool em gel, respiradores são produtos que você não encontra no mercado com facilidade hoje em dia. Tanto é que nós tivemos algumas reuniões com o Tribunal de Contas e com a força-tarefa que o Ministério Público criou para tratar desses assuntos e foram até sugeridas algumas parcerias para a gente tentar comprar isso no mercado internacional. Porque muitos dos nossos fornecedores de costume, não têm esse produto para vender. Ou quando tem, a gente consegue cotar, e se a gente demora um dia, dois dias, você perde a compra, porque eles conseguem vender para outro. Inclusive, a maioria dos fornecedores está exigindo pagamentos antecipados. Alguns exigem 20%; outros exigem 30%; outros, tem que fazer o pagamento total. Então assim, para a Secretaria está sendo um calvário conseguir comprar algumas coisas. É claro que para comprar a gente tem que ter uma segurança. No caso de

alguns itens que a gente precisa comprar, tem que comprar, e o fornecedor exige, por exemplo, um pagamento antecipado, acaba a Secretaria tendo que adiantar alguma coisa, e já mandar alguém de avião para ver se essa mercadoria vai embarcar. Então assim, têm cautelas também que a Secretaria vem adotando. A maioria dessas compras de fato tem sido um calvário. Eu tenho acompanhado as aquisições e toda essa crise causada pela pandemia e, de fato, assim, toda a sistemática mudou. Se a gente vê o que a lei trouxe, ela flexibiliza algumas coisas assim que eram consideradas dogmas, principalmente com relação à estimativa de preço, porque algo que custava um preço até o final do ano passado, hoje custa 10 vezes mais, 50 vezes mais. Então assim, está complicado. Eu estou fazendo esse relato aqui porque eu tenho acompanhado de perto e vejo o calvário que é realizar essas aquisições.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Perfeitamente. Compreendemos.

O SR. JAIR MONTES - Doutor Maxwell... Só aqui. Eu concordo contigo em partes. Em tese seria isso o que esta Casa aprovou vindo do Executivo. Quando esta Casa... Não tem Deputado - eu desafio qualquer deputado aqui hoje -, não tem Deputado que tenha mais conhecimento de Covid do que eu. Não tem, porque eu estou a fundo, eu estou dentro, todo dia eu estou verificando. E estou dentro da Secretaria de Saúde praticamente todo dia falando com o Secretário de Saúde e com quase toda a equipe. E falava muito com o Márcio, depois me proibiram até de ligar com o Márcio, que eu não podia ligar porque o Ministério Público diz que estava de olho em mim. Então, eu falo porque eu não tenho

aqui porque não falar, tá? Eu não tenho porque não falar. Eu nunca trabalhei e nunca pedi nada de errado em Secretaria alguma, em lugar nenhum. Nunca! Eu sempre tentei ajudar. E a Secretaria de Saúde, juntamente com a Supel, eu não sei se foi a PGE ou se é a CGE, dificultaram compras, dificultaram compras. Por que dificultaram compras? Porque justamente é o que o senhor está falando: quando esta Casa, Deputado Laerte, aprova o Estado de Calamidade, é para comprar rápido. Porque nós competimos contra euro, contra dólar. Porque não é só Rondônia comprando, é o mundo comprando. E eu vos pergunto hoje, quantos exames nós temos na Secretaria de Saúde fora do Governo Federal? Nenhum. Quantos compraram? Nenhum. E eu estou esperando essa compra de R\$ 20 milhões de álcool, de máscaras, de tudo. Por quê? Porque em tese o que o senhor está falando era para ser assim. Mas não é, mas não é. Então, me perdoe o desabafo, e daqui a pouco eu tenho aqui... Aqui está cheio, tá? Aqui está cheio. Por quê? Eu estou acompanhando de perto todo dia o que está acontecendo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Adiante o senhor vai perguntar, Deputado.

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Posso só dar mais uma informação, Deputado? É rapidinho.

O SR. JAIR MONTES - Eu quero outra máscara, a minha já foi.

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Com relação à Procuradoria, tanto é que nós fizemos até um parecer referencial que é para todos os processos. A gente não está analisando processo por processo. Então fizemos um parecer, olha: "os processos de dispensa têm que ter isso aqui". E já de acordo com a lei federal. Isso é justamente para dar celeridade, para não haver necessidade de o Procurador ficar analisando processo por processo, ser uma coisa artesanal. Tem lá o *checklist*, tem lá as condições da compra, e o gestor compra aquilo ali que está mais flexível, e dá seguimento.

O SR. LAERTE GOMES - Maxwell, só para concluir e dar uma acalmada aqui até que o Deputado Jean faça a próxima pergunta. Isso tudo que está acontecendo hoje aqui é responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde e o responsável é o Secretário. Não que ele tenha feito, mas como ele é o líder da Secretaria, a responsabilidade cai nele. Foi subestimar a Assembleia Legislativa.

O SR. CIRONE DEIRÓ - A Assembleia não participa de nada, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES - A Secretaria de Saúde, através de seus técnicos, não respeita e subestima, não sabe o poder que tem a Assembleia Legislativa. Se vocês tivessem mandado os relatórios aqui das perguntas, os ofícios dessa Comissão, criada por decreto governamental, Maxwell, tu que és um homem do Direito, nada disso estaria acontecendo hoje. Só que subestimam este Parlamento. E as coisas agora só vão apertar para o lado de vocês. Então, respeitem a

Assembleia, respeitem esta Comissão. Esta Comissão não é para pedir nada para vocês. Esta Comissão, criada por decreto governamental do Governador Marcos Rocha, dentro do Estado de Calamidade Pública e nomeada pela Assembleia Legislativa, é para fiscalizar vocês e contribuir, Secretário. Quando os seus assessores, seus subalternos subestimam, subestimam este Parlamento, a responsabilidade é no senhor, porque eles não vão responder nada, que vai responder é o senhor.

Então, eles, ao invés de te proteger, estão te expondo, porque hoje aqui é expondo. E não havia necessidade disso. Bastava só os seus assessores estarem cumprindo com a sua obrigação, respeitando este Parlamento e respondendo as informações solicitadas pela Comissão. Não fez isso, deu nisso - entendeu, Maxwell? Você como Procurador do Estado sabe do que eu estou falando.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Deputado Jean, o senhor tem mais alguma pergunta?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu tenho mais aqui, mais 8.

O SR. NÉLIO SANTOS - Vamos responder os valores aqui?

O SR. JEAN OLIVEIRA - O senhor vai falar os valores ou vai falar para mim...

O SR. NÉLIO SANTOS - Os valores e o quantitativo.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Então, ótimo.

O SR. NÉLIO SANTOS - Vamos? Vamos lá.

Álcool em gel 500ml: são 78 mil frascos. O valor total: R\$ 1.248.000,00

O SR. MARCELO CRUZ - Já chegou?

O SR. NÉLIO SANTOS - Está na fase de entrega. R\$ 1.248.000,00

O SR. CIRONE DEIRÓ - Deu quanto, cada frasco?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Depois faz a conta.

O SR. NÉLIO SANTOS - Acho que R\$ 16.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Eu acho que para a gente ganhar tempo, essas frações, verificaria depois.

O SR. CIRONE DEIRÓ - 500ml.

O SR. NÉLIO SANTOS - Primeiro 500ml: 78 mil frascos. Álcool em gel de 1 litro: 113 mil frascos, R\$ 1.356.000,00. Avental gramatura 50, tamanho G: 40 mil unidades, R\$

1.139.200,00. Avental gramatura 50, tamanho M: 40 mil unidades...

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Eu acho que isso aí você...

O SR. JAIR MONTES - Deixa ele falar, está acabando.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - São quantos itens?

O SR. NÉLIO SANTOS - R\$ 1.107.000

O SR. JAIR MONTES - R\$ 1 milhão...?

O SR. NÉLIO SANTOS - R\$ 1.107.000,00. Avental gramatura 60, tamanho G: 40 mil unidades, R\$ 1.139.000,00. Avental Gramatura 60, tamanho M: 40 mil unidades, R\$ 1.315.000,00. Máscara N95: 86 mil unidades, R\$ 1.315.000,00, 86 mil unidades. Máscara cirúrgica, essa aqui, caixa com 60 unidades: 150 mil caixas, R\$ 9 milhões. Óculos de proteção: 9 mil unidades, R\$ 197 mil. Protetor facial: 9 mil unidades, R\$ 855 mil. Termômetro clínico: 10 mil unidades, R\$ 120 mil. Termômetro de testa, aquele de medir à distância: 5 mil unidades, R\$ 1.072.000,00.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Os 10 mil termômetros aí, qual o valor que é?

O SR. JAIR MONTES - 5 mil unidades desse da testa?

O SR. NÉLIO SANTOS - Isso.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Não, o outro era 10 mil.

O SR. NÉLIO SANTOS - Estão em fase de entrega.

O SR. NÉLIO SANTOS - O aparelho de pressão, por fim: 5 mil unidades, R\$ 469 mil. São esses os valores e os itens que foram comprados nesse processo de R\$ 20 milhões.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Para continuar, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ - O meu Secretário? Só um pouquinho, Deputado Jean. 10 mil termômetros, qual é o valor dos 10 mil termômetros?

O SR. NÉLIO SANTOS - 10 mil termômetros clínicos digitais, R\$ 120 mil.

O SR. CIRONE DEIRÓ - 10 mil termômetros R\$ 120 mil?

O SR. NÉLIO SANTOS - Isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA - R\$ 12.

O SR. NÉLIO SANTOS - Isso. R\$ 12 cada um.

O SR. CIRONE DEIRÓ - E os 5 mil termômetros do outro?

O SR. NÉLIO SANTOS - Os outros 5 mil, R\$ 1.072.000,00.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Deputado Jean, falando nesse item aí, esse avental, a pessoa usa um avental e uma máscara? Quem usa esse avental? Tem como me esclarecer?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Os profissionais de saúde que vão ter contato com paciente confirmado ou paciente suspeito de coronavírus.

O SR. CIRONE DEIRÓ - A máscara N95, ela é descartável toda vez que usa ou é reutilizável?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Teoricamente, quando não se está numa pandemia, geralmente, usa-se uma vez, com casos dessas doenças infectocontagiosas de grande contágio, de grande infectividade, muita das vezes joga-se fora. Entretanto, na pandemia já está padronizado pela Organização Mundial de Saúde que pode ser reutilizada. Aí você pode guardar a máscara - tem uma forma correta de retirá-la, guardá-la para reutilizá-la. Mas toda vez que se

utiliza, existe o risco da contaminação do profissional, porque você vai tirar uma máscara que acabou de usar com um paciente positivo, ela está cheia de vírus ali; você tem que tirar, guardar e depois voltar a utilizar. Existe a possibilidade de reutilização, desde que seja seguida uma técnica correta para retirada e armazenamento dessa máscara.

O SR. CIRONE DEIRÓ - A pergunta é pelo seguinte, Secretário, nós vemos aí que - eu não vejo todo mundo com avental - e aí a Secretaria compra 160 mil aventais e compra só 80 mil máscaras.

O SR. JAIR MONTES - Mas não chegou nada ainda, Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Mas você comprou 160 mil aventais e só comprou 80 mil máscaras.

O SR. JEAN OLIVEIRA - O senhor fez que pergunta, Deputado? Se comprou e pagou? Foi isso?

O SR. JAIR MONTES - Foi. Eu perguntei.

O SR. CIRONE DEIRÓ - E outra coisa. Aí você compra 113 mil litros de álcool de 1 litro, paga R\$ 1 milhão e trezentos; e compra só 78 mil litros de meio litro e paga

R\$ 1 milhão, duzentos e quarenta e oito. Não tem alguém fazendo conta aí, não? Dá o dobro do preço.

O SR. NÉLIO SANTOS - O problema é que o material está escasso no mercado e você tem que comprar de quem tem hoje. Está entendendo?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Mas é só você fazer conta.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Compra tudo de um litro, então.

O SR. JAIR MONTES - Secretário Adjunto, essa compra foi comprada quando? Foi pedido isso?

O SR. NÉLIO SANTOS - Há 10 dias.

O SR. JAIR MONTES - Dez dias atrás foi dia 4.

O SR. NÉLIO SANTOS - Ainda não pagamos. Está empenhado.

O SR. JAIR MONTES - E aí, quantos dias para chegar isso aí?

O SR. NÉLIO SANTOS - Isso aqui? No máximo 10, 15 dias.

O SR. JAIR MONTES - Para frente.

O SR. NÉLIO SANTOS - Têm materiais que já estarão sendo entregues nessa semana, já. Tem que ver isso.

O SR. JAIR MONTES - Isso numa empresa só.

O SR. NÉLIO SANTOS - São três empresas.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu vou continuar aqui. As empresas ganhadoras são do Estado de Rondônia?

O SR. NÉLIO SANTOS - A maioria não. O Estado de Rondônia, as empresas não tinham condições de...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Falando especificamente dessas três empresas que o senhor falou dessa compra de R\$ 20.355.750,00. Não é isso, Deputado Dr. Neidson?

O SR. NÉLIO SANTOS - Não. Não são do Estado de Rondônia.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Não. Não são de Rondônia. Essas empresas, alguma vez, anterior a essa pandemia, elas já forneceram à Sesau?

O SR. NÉLIO SANTOS - Duas delas, sim.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu tenho uma informação de que não, elas nunca forneceram. Mas aí o senhor está falando, o senhor depois vai me provar.

O SR. NÉLIO SANTOS - A gente pesquisa direitinho do SIAFEM lá e vê o histórico delas no SIAFEM.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Outra coisa. É verdade que estão pagando as empresas adiantado, antes de entregar os produtos?

O SR. NÉLIO SANTOS - Em alguns casos, sim.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Especificamente nessas três empresas, nesses três lotes aí?

O SR. NÉLIO SANTOS - Não. Nessas três empresas teve um pagamento a vista referente às máscaras N95, porque se a gente não pagasse isso à vista, eles vendiam para outro e o Estado de Rondônia ficava sem. Então, o que nós fizemos? Nós fomos lá buscar as máscaras, inclusive não foi nem à vista, pagamos três dias depois. Buscamos as máscaras, quando descarregou aqui, o Corpo de Bombeiros foi lá buscar, trouxe essas massas para cá, três dias depois nós pagamos a empresa.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Mas nesse caso aí, positivo, porque pagou três dias depois que já estava. A pergunta é se está pagando adiantado, pagando e depois entregando.

O SR. NÉLIO SANTOS - Em alguns casos, as empresas exigem no mínimo 30% para garantir a venda para o Estado de Rondônia.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Só reforçando, que o Secretário perguntou dessa compra em específico de R\$ 20 milhões, não houve o pagamento antecipado.

O SR. JEAN OLIVEIRA - De R\$ 20 milhões não?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Não. Nessa aquisição não houve pagamento antecipado.

O SR. JEAN OLIVEIRA - É porque, assim, essas perguntas que estou fazendo são especificamente desses R\$ 20.355.750,00. São três contratos: um de R\$ 589.950,00, que é a MedLevnsohn; AMS Comércio é outro contrato, de R\$ 9.232.900,00; e a VidMed Comércio e Representações, é outro contrato de R\$ 10.512.900,00. Então, nenhuma delas foi pago antecipado. É isso, Coordenadora; é isso, diretora Michelle?

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Exato. O único pagamento que consta é esse que o chefe Nélcio confirmou agora, que foi esse pagamento após três dias.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu tenho informações de que já foi pago praticamente total esses recursos e uma empresa ainda não entregou nenhum objeto.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Não, deputado. Eu estou com o processo aberto aqui, inclusive.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Não. Então... É porque, assim, tem informações, eu estou certificando com vocês, que são as pessoas corretas.

A SRA. MICHELLE DAHIANE DUTRA - Tranquilo. Está ótimo. Eu só informei ao senhor que estou com o processo aberto, é justamente para eu falar e ter certeza.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Ok. Por que, o que é que acontece? Eu sou povo do Estado de Rondônia, representante deles; vocês são os técnicos que vão tirar as dúvidas; eu estou tirando as dúvidas. A informação que eu tenho é que já foi pago adiantado. Tem uma empresa, nessa empresa, a AMS já entregou boa parte dos produtos; essa VidMed não entregou nada e ela já recebeu esses R\$ 10.512.000,00. É a informação que eu tenho. Mas aí você está me trazendo uma nova, depois é importante que a gente oficialize isso. Eu

não tenho aqui o pagamento. Eu tenho só a homologação da compra.

Vou continuar aqui...

O SR. CIRONE DEIRÓ - Deputado Jean, eu volto a insistir, eu fiz o questionamento, que coisa que eu sei fazer é conta. Vocês compraram 1 litro de álcool, 1 litro desses R\$ 113 mil, por R\$ 12,00. O de 500ml vocês pagaram R\$ 30,00 o litro. Então...

O SR. NÉLIO SANTOS - R\$ 16,45.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Faz a conta aí: 78 mil frascos por meio litro, que vai dar 39 mil, divide por um milhão, duzentos e quarenta e oito. Na minha conta dá R\$ 30,00 o litro. Estou falando em volume. Aí, você pega os 113 mil e divide por um milhão, trezentos e cinquenta e seis. Um, você pagou R\$ 12,00 no líquido, e o outro você pagou R\$ 30,00. Então, essas coisas aí, não é porque esta Casa deu liberdade, que a gente não precisa fazer conta. A gente precisa fazer conta.

O que acontece? Eu estou falando desde o início, Presidente, nós demos essa liberdade, tudo na Secretaria está centralizado. Você precisa de uma informação, você tem que ligar para o Secretário porque ninguém consegue dar uma informação. Então, quando a gente pede: tem que haver uma descentralização, as coisas precisam se organizar, porque senão não vai funcionar. Tudo está concentrado no Secretário. Ele é ser humano: ele precisa dormir, precisa acordar, precisa se alimentar. Alguém precisa ajudar esse

Secretário, porque está concentrado tudo no Secretário. Se você quer saber o boletim diário, você tem que ligar para o Secretário de Saúde do Estado. Onde nós vamos parar desse jeito? Aonde? Depois eu tenho as perguntas.

O SR. NÉLIO SANTOS - Me desculpe, mas se você dividir um milhão, duzentos e quarenta o oito mil por 78 mil...

O SR. CIRONE DEIRÓ - Por 39 mil, quanto dá?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Não. Por 39, o litro. Aí é só 500ml.

O SR. NÉLIO SANTOS - O frasco.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Não. Eu quero saber o litro.

O SR. NÉLIO SANTOS - O litro saiu R\$ 12,00. O de 500ml saiu, cada frasco saiu a R\$ 16,00.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Cada frasco de 500, você multiplica por dois, R\$ 32,00.

O SR. JEAN OLIVEIRA - R\$ 32,00. Isso aqui está errado mesmo. Você falou R\$ 30,00, são R\$ 32,00.

O SR. CIRONE DEIRÓ - São R\$ 32,00. Então é mais caro ainda.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Só para continuar aqui, Presidente. Então assim, nós já discutimos aqui que já foi pago - a Michelle disse que não foi pago antecipado. Aí eu estou perguntando aqui se já foi entregue a totalidade desses produtos comprados. O Secretário Adjunto já disse que não, quedaqui 15 dias vão entregar. É isso mesmo, Secretário Adjunto?

O SR. NÉLIO SANTOS - Existe material que está em fase de entrega, inclusive essa semana.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Ok. Então, hoje ainda não está entregue.

Como está sendo o acompanhamento do recebimento desse vultoso valor de material? Quem está acompanhando a chegada desses produtos e o recebimento por parte do Estado?

O SR. NÉLIO SANTOS - Nós temos uma equipe nomeada pela Sesau, no próprio CAF, que eles acompanham todo recebimento e junto à empresa o monitoramento da entrega desses materiais. E atesta a nota.

O SR. JAIR MONTES - Rapidinho. Você comprou quantos frascos de 500ml foram comprados?

O SR. NÉLIO SANTOS - De 500ml?

O SR. JAIR MONTES - É.

O SR. NÉLIO SANTOS - 78 mil.

O SR. JAIR MONTES - E de 1 litro foi 113 mil.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Ok. Equipe da Sesau está responsável para fazer o acompanhamento. Depois, gostaria que informasse o nome dessas pessoas para que a gente saiba quem são os responsáveis.

E aí, a outra pergunta é para onde estão sendo distribuídos esses produtos, esses objetos, esses equipamentos que estão chegando dentro dessa compra. É só Estado ou também vai passar alguma coisa para os municípios?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não. Essa compra é uma compra do Estado. Está sendo distribuída para todas as nossas unidades hospitalares. Temos hospital em São Francisco do Guaporé, temos o Hospital Regional de Buritis, o Hospital Regional de Extrema, o Heuro de Cacoal, o Hospital Regional de Cacoal, o Hospital João Paulo II em Porto Velho, o Hospital de Base em Porto Velho, o Hospital Cosme e Damião em Porto Velho, o Hospital Cemetrôn - Porto Velho, a AMI em Porto Velho. Então, esse material chega e ele é distribuído para todas as nossas unidades hospitalares.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Ok. Obrigado. É só por parte do Estado, esse recurso, não é?

A SRA. ANA FLORA CAMARGO GERHARDT. - Ana Flora (Agevisa). Eu gostaria de acrescentar que parte também, desse material recebido pela Sesau também é encaminhado para as barreiras sanitárias que estão sendo feitas em todo Estado, tanto máscara, quanto avental... Então, tudo está sendo encaminhado para também colaborar junto com a barreira sanitária para todos os municípios do Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Vai concluir, Deputado Jean? Nós temos alguns colegas na espera.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Então, não é só para o Estado. Senhor Presidente, é como eu falei, agora vou chegar em outro tópico aqui e já respondido algumas questões, fico aguardando a resposta da equipe da Sesau, os nomes dessas pessoas que estão recebendo esses produtos. E ficou faltando também... Não, as outras, as compras, ele respondeu. Então, a equipe. E, aí, eu tive a resposta taxativa - está errado aqui no meu relatório - de que "não tem pagamento adiantado, especificamente da compra de R\$ 20.355.750,00, hoje, dia 15/04, não tem nada pago".

O SR. NÉLIO SANTOS - Deputado, só esclarecendo. Tem pago o que foi entregue.

O SR. JEAN OLIVEIRA - O que foi entregue, justamente.

O SR. NÉLIO SANTOS - Exatamente.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Corrigindo: não existe valor pago para aquilo que não foi entregue.

O SR. NÉLIO SANTOS - Adiantado, nesse processo não.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Ok. Ótimo. Outra pergunta. Consta aqui que a equipe da Secretaria de Saúde está se organizando para comprar 270 mil testes rápidos. Dos 270 mil testes rápidos, eu queria perguntar primeiro: quem fez a seleção da compra dessas empresas que vão, dessa empresa(s) que vai entregar esses testes rápidos. Quem foi? A mesma pergunta eu fiz naquela dos R\$ 20 milhões, foi Sesau, foi Supel? Quem foi?

O SR. MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL - Boa tarde a todos. É sempre uma grande honra comparecer a esta Casa e prestar esclarecimentos. Eu penso que se há uma soma de esforços para resolver um problema, a força colaborativa sempre se sobrepõe a qualquer obstáculo. Quanto aos testes de Covid, nós fizemos um chamamento inicial para aquisição de dois mil testes, até porque esse é o produto mais cobiçado no mundo, hoje. É um produto extremamente difícil de encontrar e de comprar. E, nesse meio de tempo, houve um entendimento, porque os entendimentos técnicos e científicos mudam a cada momento e entendeu-se que testes

rápidos poderiam suprir o Estado de forma que se pudesse flexibilizar as regras de concentração de pessoas, então deu-se uma ênfase maior à aquisição de testes rápidos. E esse processo de dois mil kits foi paralisado e a Sesau, com muito esforço, conseguiu contar contato com o fornecedor, do representante do Brasil, comprando da China, para 100 mil kits de testes rápidos. Se eu não me engano, deve estar sendo entregue amanhã ou depois. Então, esse é o resumo dessa história da compra dos kits.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Cem mil testes confirmados, Márcio? Comprados?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Já foi pago?

O SR. MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL - O Secretário Nélcio pode responder melhor, porque esses 100 mil foi feita uma compra...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu só queria um aparte aqui, rapidinho. Já aproveitar aqui o nosso Secretário da Supel, Márcio, está fazendo esta resposta. Eu já estou em outro item aqui, que é a compra dos testes rápidos. Mas eu queria voltar à compra dos EPIs e fazer uma pergunta direcionada à Supel. A Supel fez alguma abertura de chamamento público para a compra de EPI?

O SR. MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL - Nós temos feito, frequentemente, chamamentos para compra de EPIs...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Especificamente para essa compra de R\$ 20 milhões?

O SR. MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL - Teve essa inicial que o Secretário está se referindo, a primeira foi feita lá no começo do processo do Decreto, então, essa não passou pelo procedimento de chamamento porque o procedimento de chamamento, nós estruturamos apenas quando o Governador pediu que: "olha, nós precisamos dar o máximo de transparência nessas compras, ao mesmo tempo em que devemos fazê-la de forma rápida". Então, nós buscamos os melhores entendimentos para criar, estruturar um sistema de chamamento. Esse chamamento específico, que o Secretário se referiu, foi feito lá, diretamente pela Sesau, seguindo os parâmetros do Artigo 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei 8.666. E, agora, nós estamos fazendo vários chamamentos para EPI, não só para a Sesau, mas estamos fazendo também para a Sejus, que já terminou; estamos fazendo agora, hoje foi para os municípios, com o recurso do Tribunal de Contas. Para a Secretaria de Finanças, que tem pedido também para a sua área, para a Secretaria de Segurança. Então, nós estamos fazendo muito chamamento de EPI e graças a Deus, assim, as empresas, agora, já estão conseguindo ofertar propostas para entrega com 7 dias. Antes, nem isso tinha.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Deputado...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu já estou concluindo, é coisa rápida, agora.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Deputado Jean, mais uma pergunta para Vossa Excelência. Pode ser que alguma pergunta que o senhor queira fazer, outro deputado quer fazer...

O SR. JEAN OLIVEIRA - Só para concluir aqui, Deputado Ezequiel, dizer que a informação que nós tínhamos é de que havia sido aberto um chamamento público e que a Sesau não havia respeitado o chamamento público e havia comprado. Então, a explicação já está aqui, de que não houve chamamento público, de que essas que já existiam propostas sendo lançadas, e de que essas empresas venderam, inclusive, com valor acima do que estava no chamamento público. Está bom. Ok.

Sobre os testes rápidos, eu só queria falar aqui, já foi dito que as empresas, a empresa tem o planejamento para 270 mil testes, de que foram entregues 100 mil testes. Um total de R\$ 105,00 por teste, foram pagos R\$ 10,5 milhões. Já foram pagos os testes, Secretário?

O SR. NÉLIO SANTOS - Nesse caso do teste, como eles compram direto da China, o próprio mercado chinês exige uma garantia de compra desses testes. Então, a empresa exigiu 30% para poder garantir a compra na China. E com relação ao preço, que nem o Márcio falou, isso foi feito um amplo chamamento público, se calculou o preço médio do mercado, que varia de R\$ 70,00 a R\$ 220,00 os preços que foram no chamamento público. Os preços, nós ligamos para a empresa, nossa equipe ligou para as empresas que estavam tendo os valores mais baixos, elas não tinham como entregar o produto e foi comprado dentro do preço médio que nós encontramos. Inclusive, muito abaixo do preço médio.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Esses produtos ainda não chegaram em Rondônia ou já chegaram?

O SR. NÉLIO SANTOS - Quinta-feira, agora. No Brasil.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Ok. Então já foi pago R\$ 10 milhões...

O SR. NÉLIO SANTOS - Não foram pagos R\$ 10 milhões. Trinta por cento do valor da compra.

O SR. JEAN OLIVEIRA - A compra é de 100 ou de 270 mil?

O SR. NÉLIO SANTOS - A compra? Essa compra especificamente é de 100 mil testes rápidos.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Mas existe já alguma coisa em torno de 270 mil?

O SR. NÉLIO SANTOS - Existe um pedido de todos os municípios, de 278 mil testes. Só que isso, nós só formalizamos o processo. Não compramos.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Que dá um total de R\$ 28 milhões.

O SR. NÉLIO SANTOS - Isso. Mas isso não foi empenhado. Só está o processo formalizado porque os municípios pediram essa quantidade. Esses 100 nós já compramos exatamente para dividir com os municípios.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Eu só queria...

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok, Deputado Jean. Para concluir.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Só queria finalizar dizendo o seguinte, a empresa que ganhou essa entrega de 100 mil testes rápidos é uma empresa de Barueri, Estado de São Paulo. O capital social dela é de R\$ 140 mil...

O SR. JAIR MONTES - Qual é a empresa, Deputado Jean?

O SR. JEAN OLIVEIRA - A empresa...

O SR. JAIR MONTES - O senhor foi levantar tudo isso, Deputado?

O SR. JEAN OLIVEIRA - Buyerbr Serviços e Comércio Exterior Ltda. Ela é especialista em compra, em comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional de segurança do trabalho; comércio atacadista para aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; comércio atacadista

de ferragens e ferramentas; comércio atacadista de materialelétrico; comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário - parte e peças; comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial - partes e peças; comércio atacadista de equipamentos de informática; comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação; atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. Não consta aqui, nada relativo à área da saúde. E ela está vendendo R\$ 10,5 milhões para o Estado. Então, é uma das questões que eu gostaria aqui, eu puxei até o endereço da empresa. Essa é a foto de Barueri **(mostra a foto)**, é uma portinha. Uma empresa que está cotada a vender R\$ 28 milhões para o Estado de Rondônia. Encerrei, Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Está encerrado o Deputado Jean.

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Eu vou responder. Posso responder essa, Deputado?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Eu gostaria que o Dr. Maxwell pudesse responder.

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Eu vou responder essa pergunta porque hoje eu fiz uma manifestação para o Tribunal de Contas, justamente respondendo esse mesmo

questionamento. O que acontece? Essa empresa aí, trabalha, ela tem uma sociedade de participação, com outra empresa que é quem detém o registro do produto Anvisa. Quem fez o registro é a Level, que é uma importadora grande. Então, as duas empresas trabalham com uma *trade*, elas têm uma sociedade por conta de participação. Junta duas empresas e atuam no mercado. E elas estão atuando na importação desses produtos de teste rápido. Então, assim, quem é a sócia ostensiva, é a Level. Essa empresa que fez a venda atua como sócia não ostensiva. Então, ela é uma empresa menor que trabalha com importação. Todo esse questionamento foi feito pelo Tribunal. O Tribunal de Contas também não sabia dessa informação. Eu encaminhei para lá, hoje, toda documentação comprovando essa sociedade. A outra empresa ostensiva é quem tem o poder aquisitivo maior, que tem o capital social maior e ela que fez o pedido de registro desses testes na Anvisa. Então, assim, não há nenhuma irregularidade nesse sentido. É só para deixar claro que o Tribunal, tanto o Tribunal de Contas fez esse questionamento, quanto o MP. Foi respondido aos dois.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok. Para fazer as perguntas, eu gostaria que fosse mais, as perguntas fossem mais céleres, Deputado Laerte. Em seguida, o Deputado Marcelo Cruz.

O SR. JAIR MONTES - Deputado Laerte, me deixa só 30 segundos do seu tempo?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES - O que me deixa preocupado, eu não sei quem fez essa cotação, essa compra. É que nós temos uma empresa aqui em Porto Velho, que agora ela está com... Eu pedi informação, ela tem, de álcool, ele tem 22 mil unidades de álcool, agora. Ainda tem 22 mil de álcool de 500ml. Álcool em gel 70%, para cima. E o preço dele é R\$ 12,00. E vocês pagaram de uma empresa de fora, R\$ 16 e cacetada. Então, assim, me deixa preocupado isso. Porque, empresas locais, Presidente, com o comércio fechado, senhores deputados, não são oportunizados, não têm oportunidade de vender para o Estado nem para o município. Me deixa preocupado, Secretário. E a empresa aqui é antiga aqui, na Dom Pedro II. Mas se o deputado fala, é porque o deputado tem interesse de ganhar dinheiro com a empresa. Logo pensam isso. Mas, pagando R\$ 12 para a empresa aqui, e pagando R\$ 16 para a empresa lá fora, não é melhor comprar aqui, e já estar com o álcool em gel aqui na mão? Então, me deixa muito preocupado isso. E depois, eu vou pegar direitinho, Maxwell e Deputado Jean, essa empresa, se tem aporte com outra empresa. Nós queremos levantar certinho, esses R\$ 22 milhões, que é dinheiro da população do Estado de Rondônia, é dinheiro de economia de todos. Dinheiro do Estado tem que ser bem explicado essas compras.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok. Deputado Laerte para fazer as suas perguntas.

O SR. NÉLIO SANTOS - Só um aparte, Deputado. Quanto a isso, nós pesquisamos em várias empresas aqui de Porto Velho, na época dessa compra, ninguém fez cotação.

O SR. JAIR MONTES - Ele falou que não foi, nunca foi pedido para ele, nada.

O SR. NÉLIO SANTOS - A gente pode verificar dentro dos autos, as cotações que foram encaminhadas e ver se ele fez cotação. Mas aqui em Porto Velho, nós pesquisamos em todas as empresas e ninguém tinha álcool em gel para vender.

O SR. JAIR MONTES - Tudo bem.

O SR. LAERTE GOMES - Senhor Presidente, senhores deputados, Secretários, mais uma vez, eu... Eu vou ser bem breve aqui, umas dúvidas que eu tenho para serem retiradas, para serem esclarecidas. Mas quero, mais uma vez, através do Decreto 1.152, vou entregar depois ao Secretário, que reconhece o estado de calamidade e monta a Comissão para que você reúna os seus assessores, a sua equipe, Fernando, e determine a eles, assim que chegarem os pedidos de informações desta Comissão, que sejam, imediatamente, respondidos. Para não ter que ocorrer outro momento desses, que a gente sabe o momento que está vivendo, todo mundo preocupado, sabe do trabalho de vocês, da correria que vocês estão, do momento que vocês estão vivendo também, à frente dessa grave crise que assola todo mundo, mas os deputados também têm todo direito de querer exigir as explicações, querer as respostas deles. Talvez se tivesse cumprido o que foi encaminhado àquela Secretaria, nós não estaríamos aqui hoje, cada um estaria cuidando dos seus afazeres. Mas, infelizmente, chegou a esse ponto. E agora nós vamos ter que ficar aqui até esclarecer e tirar as dúvidas dos nossos parlamentares, Júnior. O senhor, como

Chefe da Casa Civil, é importante levar isso, aqui ao Fernando nós estamos falando ao Márcio e a todos os Secretários. O Márcio, eu tive uma dúvida, mandei um e-mail para ele, oficial, em menos de 24 horas chegou a resposta. Eu acho que tem que ser dessa forma. Até porque eu entendo, e eu acho que ninguém tem nada a esconder aqui, não é? Então, as informações têm que ser transparentes e claras.

Assim, isso tudo que está fazendo agora, eu acho que deveria ser feito a 60, 90 dias atrás. Eu acho que, quando eu falo "a Secretaria da Saúde", eu falo todos nós Poder Público: Governo do Estado, Governador, Secretários, Saúde, Assembleia. Esse volume de aquisição agora, de kits para exame, esses EPIs que estão sendo comprados em grande volume. Isso, na minha concepção, nós teríamos que ter tido a visão há 60 dias. Talvez nem o isolamento social fosse necessário, porque eu entendo que quando você testa, você tem como separar as pessoas de risco, as que estão com o vírus das demais da sociedade. Não causando e trazendo um problema seriíssimo - lógico que a Covid-19 é o mais sério, mas nós temos um problema seriíssimo para ser enfrentado -, que é a questão da economia do Estado. Talvez, se nós tivéssemos antecipado lá atrás, e comprado em grande volume - até compraríamos mais barato - os testes rápidos, os exames, os EPIs, talvez hoje, senhores deputados, Júnior, nós estaríamos vivendo outro momento em Rondônia. Nós temos os números dos infectados, mas não temos a certeza que é isso. Não só em Rondônia, como no Brasil inteiro. Quando não testa, não tem a realidade, não é? Talvez nós tenhamos aí, pessoas aqui dentro, neste momento, com a Covid, que não foram testadas, e a gente não sabe.

Uma das perguntas já respondeu, que é da aquisição dos exames, que chegando isso aí, acho que já vai dar uma, eu

não vou entrar na forma, que o Deputado Jean já entrou, como foi adquirido essas coisas. Só vou questionar uma questão aqui, que eu acho muito séria. Hoje eu falei aqui na tribuna da Assembleia, de manhã, que eu fiz a denúncia, eu me sinto no dever e na obrigação de falar aqui para você, Fernando, aqui para a Secretaria de Saúde, na frente de você e para a sua equipe. Então, eu acho que chegando esses exames, esses EPIs, os municípios tendo esses exames, essa questão mais rápida, a gente vai avançar nisso.

Outra questão que eu queria perguntar para o Secretário de Saúde aqui, ao Fernando: qual a estimativa de vocês, do pico, aqui no Estado de Rondônia, se é maio, se é abril e junho. E qual a expectativa de infectados e de leitos que vão ser necessários.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Essa pergunta, Deputado, elas são muito pertinentes, muito boas, muito bem feitas, agora, muito difíceis de responder. Isso muda muito, por exemplo, um evento que teve, como essa festa que teve aí, que deve contaminar pelo menos umas três dezenas ou mais de pessoas, dos que já estão confirmados e que vão confirmar ainda. Muda completamente o cenário porque nós tínhamos 42 casos no Estado. Talvez a gente dobre os casos com apenas um evento, com uma festa. Ou seja, tudo o que a gente tinha no Estado inteiro, nesse mais de um mês de epidemia, no Brasil, mais de um mês de casos no Brasil, um mês e meio de casos no Brasil, a gente pode dobrar com um evento só que aconteceu. Lembrando que essa festa aconteceu no dia 04 de abril e ela se repetiu no dia 11. Dia 11 fizeram, quase as mesmas pessoas, muitas pessoas que estavam na primeira, fizeram a segunda festa no dia 11, que foi agora. Então, isso torna muito difícil a gente responder perguntas como essas de quando é que vai ser o pico. Por exemplo, se não

fosse essa festa, a gente estaria com 45 casos hoje. A gente está com mais de 70 hoje, já.

O SR. LAERTE GOMES - E não sabemos ainda, porque não testamos o resto. Eu acho que com a chegada dos exames, nós vamos ter uma realidade melhor.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Exatamente. E ainda vai ter muito mais gente que vai confirmar amanhã, depois, hoje, dessa festa ainda. Ou seja, a gente dobrou, praticamente o número de casos.

O SR. LAERTE GOMES - Deixa eu te falar outra questão. Eu entendo, Fernando, que nós vamos ter um aumento agora, e é isso que você falou, nós temos esse problema, nós temos aqui em Manaus, que já virou um epicentro de epidemia, não é? E nós temos um canal aqui, que é o rio Madeira, que é um vínculo muito forte com Manaus. Então, não tem como nós fugirmos disso.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Intrinsecamente ligado, não é?

O SR. LAERTE GOMES - É muito ligado. Eu entendo assim, que nós temos que regionalizar essa questão do Covid-19. Talvez não seja o momento agora, ainda, porque os números são baixos, mas vai chegar o momento que vai ter que fazer. Vai ter que fazer Ji-Paraná, que é o segundo polo do Estado de Rondônia, mais 16 municípios lá, regional, acho que são

16 ou 18 municípios. Cacoal, que já tem estrutura, o Cone Sul, Ariquemes e Porto Velho. Vocês têm isso no planejamento de vocês? Se essa epidemia tiver um pico maior do que o planejado, esperado?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Temos sim, Deputado. Nós temos essa estrutura básica que foi montada, que seria como se fosse início. Por exemplo, 19 leitos de UTI no Cemetron; 35 na AMI; 18 no Regional de Cacoal. Se por acaso começar a piorar a situação, começar a ficar mais grave, nós podemos chegar de 19 até 45 leitos no Cemetron. Tem os equipamentos, podendo chegar até isso. Podemos usar alguns hospitais, outros. Por exemplo, o Hospital Municipal de Ji-Paraná, que tem os 10 leitos de UTI, que está fechada a UTI, podendo chegar a 13, com os equipamentos de backup que eles têm. É uma possibilidade de usar. Podemos precisar de alguns hospitais privados no interior e na capital. Pode ser que precise. A taxa de ocupação da maioria dos hospitais agora, está muito baixa. Já vem baixa de uns dois anos para cá, dos hospitais privados. De um ano e pouco para cá, já estava baixa. Desde a época que começou, na verdade, as usinas irem embora de Porto Velho, depois veio a recessão, crise do governo anterior, do Governo Federal, e aí começou a diminuir o número de pessoas com plano de saúde, o potencial de as pessoas pagarem particular acabou diminuindo também. O número de pessoas que precisavam do SUS aumentou e isso fez com que agora, ainda, nessa crise, nessa pandemia, onde as cirurgias e as consultas eletivas estão suspensas, os hospitais privados estão com a taxa de ocupação um pouco mais baixa. Então, há a possibilidade de requisitarmos sim, de utilizar...

O SR. LAERTE GOMES - Só acrescentando, o Hospital Municipal de Ji-Paraná não tem os leitos de UTI. Pode ter os ventiladores mecânicos, tem quatro, o Secretário me falou, podem ser transformados em semileitos, 4. Se chegar mais alguma coisa lá, é fase... O que está sendo inaugurado dia 15 agora, eu acho que é hoje, hoje é dia 15, deve inaugurar nessa semana, são mais 10 leitos de UTI na HCR. Então, que é privado, queria 20 leitos de UTI no município de Ji-Paraná. Vocês encaminharam uma solicitação à Secretaria Estadual de Saúde, não sei quem foi, encaminhou pedindo mais 25% dos leitos que têm contratados pelo SUS no HCR. Têm 6 leitos, 25%, dá mais um leito e meio. Foi o que a Secretaria Estadual de Saúde solicitou ao município de Ji-Paraná, que eu acho que é muito pouco. Talvez, nesse momento, é necessário, mas a pergunta que eu estou fazendo é se há predisposição, se nós tivermos na região central, um grande pico, porque não vai ter como transportar esses pacientes, se há predisposição de pegar essa estrutura e colocar à disposição do Covid-19 na região central de Ji-Paraná, para atender toda aquela grande região. Porque se nós formos levar o paciente pela estrada, do jeito que está essa BR-364, vai morrer muita gente.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Qual estrutura que o senhor falou? Não entendi.

O SR. LAERTE GOMES - A estrutura privada. Se há essa predisposição. Por exemplo, vocês têm 6 leitos de UTI em Ji-Paraná, contratado. Se há essa predisposição, se aumentar o número de infectados e houver necessidade de leito, em vez de estar levando para outros lugares, que os outros vão estar cheios também - a gente espera que não,

mas é a realidade que nós estamos vivenciando no Brasil inteiro - se há essa predisposição de se contratar esses leitos ali, a preços SUS, para poder atender às pessoas da região central?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Com certeza. À medida que for apertando o cerco, for aumentando a situação, pode ser que haja a necessidade de se contratar hospitais privados.

O SR. LAERTE GOMES - Outra questão...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Só um gancho aí, Presidente. A questão do Cone Sul, Vilhena, também já tem alguma coisa nesse sentido?

O SR. LAERTE GOMES - Vilhena já tem os leitos.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Não tem não. Tem só no hospital, mas não tem para o coronavírus.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Está falando de quê? De leitos de UTI?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - De UTI, nós temos o público lá, o Regional, 10 leitos, mas já vive lotado, por sinal, não é?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - O Hospital Regional de Ariquemes, que é municipal, tem... Desculpa, de Vilhena, errei. O Hospital Municipal de Vilhena, que é regional, ele já tem 10 leitos de UTI.

O SR. LAERTE GOMES - Só para, então, mais duas perguntas só, bem rapidamente. Nós temos ouvido, Secretário, inclusive, hoje, os deputados do Cone Sul ligaram, o Deputado Ezequiel falou comigo, o Deputado Luizinho. Naquela reunião que nós tivemos aqui, com o Deputado Luizinho, sobre a questão das UTIs de Vilhena, que ficou uma responsável para dar a resposta, não sei, disse que ainda não foi dada a resposta nenhuma daquela questão. O Henrique Prata, do Hospital do Câncer de Barretos, me ligou e disse que estava 4 meses atrasado o pagamento deles. O HCR estava 4 meses, pagou um. O Hospital de Ariquemes, o Deputado Alex falou que estava atrasado também, os leitos de UTI. Isso é problema administrativo, financeiro ou o que é que está ocorrendo na Secretaria de Saúde, com esses atrasos? Ou é burocracia, informação?

O SR. NÉLIO SANTOS - Vou responder essa pergunta, Presidente. O Hospital de Barretos tinha realmente um probleminha. Foi sanado. Foi pago, acho que essa semana passada, quinta-feira, acho que R\$ 11 milhões, do mês de novembro, dezembro e janeiro. Nós temos um novo convênio, que foi formalizado com eles agora, fevereiro. Também já foi repassado, mas três milhões e oitocentos mil reais. Então, o Hospital de Barretos, nós estamos em dia com eles.

O SR. LAERTE GOMES - Mas estávamos quatro meses atrasados.

O SR. NÉLIO SANTOS - Estava porque tinha um probleminha que estava se resolvendo com o gestor do Hospital aqui. Isso foi resolvido, está equacionado.

A questão dos hospitais particulares, que nem São Francisco, que nem o HCR lá, é que nós temos uma peculiaridade nisso aí. Esses valores são repassados, são pagos com recursos federais. O que é que acontece? Eles são feitos através...

O SR. LAERTE GOMES - Não. Recurso federal é o complemento. O deles lá é mil e poucos reais com a fonte 100. Que é a fonte 100 e a fonte 09, se eu não me engano. Estavam os dois atrasados. Estava desde dezembro atrasado.

O SR. NÉLIO SANTOS - Isso. Mas o que acontece é o seguinte: é através de produção. Quando se fala atrasado, o que é que acontece? Eles produzem no mês de janeiro, exemplo: produz no mês de janeiro, essa produção eles entregam para o nosso setor de avaliação no dia 05 de fevereiro. Isso é só um exemplo. Dia 05 de fevereiro, essa produção é apresentada ao Ministério da Saúde para analisar. Isso vai para, de janeiro, exemplo, para 05 de março, quando eles podem tirar a nota fiscal. Então, geralmente, o prestador fala: "eu estou 90 dias atrasado". Mas é porque ele produziu em janeiro, só que tem toda essa tramitação junto ao Ministério da Saúde, até ele tirar a nota fiscal para tramitar, para poder fazer o pagamento.

Então, por exemplo, em março agora, ele conseguiu receber dezembro, por quê? Porque existe esse *delay* do Ministério da Saúde para analisar essas produções.

O SR. LAERTE GOMES - Ok.

O SR. NÉLIO SANTOS - Então, é isso. Às vezes fala atrasado, mas geralmente é por causa desse *delay* do Ministério da Saúde.

O SR. LAERTE GOMES - Eu queria fazer uma pergunta agora, para a Saúde e para a Supel. Houve um processo de contratação de aluguel, de ambulância UTI móvel?

O SR. MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL - Sim. Foi um dos primeiros chamamentos que nós fizemos para contratação de serviço de ambulância de UTI móvel. Acho que naquela época, ainda, não tínhamos conseguido dar a divulgação que nós estamos dando agora, que estou tentando divulgar até em todo o Brasil os nossos chamamentos para ver se a gente tem uma ampla participação e dar o máximo de transparência. Nessa licitação só participaram duas empresas e o preço ficou alto porque é médico, é motorista, médico, auxiliar, enfermeiro. São 04 profissionais dentro de uma ambulância, 7 dias por semana, 24 horas por dia, e acabou ficando num preço elevado. Mas nós tivemos também uma denúncia administrativa, nós estamos averiguando. E hoje mesmo, eu estava tratando com o Secretário Adjunto, a possibilidade de anular ou de revogar esse procedimento e refazer esse chamamento.

O SR. LAERTE GOMES - Se homologar isso, Márcio, o Secretário vai ser preso. Não tenha nenhuma dúvida...

O SR. NÉLIO SANTOS - Não foi homologado ainda não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES - Não tenha nenhuma dúvida, se homologar, Fernando, você que não assinou, mas vai assinar, se homologar, tu que és o ordenador de despesa da Secretaria, que é Fundo, o Secretário vai ser preso. Falei aqui hoje, R\$ 187.973,31 o aluguel de uma ambulância UTI móvel. E a desculpa não pode ser o médico, que o enfermeiro tem no quadro, o motorista tem no quadro, o médico tem no quadro. Se não tiver, pode contratação temporária. Uma ambulância móvel é R\$ 230 mil, uma ambulância UTI móvel nova, R\$ 230, R\$ 240 mil. Eu comprei uma para Ji-Paraná. Então, como é que você paga R\$ 187.973,31 no aluguel, Márcio, de uma ambulância? O projeto básico, com a cotação, foi feita onde, lá na Saúde?

O SR. MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL - Deputado, assim, foi feito, Presidente, um chamamento público e duas empresas acolheram. Então, assim, não tem uma pesquisa inicial. Como é um procedimento emergencial, não é?

O SR. LAERTE GOMES - Mas é um erro. Foi um erro cometido. Olha, eu podia muito bem ficar quieto, podia muito bem. Podia muito bem, senhores deputados, Fernando, eu podia muito bem ficar quieto, os deputados ficarem quietos...

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Deputado, deixa eu fazer um comentário. No começo do ano passado, eu vi um processo desses e, aí, o Conselho Estadual de Saúde... Aliás, na verdade, quando eu vi o processo, eu falei assim: "pode parar que tem roubo. Pode parar que está errado. Cento e tantos mil reais?". E aí nós começamos a fazer uma conta, e aí o Conselho Estadual de Saúde me chamou. Olha só: um médico, hoje, ganha cerca de R\$ 12.500 bruto. Numa ambulância, R\$ 12.500 por mês. Só que não são 12 salários, são 13 salários, mais o 13º, mais férias...

O SR. LAERTE GOMES - Bota R\$ 20 mil tudo. Vamos botar R\$ 20.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não. São R\$ 14, 1,6? Então, R\$ 12.500x1,6, dá R\$ 20 mil. Para preencher a escala de 5 dias na semana, eu preciso de 5 médicos. Cinco vezes vinte, então eu gasto R\$ 100 mil por mês de médico.

O SR. LAERTE GOMES - Mas, se você tiver volume, não é?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não. Quando você aluga ambulância para ele ficar 24 horas à disposição, ela tem que ter o médico 24 horas, porque eu posso precisar às 3 da manhã, posso precisar meio dia. Tem que ficar 24 horas. Eu gosto R\$ 100 mil de médico para tocar a ambulância.

O SR. LAERTE GOMES - Então, o médico trabalha, o contrato do médico é 24?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - O contrato do médico é 40 horas semanais. São três plantões de 12, geralmente, que essas empresas contratam. Eu gasto R\$ 100 mil de médico.

O SR. LAERTE GOMES - 40 horas semanais, dá quanto? 280. Então, vai ter que botar 7 médicos.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não.

O SR. LAERTE GOMES - Ué, se é 24 horas! Não são 7 dias na semana x 40 horas? Não dá 280? Ou eu estou fugindo, na minha conta?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Está errada a conta do senhor, Deputado. Cada médico faz 40 horas por semana. A semana tem 168 horas. A semana tem 168 horas, um médico faz 40 horas. Então, eu preciso de 5 médicos para cobrir férias, tudo, eu preciso de 5 médicos. Então, eu pago R\$ 100 mil para o médico cuidar da ambulância. Enfermeiro, é $\frac{1}{4}$ disso. Então, eu pago mais R\$ 25 mil de enfermeiro, por mês, para ter uma ambulância funcionando. O motorista e o técnico de enfermagem é em torno, com os encargos, em torno de R\$ 2.500 cada um. São cinco, dá R\$ 12.500 para cada um, mais R\$ 25 mil. Então, gasta-se R\$ 150 mil por mês, de médico, enfermeiro, técnico e motorista, R\$ 150 mil.

O SR. LAERTE GOMES - Então o cara vai trabalhar de graça, porque só o resto que dá de desgaste, de encargos, de combustível...

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Foi exatamente essa conta que nós chegamos à conclusão, o dia que eu levei para o Conselho Estadual de Saúde, que eu achava que era um roubo esse valor e quando nós fizemos a conta lá, o pessoal falou assim: "está barato".

O SR. LAERTE GOMES - Não. Eu tenho certeza que é um roubo e tenho certeza que é uma falta de planejamento e vou explicar por quê. Com esse dinheiro mensal, duas ambulâncias em Cacoal, trezentos e quantos mil dá? R\$ 370 mil, a mil e quanto que é um leito de UTI lá, alugado? Dois mil, mil e seiscentos, quanto que é um leito de UTI privado?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Dois e quinhentos, aproximadamente.

O SR. LAERTE GOMES - Não. São dois e cem, que paga.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É. Tem dois e cem, depende de onde que é.

O SR. LAERTE GOMES - Até de mil e seiscentos, não é, Deputado Alex? Tem de um mil e seiscentos, não é?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Tem.

O SR. LAERTE GOMES - Então, quantos leitos de UTI você não contrata com esse dinheiro, sem transitar ninguém na BR? Então, eu acho que nós temos que ter, agora, o foco de trabalhar regionalmente. Porque regionalmente, o paciente de Espigão vai levar, a Prefeitura de Espigão vai levar o paciente até Cacoal, e lá vai ter leito de UTI. Não vai precisar vir para Porto Velho. O de Alvorada vai levar, Deputado Jair, até a obrigação dele, de levar até Ji-Paraná até o hospital ou o HCR ou o Municipal, se tiver leito de UTI, se implantar os ventiladores mecânicos, não vai ter necessidade desse dinheiro. Senão, você vai ter que pagar duas vezes: pagar a ambulância e pagar o leito de UTI. É por isso que eu defendo a regionalização disso, como teria que ser a nossa Saúde. Mas, infelizmente, ainda não é - e ao longo dos tempos, isso. As regionais que nós temos, porque daí, com certeza, nós... Não haveria nem a necessidade de da UTI móvel, porque a Prefeitura de Ji-Paraná já tem. Então, se tiver algum caso que não tiver leito lá, se estiver superlotado, tem uma lá. E aqui em Porto Velho, talvez uma.

Então, eu acho que esse planejamento da UTI móvel, da regionalização de UTI é o melhor caminho. E olha aqui de onde é a empresa. Você chega para nós todo dia. Olha aqui onde é a empresa que ganhou essa licitação, três milhões e pouco. Aqui, Márcio. E sabe quanto é o capital social dessa empresa? R\$ 15 mil. Eu não queria nem levar para esse lado.

O SR. JAIR MONTES - Essa empresa é de que?

O SR. LAERTE GOMES - R\$ 15 mil, o capital aqui. Então, só para mim... Eu estou concluindo, eu já vou concluir. Depois, os deputados podem falar. Então, Fernando, é esse

cuidado que a gente quer ter para ninguém ter problema. Para todo mundo trabalhar de forma igual. Porque uma empresa dessas, eu duvido ela ter capacidade de contratar cinco médicos. Não tem. Olha a estrutura da empresa. É um absurdo! Então, eu espero, Márcio, que seja cancelado isso e aberto um novo. Se o preço de mercado for esse, que eu sou leigo nisso, não tenho conhecimento, tudo bem. Mas que se faça isso com empresa séria, especializada no ramo, com credibilidade. O que não pode também, porque tem um reconhecimento de calamidade pública, qualquer empresa vir aqui, que não tem base nenhuma, não tem estrutura nenhuma e estar fornecendo ao Estado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Deputado Laerte, para concluir?

O SR. LAERTE GOMES - Só para concluir, o Deputado Fúria quer falar rapidinho... De Cacoal, eu falei. Acho que ele quer...

O SR. ADAILTON FÚRIA - Presidente, rapidão. Presidente, eu coloquei à disposição do Estado um recurso para a compra de uma ambulância UTI e o Estado não tem a ata de preço para compra. Não tinha, até o momento. Eu estou aguardando a boa vontade do Estado em comprar essa ambulância, o recurso que eu disponibilizei, e tendo em vista que o Estado tem esse recurso para fazer essa aquisição, mas a gente disponibilizou por entender a real situação do momento. Mas até agora a gente não tem resposta.

O SR. LAERTE GOMES - E outra coisa, Fernando, que é importante a gente falar, só para concluir o que o Deputado Fúria falou, muito bem colocado. Mas veja bem, essas empresas, esse novo chamamento público, que vocês vão fazer, com certeza, Márcio e a Secretaria de Saúde, eu queria dar uma sugestão aos técnicos: a empresa que participar tem que estar posta lá, se houver necessidade, a ambulância está lá e cobra o frete. Quando você contrata uma UTI aérea, você contrata o avião para ficar à disposição 30 dias no governo? Não. Tem que ter o mesmo caso. Precizou aqui, vai lá, chama o avião e paga o frete. Assim tem que ser essas UTIs. Senão, o impacto é muito grande. Eu conversei com o dono de empresa que faz em Ji-Paraná, isso aí, ele falou: "Laerte, eu trabalho na Prefeitura de Ji-Paraná, com UTI móvel, eu fico à disposição. Se precisar, ele vai me pagar o quilômetro rodado, o frete.". Agora, não alugar 30 dias, de dia e de noite. Então, aí, o custo é muito lá em cima. Eu acho que tem que vocês têm que encontrar um modelo novo para botar isso. Vamos botar hoje, por exemplo, hoje, Fernando: se você botar duas UTIs móveis no município de Cacoal nesse preço e começar a trabalhar amanhã? Ela vai ficar 50% do tempo parada, para mais, ou estou errado? Você vai pagar um dinheiro que não há necessidade de gastar. Agora, se tiver lá por viagem, por quilômetro rodado, Márcio, bota por quilômetro rodado. Aí é diferente.

Então, eu acho que isso tem que ser cancelado. A gente poderia muito bem deixar contratar e depois... Eu não quero isso, esse tipo de denunciismo, eu não me agrado com isso. Eu prefiro, antes, fazer o trabalho de prevenção, como nós estamos fazendo aqui. Buscar um novo modelo, onde as ambulâncias estejam lá, a empresa esteja lá, havendo necessidade, ela vai receber por quilômetro rodado, como é na maioria dos lugares.

E para concluir, eu só vim aqui, Fernando, isso aqui é para tirar dúvida que eu não tenho esse conhecimento, mas eu gostaria de tirar essa dúvida aqui. Na contratação de empresa especializada de urologia, dentro do contrato emergencial, dentro do Decreto de Calamidade Pública, tem vínculo essas duas questões ou não?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não, esse contrato emergencial é bem antes da calamidade, não é? Ele começou lá atrás. Na verdade, nós tivemos vários problemas com urologia. Nossos equipamentos...

O SR. LAERTE GOMES - Mas ela está incluída no Decreto de Calamidade?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não. Não tem relação com o Decreto de Calamidade. São duas coisas diferentes.

O SR. LAERTE GOMES - Está normal isso, Márcio?

O SR. MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL - Eu não tenho informação agora, mas eu posso...

O SR. DR. NEIDSON - Foi feita a licitação desse contrato, desse serviço?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É um contrato emergencial.

O SR. DR. NEIDSON - Porque foi levantado aqui, através da assessoria da Assembleia Legislativa que essa contratação aqui foi com dispensa de licitação, homologada no período de 20.03 a 12.04.

O SR. LAERTE GOMES - Dá uma checada. É um valor significativo de R\$ 14.392.000,00.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Esse contrato, na verdade, Deputado, era muito maior. Olha só, nós tivemos problema com a quebra de equipamentos, nós até viemos aqui o ano passado, em julho, eu acho, apresentar, passou dois anos o processo licitatório para a urologia. Comprou os equipamentos e pouquíssimo tempo depois, quebraram esses equipamentos. Os equipamentos se danificaram, sei lá. E aí, teve uma situação que 06 urologistas nossos pediram a demissão, na véspera do carnaval, no mesmo dia. E aí, nós precisávamos contratar serviço. Três hospitais cotaram para Porto Velho, para fazer esse serviço para a gente. Um cotou R\$ 25 milhões, esse mesmo contrato. O outro cotou R\$ 29 milhões e o terceiro, R\$ 25 milhões e alguma coisa. Então, o menor, R\$ 25 milhões e um pouquinho, o segundo R\$ 25 milhões e muito, e o último R\$ 29 milhões. Isso foi na sexta-feira de carnaval. E aí, chegou o processo para a gente assinar, emergencial. O Dr. Maxwell chegou para mim e disse: "se o senhor assinar isso aí, o senhor vai ter um problema sério.". Por quê? Porque a priori está superfaturado. Foi o Dr. Maxwell e o Dr. Horcades, dois Procuradores. "A priori, está muito superfaturado". E, na sexta-feira de carnaval, a gente com 19 pacientes internados no João Paulo, com esse problema de cálculo renal. Nós ficamos extremamente angustiados porque véspera

de carnaval é uma hora que você tem que desocupar o João Paulo, porque o hospital lota. Eu estava tranquilo porque estava dando entrevista na mídia e o pessoal perguntando, e todo mundo questionando, falei assim: "sexta-feira resolve". Porque me falaram que era o prazo que tinha para seguir e na sexta-feira a gente assinava o contrato. Assinando o contrato, a gente tirava esses 19 pacientes de dentro do João Paulo e mandava para as Clínicas privadas. O que aconteceu foi que na hora em que eu fui assinar o contrato, na sexta-feira, o Dr. Maxwell chegou e falou: "olha, o contrato está com um valor muito, mas muito mais alto do que o habitual". E aí eu fiquei assustado. Ele falou: "não assina que vai dar problema". Eu falei: "como é que eu não assino?". Sexta-feira de carnaval, precisa desocupar esses pacientes do João Paulo. E aí, foi um desespero. E aí, eu, o seu Nélcio, mais o Amaral, mais outras pessoas da Sesau, os técnicos, nós ficamos até tarde da noite lá, arrancando os cabelos porque precisava desocupar o hospital, os preços que colocaram foram preços muito altos, esse mesmo contrato de R\$ 14 milhões. O que é que nós fizemos? Começamos a ligar em outros hospitais. Eu falei: "Dr. Maxwell, como é que eu vou fazer outro contrato em algum outro hospital sendo que não passou por esse processo?". Ele falou: "pode fazer, se for um preço mais barato.". Começamos a ligar. Ligamos em Cuiabá, Rio Branco no Acre, Manaus no Amazonas, Cacoal. Até que encontramos, em Cacoal, para atender os nossos pacientes, fizeram um preço, mas muito mais barato. Por exemplo, numa cirurgia, que era cirurgia litotripsia extracorpórea, desculpa, a percutânea que aqui, o valor mais barato que ficou foi R\$ 25 mil, salvo engano. Lá, fizeram por R\$ 17 mil, em Cacoal. E aí, a gente pensou: meu Deus do céu, pago esse valor mais caro, faço o contrato ou o que é que faz? Pegamos e resolvemos botar no avião do Bombeiro, nós temos um

convênio com os Bombeiros, e paga, praticamente, só o combustível. Colocamos 08 pacientes aqui, dos nossos 19, selecionamos 08 mais graves. Colocamos com enfermeiro, levou lá os pacientes... Mais graves assim, os mais urgentes, fizeram tudo de pedra, cálculos renais, pedra no rim. Mandamos lá, operaram os 08, em Cacoal. Trouxemos de volta. Leva mais 08, 16 pacientes que cabiam na aeronave. Oito de cada vez, mais um profissional da saúde. Operamos os 16 pacientes lá. Com essa situação de ter ido para Cacoal, as empresas começaram a baixar o preço do contrato. Porque eles viram que a gente tinha alternativas. A priori não tinha. Na sexta-feira de carnaval a gente não tinha alternativa. Então foi aquele preço cheio. Ninguém baixava. Aí mandamos para Cacoal, para o Hospital privado de Cacoal. Operou lá, com preço muito mais barato do que tinha sido cotado aqui em Porto Velho, e tínhamos outras cotações, até para Cuiabá. Se quiséssemos mais barato, até mandando para Cuiabá com um avião do Bombeiro. Aí, sim, de R\$ 25.300 milhões, salvo engano; um outro de R\$ 25.700 mi e outro de R\$ 29 milhões, aí o pessoal começou a baixar o preço e nós caímos para R\$ 14 milhões. Então, nessa iniciativa nossa, de ter mandado os pacientes para Cacoal, os valores baixaram para R\$ 14 milhões. Baixou R\$ 11 milhões nesse contrato. Esse é um contrato emergencial.

O SR. LAERTE GOMES - Só para concluir, com certeza já devem ter aberto o processo licitatório, não é? Você faz o emergencial e abre o processo licitatório normal, ou não?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - O processo licitatório está correndo.

O SR. LAERTE GOMES - Está correndo.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Está correndo o licitatório paralelo.

O SR. LAERTE GOMES - Certo. Você faz o emergencial...

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Esse emergencial para 6 meses.

O SR. LAERTE GOMES - O emergencial já dá para abrir o processo, o processo...

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Só um detalhe: usou muito pouco desse contrato até agora, porque a equipe do Dr. Cid Scarpa, ele está usando os equipamentos dele, do consultório particular, levando para o Hospital de Base para ajudar. Isso a gente tem que deixar claro, assim. O agradecimento, a parceria de a pessoa pegar a coisa do consultório particular, levar para ajudar no público, quando está quebrado. Isso é uma questão de humanidade, a gente precisa relatar isso.

O SR. LAERTE GOMES - Só para concluir, Senhor Presidente, agradecer aí o espaço. Pedir desculpa do tempo que eu tomei aqui. Mas eu gostaria de deixar aqui registrado aos técnicos da Secretaria Estadual da Saúde, que a Assembleia Legislativa é um Poder constituído. Poder constituído e um Poder... Aqui não tem ninguém que não seja

trazido aqui a esta Casa, com assento aqui nesta Casa, através do voto popular. Se existe um Poder que representa a população na sua totalidade, é o Poder Legislativo. Então o respeito, a atenção que há necessidade de se dispensar a este Poder, tem que ser dado.

Vou falar mais uma vez, Fernando, isso tudo que está acontecendo hoje aqui, Júnior, Chefe da Casa Civil, foi porque vocês não respeitaram este Poder. Não responderam os ofícios de uma Comissão formada por Decreto de Emergência e os Requerimentos que daqui vão. Se nós tivéssemos a maldade de prejudicar, já estaria com umas 10 ações de crime de responsabilidade. Mas aqui, a gente só quer o respeito. Que se cumpra. Como nós temos de cumprir com a nossa obrigação, nós queremos que seja cumprida para com este Poder de acordo com o que diz a nossa Constituição do Estado.

Queria dizer aqui que eu acho que mesmo atrasado, com esse volume agora de exames que vai chegar, eu acho que nós vamos poder ter a oportunidade de mostrar ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, que nós temos condições de cuidar da saúde das pessoas e da economia do Estado ao mesmo tempo, dos nossos comércios que precisam produzir, precisam trabalhar. E a gente sabe também da necessidade de haver a reclusão social das pessoas em casa, mas nós precisamos fazer este casamento. Senão, o que vai vir depois vai ser muito mais grave. Então, eu acho que com os testes nós vamos mostrar à Justiça, mostrar à sociedade que nós temos condições de caminhar lado a lado com essas duas questões, com essas duas situações. Abertura do comércio, do trabalho, e as pessoas que não tiverem necessidade de sair, fiquem em casa. Principalmente e necessariamente, as pessoas do grupo de risco. Então acho que isso é importante também. Apesar de que eu acho e nós temos à disposição, até consultei isso, já avisei aos senhores deputados, já

conversei, Márcio, com o Tribunal de Contas; já foi conversado com você, através da Maiara; já conversei com as indústrias têxteis do Estado, com algumas, para nós fazermos máscaras, a Assembleia fazer máscaras e doar aos municípios para que os nossos agentes de saúde e da Prefeitura possam distribuir isso, às pessoas que mais precisam, para todas as pessoas andarem de máscaras; quando houver necessidade de sair, andar de máscara.

Dou como sugestão aqui, Secretário de Saúde, o cancelamento desse contrato de UTI Móvel. É impossível, Márcio, uma UTI Móvel fazer 30 viagens por mês, 30. A Prefeitura de Ji-Paraná paga uma viagem de Ji-Paraná a Porto Velho, R\$ 5 mil. Com médico, com tudo que tem que ter. Trinta viagens dariam R\$ 150 mil. A conta não fecha. Fazer isso por hora, como faz com aeronave, como faz a maioria dos lugares. Não é por hora não, é por viagem, por quilômetro. A gente chama, põe lá como é medido, não é? Como é o avião, no avião é por hora, então vai ter que ser por quilômetro.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Faltam três, Deputado Laerte. Para concluir, Deputado, nós estamos avançados em nosso horário.

O SR. LAERTE GOMES - Fica como sugestão isso e, mais uma vez, dizer que a gente sabe que a situação é grave. Aqui não tem situação e não tem oposição. Acho que todos nós estamos nessa luta aí, e todos nós nessa luta para combater esse mal que chegou, que é o Covid. Agora, o Poder Legislativo tem a sua obrigação, principalmente neste momento, com um Decreto desses, onde dá, praticamente, carta branca ao governo, de exercer o que a Constituição

diz, que é o poder de fiscalização. Esse é o poder da Assembleia Legislativa. Como disse o Deputado Jair, quando chegar qualquer deputado, qualquer deputado na sua Secretaria, ou qualquer deputado lá na Casa Civil e chegar lá e querer indicar alguma empresa para vender, denuncie, que isso não é papel de deputado não. Pode denunciar. Vai lá e denuncie quem está fazendo isso. Porque esse não é o papel do Parlamento. O papel do Parlamento é fiscalizar o que vocês estão fazendo. E é isso que nós queremos fazer: fiscalizar, exercer o nosso papel.

Então, eu quero agradecer, e esta Casa aqui, com certeza, os Deputados, uns cobrando mais firmemente, os outros... Mas é papel do parlamentar, todos aqui temos que ser respeitados, e todos respeitam os técnicos e vocês.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Obrigado, Deputado Laerte. Para fazer suas perguntas, Deputado Dr. Neidson.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Só um segundinho, Deputado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok, Fernando.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Só reiterando, Deputado Laerte e Deputado Ezequiel, os presidentes, Presidente da Assembleia e Presidente da Comissão, reiterando o pedido de desculpas da Secretaria de Estado da Saúde, na minha pessoa, por esse fato ocorrido. A gente tem muito respeito pela Assembleia. Todas às vezes que a gente é convidado, a gente vem com o maior apreço, trazendo todas as informações possíveis, mas pelo fato da pandemia e de ter sido criado

esse Comitê de crise, mudou o fluxo dos documentos e esse documento não veio para... Não tomei conhecimento, tomei conhecimento hoje desse documento que chegou dia 25 de março. Então, mais uma vez, reitero o pedido de desculpas. Isso não vai acontecer mais, porque já está anunciado lá no Comitê que chegou, tem que vir para a Sesau. E reitero a estima que a gente tem, a consideração pelo Poder Legislativo e respeito, que todas às vezes que chega alguma coisa, a gente vem aqui quando convidam, todas às vezes, tempestivamente, e atende às recomendações. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Para facilitar, Dr. Fernando, até pelo relacionamento que a Secretaria tem com a Assembleia, e as informações que muitas vezes o senhor passa também pelo "zap", nós estaremos encaminhando os próximos ofícios via SEI também e automaticamente encaminhando pelo "zap" direto do senhor, para o senhor estar puxando a orelha aí da sua equipe na hora. Ok?

Dra. Flora.

A SRA. ANA FLORA CAMARGO GERHARDT - Na oportunidade, eu gostaria de convidar pelo nome do Dr. Fernando, a Secretaria de Saúde, para conhecer esse sistema de comando de incidentes. Está situado lá na Agevisa, onde eu, o Major Sanchez e a Amanda fazemos parte do comando central. Então, seria interessante, porque vocês vão conhecer toda a situação, todo o deslanche das ações. E como eu vou exemplificar aqui para vocês, convidei o Ministério do Trabalho para fazer a nota técnica junto com a Vigilância Sanitária para evitar alguns embates. Então, para antever, eles também construíram essa nota técnica junto com a gente. Então, eu só quero aqui agradecer também, nos

desculpar também. E a Agevisa está lá à disposição para receber qualquer um de vocês para conhecer melhor esse sistema nosso.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok. Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON - Obrigado, Presidente. Só para complementar, eu queria fazer uma pergunta com relação àquele processo de R\$ 14 milhões, da urologia. Como vão ser os procedimentos? São conforme a regulação? Porque nós temos pacientes aqui, eu tenho nomes de pacientes que têm mais de dois, três anos aguardando aí cirurgia de litotripsia - cirurgia não -, a litotripsia percutânea extracorpórea e não estão conseguindo. Como é que vai ser a classificação e o encaminhamento desses pacientes, o deslocamento desses pacientes também para Cacoal?

Não foi em Cacoal que falaram?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Cacoal nós fizemos só naquela semana do carnaval, naquele fim de semana ali e aí, o fato de termos mandado para Cacoal fez com que as empresas daqui baixassem o preço em R\$ 11 milhões. Conseguimos economizar, portanto, para o Estado, R\$ 11 milhões...

O SR. DR. NEIDSON - Vai ser no hospital Samar, não é?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Exatamente.

A SRA. AMANDA DINIZ DEL CASTILLO - Na verdade, o contrato é emergencial, até que se conserte o equipamento, não é? Quando o equipamento voltar a funcionar, vão ser restabelecidos os procedimentos eletivos. No caso, a gente está atendendo somente...

O SR. DR. NEIDSON - Ou seja, ainda não temos procedimentos eletivos.

A SRA. AMANDA DINIZ DEL CASTILLO - Não.

O SR. DR. NEIDSON - Desde o ano passado, da última reunião que tivemos da Comissão de Saúde, eu acho que foi lá para março, por aí.

A SRA. AMANDA DINIZ DEL CASTILLO - Exatamente. E esse a gente está fazendo somente com os internados.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não, naquela época, Deputado, chegaram os equipamentos, foram feitas centenas de cirurgias lá, muitas cirurgias. Só que o equipamento quebrou de novo.

O SR. DR. NEIDSON - Mas foi falado que tinha feito um contrato naquela época para pacientes de urgência e emergência, e os eletivos iriam ser feitos. E até hoje não resolveram então esses problemas.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É, definitivamente não resolveu. Resolveu temporariamente, quebraram os equipamentos de novo. Foi levantado processo para procurar e ir investigar possível culpabilidade nas avarias dos equipamentos, mas definitivamente não resolveu ainda.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Mas, Secretário, os médicos pediram demissão, não é?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Os médicos pediram demissão.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Então, não vai ter cirurgia no hospital que ela falou...

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Não, nós fizemos um contrato emergencial, fizemos um chamamento emergencial para outros médicos...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Certo.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - E os que ficaram estão trabalhando, na verdade até... E aí, eu falo de novo, não é uma pessoa só. Eu falo do Dr. Cid Scarpa, porque ele está coordenando a equipe. Estão trabalhando dobrado para poder manter...

O SR. DR. NEIDSON - Mas está tendo serviço de urologia no Estado, aqui no Hospital de Base.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Se tem serviço de urologia?

O SR. DR. NEIDSON - Está tendo?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Tem serviço de urologia. Normal. Com a baixa de seis pessoas.

O SR. DR. NEIDSON - Então, a previsão para resolver esse problema dos eletivos da urologia, quando vai ser?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Então, complementando. Pode complementar.

A SRA. AMANDA DINIZ DEL CASTILLO - Então, como saíram seis profissionais, a equipe está com poucos médicos.

O SR. DR. NEIDSON - Reduzida.

A SRA. AMANDA DINIZ DEL CASTILLO - Então, não consegue fazer os procedimentos. Então a gente está fazendo os emergenciais, usando o contrato apenas para os emergenciais, e o restante a equipe está tocando. E aí, como a gente, agora, está com essa situação do Covid-19, a

contratação também não vai ser possível. Então, somente os que estão na emergência que estão sendo atendidos.

O SR. DR. NEIDSON - Com relação ao hospital de campanha.

A SRA. AMANDA DINIZ DEL CASTILLO - O Senhor perguntou também quanto à regulação. Tudo é regulado pelo SisReg (Sistema de Regulação).

O SR. DR. NEIDSON - E os que...

A SRA. AMANDA DINIZ DEL CASTILLO - Os que são contratualizados, os que são urgência.

O SR. DR. NEIDSON - Com relação ao hospital de campanha. Foi tocado aqui uma vez aqui na Assembleia, foi até o Deputado Jair que falou que iriam fazer uma contratação, estavam conversando para contratação de R\$ 20 milhões. É realidade, não é realidade, como é?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É uma realidade. Está em andamento ainda, a conversa, nós estamos definindo algumas coisas ainda, nos próximos dias a gente tem um parecer positivo de como ficou definido. Mas é uma realidade por entender que há a possibilidade da necessidade desses leitos no Estado de Rondônia. É uma realidade.

O SR. DR. NEIDSON - Se nós temos a possibilidade de uma realidade, nós temos um hospital que falta 15%, praticamente, de conclusão, que é o hospital de Guajará-Mirim, qual o posicionamento da Secretária Estadual de Saúde com relação ao hospital de Guajará-Mirim?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Na verdade, a gente precisa de leitos mais especializados, leitos de UTI. Guajará-Mirim a gente não acha, não teria como ter uma UTI, não tem como tocar uma UTI lá em Guajará-Mirim. Porque leitos clínicos no Estado de Rondônia, na verdade, esses leitos têm até sobrando. Quando a gente puxa no CNEAS, quando a gente vai lá no Ministério da Saúde e analisa os leitos clínicos no Estado a gente pega, por exemplo, vou dar exemplos aqui para as pessoas entenderem. Nova Mamoré, que é do lado de Guajará-Mirim, tem um hospital que tem 60% de ociosidade ou mais, o prefeito chegou a falar que chega a 80% de leitos ociosos. Vamos para o outro lado do Estado. Vale do Guaporé, Costa Marques, tem um hospital que, salvo engano 50 leitos que geralmente tem cerca de 90% de leitos ociosos, fechados. Caminha um pouquinho mais e chega em São Miguel, mesma coisa. Tem um hospital grande com muitos leitos ociosos. Aí vem para Cerejeiras, Colorado é o Estado inteiro, tem muito leito parado, muito leito clínico.

O maior problema na Covid-19 são os leitos especializados. Eu preciso de monitores multiparamétricos, eu preciso de ventiladores mecânicos de alta performance, eu preciso de bombas de infusão. E aí a gente vai manter, realmente, dois lugares mais centralizados, a priori, caso haja necessidade depois, pode haver requisição de outros hospitais privados, como, por exemplo, lá de Ji-Paraná, como o Deputado Laerte comentou. Mas, a priori, nos demais municípios menores como, por exemplo, Guajará-Mirim, a

gente não pensou em montar uma central de UTI lá, porque vai ter dificuldade de profissionais, de intensivistas, de uma série de coisas e talvez não seja, do ponto de vista geográfico, de contingente populacional, tão necessário. Mas o hospital de Guajará-Mirim é um hospital que, como o senhor saber, quando nós assumimos em 2019, o senhor tinha aportado lá uma emenda e a empresa, não fez um acordo judicial com a empresa, não era a gestão ainda, era fim de 2018, praticamente R\$ 1 milhão a empresa receberia e teria que entregar o hospital, salvo engano, até o mês de fevereiro de 2019. Mesmo tendo recebido todo o dinheiro que foi acordado em um acordo judicial, a empresa descumpriu essa ordem e não cumpriu. Pediu um novo prazo para junho, salvo engano. E foi protelando até que venceu o contrato com a empresa. O Dr. Maxwell participou muito disso, que ele participou desde a gestão anterior.

O SR. DR. NEIDSON - Mas e a possibilidade da conclusão dessa obra, desse hospital, qual é, agora?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Então, é nesse pé que nós estamos agora. A empresa veio, nós chamamos a empresa para conversar, porque a empresa tinha um contrato, o contrato acabou e pedimos para eles que formassem uma proposta para que fosse concluído os 15%. Por favor, Dr. Maxwell.

O SR. DR. NEIDSON - Qual o valor, para conclusão da obra, do recurso?

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Deputado, eu não tenho assim, os dados exatos de valores. O pessoal da engenharia fez uma planilha do que falta, do que está planejado, fez a correção. E assim, a solução mais segura é relicitar, não tem outra alternativa. Até porque a empresa não demonstrou capacidade de que vai dar conta de terminar, a que foi contratada originalmente. Tanto é que ela não cumpriu aquele acordo judicial, nós já aplicamos as penalidades, vamos cobrar esse valor na Justiça, para devolver, enfim, estamos tomando todas as atitudes com relação à empresa que não deu conta de terminar a obra. Então, a solução mais segura seria relicitar o término. A outra alternativa seria tentar fazer uma dispensa, não é? Só que aí já é um pouco mais complexo. Eu até sugeri que a gente poderia, não fragmentar, mas a gente poderia parcelar o objeto para terminar, porque tem uma possibilidade de fazer só a questão da obra de engenharia e aí contrataria outro para fazer a manutenção dos equipamentos que já foram instalados. Só que quando chegou toda essa pandemia também, acabou que os esforços foram direcionados para o combate ao Covid-19. Então assim, de fato, eu teria que me atualizar com o pessoal da engenharia para ver como está a questão da atualização da planilha.

O SR. JAIR MONTES - Deputado Dr. Neidson, só uma pergunta relacionada ao hospital. Eu acho que nós estamos no melhor momento que nunca teve, infelizmente, com essa pandemia, tirar coisas boas. Eu acho que é possível sim, Procurador, o senhor buscar o entendimento de a gente fazer uma dispensa, porque nós estamos no Covid-19. Porque se você apronta aquele hospital lá, que ali é um crime estar parado, a gente tem um hospital para atender Guajará-Mirim, Nova Mamoré e outras regiões ali do lado. Então era o

momento agora de fazer. Coloca a empresa para se responsabilizar pelo que tem para pagar e abre uma dispensa rápida, uma emergencial para outra empresa assumir, porque dinheiro tem. Aproveitar ao máximo esse dinheiro que tem agora. Eu acho que era um momento ímpar para nós terminarmos aquele hospital de Guajará-Mirim.

O SR. DR. NEIDSON - Além da situação que nós vivenciamos lá, um município de fronteira, com área descoberta, não temos aí uma fiscalização efetiva e não sabemos o quantitativo, também, de pacientes que podem estar infectados ou não. Pode ser um ponto de referência.

Na última reunião que nós estivemos na Câmara de Vereadores, a equipe do DER e da Sesau foram lá e nos disseram que era mais ou menos R\$ 3 milhões que faltava de recursos. Tem R\$ 1 milhão e 700 na Caixa Econômica; já conversei com o Nildson, que é o gerente lá da parte da Caixa Econômica de convênios; faltaria R\$ 1 milhão e trezentos. Eu faço uma proposta aqui: eu coloco R\$ 1 milhão e trezentos; eu cancelo minhas emendas e coloco para que seja concluída essa obra.

O SR. JAIR MONTES - Eu tenho dinheiro para isso. Eu também tenho. Eu tenho dinheiro 'pra caramba'. Eu tenho muito dinheiro em emenda, também, eu tenho o dobro de emendas. Se precisar, também, eu coloco lá. Eu tenho dinheiro demais. Eu e o Deputado Dr. Neidson colocamos juntos.

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Se for possível fazer esse link, se a gente conseguir demonstrar e, de fato,

utilizar a estrutura lá para o combate à Covid, de fato justificaria uma dispensa de licitação, com base no estado de calamidade e na lei federal que autoriza terminar a obra. Só que aí teria que ver se, de fato, essa obra vai ficar pronta em um mês, dois meses, quarenta dias, dentro da pandemia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Durante o período da pandemia. Senão ela não se enquadra.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Independente de qualquer coisa tem que terminar a obra, não é? A obra tem que terminar.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Sim.

O SR. JAIR MONTES - Quarenta dias, o senhor está sendo muito generoso. Deus queira 40 dias. Bote 40 dias nisso, irmão. Nem o Secretário sabe, o senhor, que é Procurador, vai dizer que é 40 dias? É mais do que 3 meses pela frente aí dessa pandemia. Nem começou.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Deputado Dr. Neidson, concluiu a pergunta?

O SR. DR. NEIDSON - Só mais um questionamento. O Hospital Santa Marcelina, Secretário, nós recebemos aqui um documento. Eu até lhe encaminhei agora a pouco, também, com

relação aos meses de novembro, dezembro, que tem alguns leitos que não estão sendo pagos lá. Como é que ficou essa situação?

O SR. ADAILTON FÚRIA - Realmente, eu também recebi essa demanda aí, Deputado Dr. Neidson. Bem colocado. Eu ia falar sobre ela agora. Inclusive o Secretário tinha sido convidado, convidado a participar de uma Sessão, aí fez o acordo com o Santa Marcelina de resolver, e me parece que não foi resolvido.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Nós chegamos a um acordo com eles, realmente, de que vamos pagar. Vai pagar. Só que como foi em dezembro, ficou em DEA (débito de exercício anterior). Isso demora, tem um trâmite um pouco diferente, mas vai ser pago. Nós já acordamos de que vai ser pago, só está aguardando agora os trâmites burocráticos, porque é débito do exercício anterior, mas já ficou acertado. Até conversei com elas; elas até tinham pedido para suspender aquela audiência que tinha sido feita com o Deputado Fúria.

O SR. DR. NEIDSON - Elas estão dizendo que tem dez leitos que não estão querendo pagar; mês de novembro e dezembro, e estão sem receber até o mês de abril ainda.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É; não queria antes.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Presidente, na hora que tiver, eu estou inscrito aí.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - O mês de abril só, ainda vai vencer só daqui algum tempo, que estamos em abril ainda.

O SR. DR. NEIDSON - Beleza. Seria isso, Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - O Deputado Jair Montes, Deputado Cirone, estava inscrito antes de Vossa Excelência. Mas o Deputado Fúria tem mais alguma pergunta para fazer, meu querido?

O SR. ADAILTON FÚRIA - Eu tenho que só fazer uma colocação aqui. Eu quero agradecer ao Secretário Fernando Máximo pelas vezes que a gente entrou em contato, por ter nos respondido. Mas teve um dia que eu entrei em contato, eu até mandei uma notícia aqui de uma situação dos ar-condicionados do Hospital Regional, e ele tinha pedido para euechegar, porque realmente dizer que era *fake news* e que ele não podia estar ali perdendo tempo com *fake news*. E a gente procurou a direção do hospital, e eles de fato alegaram que realmente o ar-condicionado uma hora funciona, outra hora para; uma hora funciona, outra hora para.

Eu quero fazer um pedido ao Secretário, que não meça esforços com relação aos hospitais de Cacoal e também aos casos que são antigos, porque a gente precisa continuar atendendo essa demanda. Até porque nós temos pacientes hoje acamados em casa, pacientes que não conseguem atendimento justamente por causa dessa justificativa da questão da pandemia. E nós temos que ter um olhar diferenciado, porque passada a pandemia, nós vamos entrar em outra crise da saúde, que é o acúmulo de pacientes que vai existir na rede.

Então nós sabemos - eu estive no Ministério Público e a Promotora me passou que são mais de 170 ou 116 mil casos, mil pacientes hoje cadastrados na rede estadual de saúde aguardando algum procedimento. Então realmente é muita gente. E simplesmente paralisou boa parte dessas atividades, devido ao coronavírus, e a gente nota, sim, uma atenção diferenciada por parte do Secretário com relação ao corona. E, lógico, é o que, de fato, é o momento que nós estamos vivendo. Mas nós não podemos nos esquecer dos pacientes que estão aí batendo às portas dos hospitais, querendo atendimento, precisando de um atendimento.

Eu estive agora no Hospital Heuro para averiguar uma denúncia sábado; o Hospital Heuro não tinha morfina e não tinha outros medicamentos, por uma deficiência do Estado em mandar esses medicamentos que chegaram, estão para chegar agora, de ontem para hoje no hospital. Um hospital daquele tamanho, ali faltando medicamento que realmente o povo necessita.

Nós temos, também, uma reclamação lá do Hospital São Daniel Comboni, também, com relação à questão de medicamentos, de insumos. Uma reclamação lá do hospital. E também a questão da minha ambulância, que eu coloquei o recurso da ambulância UTI; eu estou desde o ano passado tentando que o Estado compre essa ambulância, porque existe uma deficiência. As ambulâncias que tem no município de Cacoal hoje são antigas, são ambulâncias que realmente já passaram da hora de virar sucata, mas está rodando ali na fé de Deus e isso é uma vergonha, tanto para mim, como para o Deputado Cirone, que também é deputado da cidade, e nós temos de manter, aqui, pelo menos a parte de transporte aqui, ter um transporte eficiente.

No mais agradecer aqui a oportunidade e desejar boa sorte a toda equipe da Sesau aí, que realmente, a gente sabe que não é fácil. Forte abraço.

O SR. LAERTE GOMES - Só para concluir, só para acrescentar à reclamação...

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, eu estou me inscrevendo.

O SR. LAERTE GOMES - Deputado Jhony, só para colocar para o Secretário aqui e acrescentar ao que o Deputado Fúria falou, e agradecer ao Deputado Fúria, tá, Fúria? Tinha um paciente lá no Hospital Regional de Cacoal, Fernando - Secretário -, que precisava... Ele estava na UTI, acho que na UTI, e precisava fazer uma radiografia. E tem aquele aparelho móvel, não é? Estava há 2, 3 meses quebrado. Só tinha um lá e estava quebrado. E aí, o Deputado Fúria foi no Hospital particular, botou em cima da camionete e levou lá para fazer, porque a criança não podia sair. Então são essas coisas que... A gente sabe que em gestão pública, isso é coisa pequena. Que talvez, o Diretor do Hospital tinha que dar um jeito de resolver isso. E acaba estourando e saindo isso no Estado todo e acaba estourando na Secretaria Estadual de Saúde.

Então, cobrar desses diretores, de gestores que já, que têm um salário para ser diretor e chefe, e quem é chefe tem que ser líder, tem que resolver o problema, que resolva esses problemas pequenos, porque às vezes vocês nem estão sabendo, mas estoura na cabeça de vocês.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Deputado Jair Montes, por favor.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Só respondendo ao Deputado Adailton. Posso responder? Pode?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Claro que sim.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - O Deputado Adailton estava falando das ambulâncias, a gente tem um pouco de dúvida, na realidade a gente não tem mais essa dúvida, se a ambulância, realmente, a gente tem de comprar. Porque quando quebra uma ambulância nossa, se quebrar um rolamento na ambulância, a gente demora 60 dias para ter uma ambulância funcionando de novo. É uma burocracia danada. Quando bate uma ambulância, capota, bate numa capivara, igual a de Cacoal, bateu 2 vezes, duas ambulâncias, então a gente acredita que o melhor seria, realmente, terceirizar. A gente passa a não depender de RH, que acaba tendo que disponibilizar médico, enfermeiro, técnico, motorista. A gente tem dificuldade com peças de ambulância, quando quebra, com reposição, com manutenção preventiva. Então é uma coisa que a gente está analisando, Deputado.

A outra coisa, eu acho que a gente teve uma falha de comunicação. Quando o senhor me mandou, não foi essa do ar condicionado que eu falei que a pessoa estava para o senhor era *fake news*. Foi da diretora do hospital que o senhor me mandou que ela tinha feito uma cirurgia plástica, para botar silicone nos seios. Tinha vindo para Porto Velho e que ela estava faltando lá, no Hospital de Cacoal. E na

verdade, isso era *fake news*. Ela não faltou nenhum dia, não veio para Porto Velho para fazer isso.

O SR. NÉLIO SANTOS - Nem fez silicone.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - E ela está trabalhando de 7h da manhã às 10 da noite. Liguei para 3 pessoas e me falaram que está lá todos os dias. Então, a *fake news* era nesse aí que o senhor estava me cobrando, a questão da cirurgia do silicone dela. Mas ela não fez, na verdade. Ela não estava ausente do hospital. Ela estava no Hospital e realmente, isso aí era parte da *fake news* que eu falei. Não foi do ar condicionado, não. Desculpa. Foi só falha de comunicação.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - OK. Deputado Jair Montes, por favor.

O SR. JAIR MONTES - Deputados, boa tarde. Em nome do Deputado Presidente desta Comissão, Deputado Ezequiel Neiva eu quero cumprimentar a todos os deputados aqui presentes, em nome do Chefe da Casa Civil, o Júnior Gonçalves, que está mais como um "olheiro" aqui, uma "coruja", prestando atenção, eu quero também parabenizar todos os Secretários aqui presentes e deixar bem claro que essa responsabilidade, ela é desde a Casa Civil, do Secretário da Casa Civil, até o Secretário de Saúde, passa pelo Secretário da Supel, e, também, os senhores que dão o suporte, como também, o nosso Procurador Maxwel. Deixar bem claro que, as entrevistas que eu venho assistindo do nobre Governador Marcos Rocha, passam uma tranquilidade muito

grande ao Estado de Rondônia. Só que essa mesma tranquilidade que passa, eu tenho acompanhado, e você sabe muito bem disso, Secretário de Saúde. Todo o dia eu te ligo, 3, 4 vezes por semana. Chego até a ser chato. Para poder passar informação precisa para o povo do Estado, porque esse tipo de situação que passamos hoje, são situações que passamos hoje são situações que nós temos que passar a tranquilidade e também passar a transparência e passar a verdade para a população. Porque só vamos vencer a pandemia com verdade. Nós não vamos conseguir vencer a pandemia com mentira. E hoje eu sei muito melhor do que muita gente, porque eu estou aprofundado dentro dessa questão de pandemia, tanto no Estado de Rondônia, quanto na Capital, Porto Velho, com a Secretária de Saúde, que a gente, eu estou preocupado. Eu estou preocupado. Sempre falei isso para você. Estou preocupado.

Vou trazer aqui uns números, muito rápido, Deputado Laerte. O relatório que eu tenho acompanhado diariamente, e desde que eu comecei a fazer os vídeos, eu faço 3, 4 vídeos por dia, informando a população do Estado. Dia 2/4. Vou me ater ao dia 2 de abril. Nós tínhamos 10 casos confirmados em Rondônia. Nós tínhamos um paciente internado, um óbito, 162 casos aguardando resultados, e 493 casos descartados. Isso no dia 2/4.

No dia 5/4 nós aumentamos para 14 pacientes. De 10 foi para 14 e aí vai. O mesmo óbito. No dia 6/4 fomos para 18 pacientes. No dia 8/4 já pulamos para 26 pacientes. Já começou a aumentar. Então do dia 2 ao dia 8 aumentou, dobrou, mais que dobrou. No dia 9/4, 28 pacientes infectados. No dia 10, 32 pacientes. E no dia 11/4, 34 pacientes. No dia 14/4, que foi ontem, 69 pacientes infectados. Então notem vocês, deputados, do dia 2 ao dia 14: 12 dias, 69 pacientes tido com a maldita festa que nós

tivemos, que foram dia 4 e dia 11. E ainda tem mais caso hoje, com certeza, porque têm muitas pessoas infectadas que ainda vão apresentar ou estão apresentando os sintomas, e vai aumentar muito isso.

Quando o senhor fala para nós aqui, Secretário, e eu tenho um carinho muito grande, você sabe muito bem disso, eu tenho um carinho e respeito pelo senhor, só que aqui eu estou na condição de deputado estadual, e o senhor está na condição de Secretário de Saúde, como o Secretário Júnior está na condição de Secretário da Casa Civil, eu estou Deputado por 4 anos, vocês estão Secretários eu não sei até que dia. Pode ser quatro anos ou pode ser até amanhã. Depende da caneta do Governador. E quando o Deputado Laerte fala que esta Casa merece respeito, merece sim. Merece respeito sim, porque eu tenho certeza que cada deputado está aqui para ajudar, para contribuir. E neste momento de angústia da população, o cara tem que ser muito mau caráter para ele estar aqui para querer outra coisa, viu, Deputado Laerte? Então, todo mundo está aqui para contribuir.

E nós tínhamos, tempos atrás,- vamos tirar um pouco da pandemia -, tempos atrás, nós tínhamos um Estado - e os municípios 'engargalados' -, com pacientes no chão no João Paulo. Você sabe muito bem disso. Quando o senhor chegou, encontrou. Com unidades de saúde que não funcionavam. UTI, quantas e quantas vezes eu liguei lá para o Carlos Eduardo, que infelizmente não está mais no Hospital João Paulo II - eu não sei porque, é uma pena - mas o Dr. Frank que está tendo muito problema lá, infelizmente está tendo muito problema, o senhor tem que rever o que foi feito lá. Eu não sei o que aconteceu, mas reveja. E eu ligava porquê? Muitas pessoas pediam: "Deputado, pelo amor de Deus, meu pai está na UTI, minha mãe está na UTI, não tem UTI. O que o senhor pode fazer?". E a gente se desespera. Claro que existe uma

fila natural e a gente liga para um, liga para outro, e aí a gente notava que não tinha UTI. Todo mundo lotado. E aí a Secretaria de Saúde fez o quê? Foi lá e comprou leitos, não é isso? Comprou leitos de UTI e comprou leitos normais. Não é isso, Secretário? De empresas particulares para tirar o cidadão do chão e dar uma dignidade um pouco melhor para que esse cidadão esteja numa clínica, num hospital particular.

E agora eu chego aqui com uma pandemia danada, que está acontecendo no mundo, em Rondônia está crescendo, e vai crescer, porque a nossa meta, a nossa linha estava rasa. Nós éramos o último Estado com menor número de casos no Brasil. E agora, de uma hora para outra, nós já estamos em quinto lugar de baixo para cima, somos o quinto Estado, e podendo aumentar, não é isso? E podendo aumentar. O nosso vizinho Acre está aí, empestado. Em Manaus o Prefeito já está chorando. Já está chorando, porque já não aguenta mais e já tem a equipe muito grande em São Paulo lá ajudando a Prefeitura e o Estado a cuidar de já mais de 170 mortos lá em Manaus. Rondônia só tem dois mortos, que um foi negligência, com certeza. Eu não sei de quem isso foi, do Estado, se foi do município. Negligência deixar o taxista morrer. Mas ele foi lá na UPA. Então, com certeza, a negligência foi do município, que era para pegar o cidadão e já internar ele, e ele não ia morrer.

Mas vamos lá. E, de uma hora para outra, o Estado, Deputado Marcelo Cruz, fala que não tem mais ninguém. Nós temos UTI, nós temos leitos sobrando. Meu Deus, o que aconteceu, Deputado Dr. Neidson? Esse povo operou milagre? Me preocupa muito. Eu fui ao Samar hoje fazer uma visita. O Samar foi contratado 35 leitos de UTI e tem cinco leitos sobrando de UTI. Só tem 30 leitos ocupados e 5 sobrando, do contrato do Estado. Dos 60 leitos que têm no Samar, têm 20

sobrando. Então, tem lá 20 sobrando. Então, você não tem mais ninguém adoecendo, Deputado Laerte. No Estado não tem ninguém adoecendo. Então, eu queria trazer esses números aqui, e depois o senhor pode falar, se quiser falar.

Mas vamos...

(Pergunta realizada fora do microfone - inaudível)

Oi? Não, que está acontecendo um fenômeno... Não, não são pagos, não são pagos. Os vazios não são pagos. E está tendo caso também que a regulação, quando trocou o João Paulo, não está falando a mesma língua que o Hospital de Base, e o hospital está tendo prejuízo. Por quê? A equipe de alimentação é a mesma, a equipe de limpeza é a mesma, a equipe que lava lençol é a mesma. E não tem paciente rodando, porque a regulação não está se entendendo. O hospital está tendo prejuízo. Foi o que o dono do hospital me passou hoje, quando eu fui fazer a visita. Então, o senhor reveja o que está acontecendo, que daqui a pouco ele vai pedir até para cancelar o contrato.

Desses R\$ 14 milhões também fui buscar informação. Dos R\$ 14 milhões, que é do contrato emergencial que a Samar ganhou, que era R\$ 25, está R\$ 14, até agora fizeram só 2 procedimentos cirúrgicos. Só 2. Mais do que isso não, só fizeram 2. Então, se a gente tem uma fila gigante, por que não fez mais, se está lá esperando para fazer? Mas não manda. Ele só pode operar quando chega.

Então assim, são informações que eu vou buscar. Eu vou buscar informação para trazer, porque eu quero que o Estado ande. Porque depois que passar essa pandemia, Deputado Chiquinho, nós temos, com certeza, que aprender uma grande lição, como gestor público, como político, como alguma coisa. Nós temos que aprender alguma coisa. Nós temos que aprender, Deputado Laerte. E o que me deixa mais feliz e ao

mesmo tempo preocupado é que o Estado de Rondônia gastou até agora quantos milhões, meu nobre ex-diretor financeiro?

O SR. NÉLIO SANTOS - Empenhado, esse processo R\$ 20, mais R\$ 36 milhões empenhados.

O SR. JAIR MONTES - R\$ 56 milhões.

O SR. NÉLIO SANTOS - R\$ 36 milhões...

O SR. JAIR MONTES - R\$ 56 milhões, que vamos gastar. É pouco demais. Agente acha até pouco, Deputado Laerte. Por quê? Porque nós arrecadamos lá R\$ 10 milhões do Tribunal de Contas e - deixa eu ver onde coloquei aqui - e mais R\$ 3 milhões e meio da DPE, que é da Defensoria Pública. Só aí foram R\$ 13 milhões e meio. E esta Casa aqui aprovou um dia desses, com coragem, tirou o nosso, cortou no nosso couro, e deixou R\$ 70 milhões para o Governo do Estado. Não é isso? Tem mais R\$ 70 milhões dos Poderes, está lá com o Governo do Estado. Não é isso? Eu não sei. Tem que ter por aí, R\$ 70 milhões no Governo do Estado. E outra coisa, Dr. Maxwell: a Saúde tem R\$ 1 bilhão e 95 milhões para gastar ao ano. Isso com folha, com investimento e tudo, é isso? R\$ 1 bilhão. E da Saúde, até agora, já foi remanejado 75% desse valor, R\$ 822 milhões estão à disposição da Saúde do Estado de Rondônia. Se eu estou falando alguma coisa errada, me fale. Isso são informações oficiais que eu fui buscar: R\$ 822 milhões à disposição do Estado e o Estado até agora só gastou R\$ 50, menos o que ganhou, então tem dinheiro demais nesse cofre.

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Mas isso é para o ano todo, Deputado.

O SR. JAIR MONTES - Não, não, não! Já está liberado. É para o ano todo, mas já está liberado, Doutor. Me entenda: é para o ano todo, mas está liberado.

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Sim, sim.

O SR. JAIR MONTES - E a previsão é gastar R\$ 1 bilhão e trezentos com a pandemia; R\$ 1 bi e 300 milhões. Está certo? E aí vem a minha pergunta. Eu estive em uma reunião onde participou a equipe da Sesau, o senhor também, Secretário, e com esse monte que o senhor fala que tem, a minha preocupação é a seguinte: se realmente, o número está crescendo, e se crescer, esses leitos que o senhor fala que tem na AMI, esses leitos que tem lá no Cemetron - que está em reforma, o Cemetron está em reforma. Muitos casos, o cara está pintando e o cidadão está lá no outro lado internado, então está em reforma. E um grande problema chama-se respirador. Não tem dinheiro no mundo, o cara pode ter o dinheiro que for, mas não adianta hospital particular, hospital do governo, vai ter que ir onde tem o respirador para ele sobreviver na hora que ele precisar entubar, não é isso?

Eu pergunto: o Acre está fazendo hospital de campanha, o Amazonas já completou o seu hospital de campanha, e Rondônia, pensa o quê? O que Rondônia pensa? Então, eu queria que o senhor me respondesse.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Rondônia tem a necessidade desses leitos, nós estamos definindo, inclusive já tivemos o contato com uma empresa que apresentou um hospital de campanha, um hospital muito bacana, 200 leitos, sendo desses 200, 10 leitos de UTI que constrói esse hospital em 4 semanas. Realmente uma estrutura muito boa e estamos analisando. Tem outra empresa que apresentou outra proposta agora, há dois dias, estamos também analisando essa outra proposta. Mas isso é uma possibilidade que existe, de a gente fazer um hospital de campanha também, como o Governador já falou, uma possibilidade e talvez uma necessidade. Uma necessidade que nesse momento não é real, mas que daqui alguns dias pode acontecer. Então, existe a possibilidade real de termos que fazer um hospital de campanha. Nós precisamos de leitos, e uma das alternativas para esses leitos, os nossos leitos clínicos não são suficientes, a gente tem consciência disso, e uma das alternativas que nós temos para repor esses leitos é através de um hospital de campanha.

O SR. JAIR MONTES - Eu estou na condição de deputado aqui, eu não estou na condição de nem seu amigo, nem amigo do Júnior Gonçalves, deixar bem claro, e eu sou amigo de vocês, mas eu estou na condição de deputado.

Eu falei para o senhor e eu falei também para o Secretário Chefe da Casa Civil, eu fiz um expediente, um ofício, que eu vou encaminhar - eu peço que a Natália, venha aqui, por favor - e eu vou encaminhar para vocês dois darem um recebido -, e eu vou deixar bem claro: se essa pandemia crescer em Rondônia e nós não tivermos condição de instalar essas pessoas em locais adequados e nós perdermos vidas, eu vou responsabilizar tanto você, Júnior, da Casa Civil, quanto o senhor Secretário Fernando Máximo. Estão

aqui os ofícios, um para cada um. É uma medida muito dura, mas é uma medida de quem está acompanhando de perto com muita preocupação. O senhor sabe muito bem do que eu estou falando. Com muita preocupação. Porque a minha preocupação é que, e me perdoe Dr. Maxwell, nós estamos no início de uma pandemia em Rondônia, infelizmente. Têm pessoas irresponsáveis como aquelas do dia 04 e do dia 11, totalmente irresponsáveis. Nós tivemos mais de 20 casos ontem, praticamente, confirmados e teremos mais 10 ou 20 daqui para frente, que essas pessoas já infectaram outras pessoas. Eu peço a Deus, do fundo do coração, que não aconteça nada, mas se acontecer, nós não temos estrutura suficiente para segurar o que vem pela frente.

Então, é melhor eu pecar pelo excesso, do que eu esperar a coisa acontecer. O Secretário de Saúde sabe muito bem do que eu estou falando. Um hospital desses de campanha, para ser montado aqui em Porto Velho ou em qualquer lugar do Estado, ele é como se fosse uma casa, vai desde a planta que vai ter que se preparar, até a montagem e você vai concorrer contra o mundo para você ter respirador, para você ter tudo, para você poder colocar todos os leitos possíveis.

Pode falar, por favor.

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Eu só queria dar uma notícia boa.

O SR. JAIR MONTES - Me dê, e é bom.

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Que eu acabei de receber agora pelo celular, pelo whatsapp, eu acho que o Secretário nem sabe, só mostrei aqui para a Amanda.

O Estado firmou dois termos de cooperação com um braço, um escritório da ONU, a UNOPS. É um escritório de infraestrutura que a ONU tem, foi criado na década de 70, justamente para ajudar os países em desenvolvimento para implementar projetos de infraestrutura social. E a UNOPS entrou em contato com a gente e nós firmamos uma parceria com a ONU. Tem um viés de diplomacia que a gente meio que passou por cima, a UNOPS deu uma forçada, a gente conseguiu firmar isso com a ONU. E a representante da ONU, que está cuidando desse projeto, me mandou aqui no whatsapp que ela encontrou respiradores para comprar no mercado internacional, é claro. Eu já coloquei em contato com o engenheiro da Sesau para ver se as especificações vão bater. Então assim, a gente, daqui uns dias, talvez amanhã, a gente já vai ter a confirmação se as especificações desses respiradores que ela encontrou para comprar vão bater, e a gente vai poder fazer essa compra de respiradores. Nós tínhamos feito uma compra anterior de 30 respiradores.

O SR. LAERTE GOMES - Qual é o preço? Tem o preço? Qual o preço? Tem a média?

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - Ela não me passou o preço ainda. Ela vai passar as especificações e o preço e vai falar a origem, o país.

O SR. LAERTE GOMES - Só para colocar aqui, Maxwell. Já está no G1 aqui, a idosa, de 63 anos, que morreu indo de Médici para Ji-Paraná; que estava em Ji-Paraná para Cacoal; morreu dentro da UTI móvel. Está aqui no G1, Júnior.

O SR. MAXWEL MOTA DE ANDRADE - No meio de uma notícia boa, uma notícia ruim. Mas, assim, eu fiquei muito animado, porque a gente vai conseguir comprar respiradores, que a gente não estava conseguindo; ninguém estava conseguindo. Tanto é que a gente tinha comprado 30 e o MPT ia doar mais 30, mas a fábrica não pôde entregar por conta do confisco da União.

O SR. JAIR MONTES - Então, assim, deixar bem claro, Secretário de Saúde, da questão. O senhor tem várias opções, hospital de campanha, como os hospitais particulares, também, que é aquilo que eu falei. Se a gente pode dar preferência para quem está em Rondônia, é melhor, porque está todo mundo aí parado. Eu fiz uma indicação para que nós possamos criar *voucher* para os nossos servidores da Saúde, ou as pessoas idosas que quiserem ir para um hotel; eles podem ir com um valor melhor, se o governo achar por bem ter isso. Porque muitas vezes o profissional de Saúde sai do trabalho, às vezes não quer ir para casa, com medo de infectar a família. Ele pode ficar num apartamento do hotel; vocês vão buscar esse preço barato no mercado; e para poder ajudar até o empresário local dos hotéis em Rondônia, que está todo mundo hoje passando uma dificuldade só.

Outra questão aqui, e eu quero saber do Márcio, da Supel. Secretário, nós temos aqui uma compra de mais de R\$ 20 milhões de EPI, de álcool em gel, não é isso? E aí fala

que é uma empresa de fundo de quintal e que vendeu para o Estado mais de R\$ 20 milhões. Foi o que falaram aqui, um deputado falou para nós; Deputado Jean. Como é que chegou essa recomendação à Supel, de que a Supel teria que fazer, abrir esses procedimentos, buscar preço melhor no mercado; como é que compraram antes esse valor e depois chegou para vocês para começar a regular o mercado esses preços? Como é que funcionou essa questão? Teve interferência do Tribunal de Contas, Ministério Público, recomendação ou alguma coisa parecida?

O SR. MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL - Deputado, assim, apesar de as compras serem feitas em regime emergencial e ter ampla legislação, que está modificando todo dia - inclusive acabei de receber aqui que mudou de novo a legislação para tentar flexibilizar, para dar ferramentas para o gestor comprar rápido -, apesar de tudo isso, o Poder Executivo sofre uma fiscalização implacável, bem implacável, mesmo, e concomitante. Você está praticando o ato e está sendo fiscalizado. Especialmente agora que os recursos afluíram e vão afluir para a Saúde, então a fiscalização toda se voltou para essa área.

No começo da pandemia aqui, no começo das estratégias, no começo do Decreto que o Governador limitou a circulação, a Sesau começou a se instrumentalizar para fazer essas compras. E, em conversas com o Tribunal de Contas, o Governador sentiu deles que precisava ter o máximo de transparência. E, nesse sentido, nós instrumentalizamos um formato de chamamento público, aproveitando as melhores brechas que a lei atual permite, para fazer de forma transparente, de forma solene, encaminhadas por meio eletrônico. Mas fazer todas as compras assegurando mecanismos de transparência. E isso leva em torno de 10

dias. É uma média que a gente tem entre o começo do procedimento e o procedimento apto à homologação pelo Secretário.

Agora, claro, no início teve alguns processos que a Sesau precisava, já começou a trabalhar, então não passaram por esse rito desse chamamento. E esse rito que nós criamos é um rito de quando você pode utilizá-lo; você tem 10 dias para poder fazer esse chamamento. Têm situações em que não dá para fazer o chamamento. Têm situações em que a proposta vale 24 horas ou até menos. Produtos, principalmente testes, alguns EPIs específicos, se chegar uma proposta hoje na Sesau, eles têm que pensar e empenhar no mesmo dia, porque não tem como fazer o chamamento, até porque o fornecedor está na China, o representante descobriu que ele tem lá um lote e oferece para ele em 24 horas; se ele não fechar negócio, alguém vai comprar.

Então tem situações assim, também; e a lei permite. Claro que - como o senhor mesmo já expressou aqui, e outros parlamentares - tem uma preocupação muito grande com preço que se paga. Quando você faz um processo transparente na internet, mediante competição, o preço é o praticado naquele dia. Quer dizer, os fornecedores entraram ali no processo competitivo. E os preços nesse mercado, atualmente, principalmente mercado da área de saúde, estão muito oscilantes. Então se você faz um chamamento, todos competiram, o preço daquele dia é o preço razoável, foi obtido mediante o critério competitivo. Se você contrata numa proposta que chegou naquele dia, vale por 24 horas, você corre o risco, às vezes, de contratar um preço maior, mas você não tinha alternativa. Era alguém que estava te oferecendo um lote naquele momento.

Eu percebo agora, nós estamos fazendo vários chamamentos para equipamentos de proteção individual,

álcool em gel, álcool de vários tipos aí, e o mercado já começou a ficar abarrotado desses produtos porque têm muitas propostas chegando e até está baixando o preço. Ainda não é uma situação ideal. Porque tem demanda enorme por esses produtos. Mas já está sendo produzido. Aqui em Porto Velho está sendo feito muito álcool líquido. Isso é uma coisa de 3 dias, 4 dias para cá. Então é um mercado que está variando demais nesse momento. Mais ou menos isso.

O SR. JAIR MONTES - Secretário, eu já estou encerrando, já. Secretário de Saúde, Fernando Máximo, o senhor está tendo liberdade para trabalhar hoje? Eu vou ser mais específico. O senhor tem hoje órgão de fiscalização e controle como na sua própria, no próprio Governo nós temos uma PGE e nós temos uma CGE. Correto? E aqui o senhor tem a Assembleia Legislativa; tem o Tribunal de Contas, quando ele é provocado, ele vai ter que agir; e tem o Tribunal de Contas que ele está ali, também, quando provocado. O senhor está tendo essa liberdade para trabalhar ou tem órgão lhe travando com esse trabalho? Não tenha medo, não.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Deputado, a gente, de certa forma, a gente está tendo liberdade para trabalhar. Está tendo até apoio de algumas pessoas, de alguns órgãos, não é? Às vezes têm algumas situações que a gente tendo que responder, e isso toma um pouco de tempo nesse momento de pandemia em que a gente está com muita correria. Estamos saindo, literalmente, 22h, 23h da Sesau. Esse feriado aí, sexta-feira santa, sábado e domingo eu fiquei a sexta, sábado e domingo, o dia inteiro trabalhando lá, saindo tarde da noite. Cheguei na segunda-feira, estava mais cansado do que na quinta-feira à noite. Então, realmente, é

muito pesado. Algumas coisas têm, mas são coisas que acabam nos cobrando e tal, não é? Mas muitas entidades, muitos órgãos têm sido até parceiros da gente, ajudando em algumas coisas, a própria Assembleia Legislativa, os senhores deputados, inclusive com os vídeos que os senhores fazem, divulgam. Ajudam a orientar as pessoas, ajudam a disseminar coisas positivas. Então, muitas entidades têm até ajudado a gente.

O SR. JAIR MONTES - Por que eu faço essa pergunta para o senhor? Porque se a gente não der uma liberdade para o Secretário de Saúde, para a equipe trabalhar, fica difícil. Eu acabo de ver uma notícia agora, que o Ministério Público instaura procedimento para acompanhar compras de regime de urgência. E aí o gestor acaba ficando com medo de agir, de comprar, de ir ao mercado fazer compra. O que tem que ser pego é a traquinagem, a roubalheira, se houve, depois vai lá e investiga. Mas, neste momento, tinha que ter uma recomendação, tanto da Assembleia, quanto do Ministério Público, quanto do Tribunal de Contas. E o gestor está livre para trabalhar, buscar o melhor preço de mercado. Porque eu entendo que neste momento, ninguém é louco de querer fazer loucura, fazer besteira. Se fizer, vai preso. Mas também, a gente também não pode estar toda hora dizendo assim: "Posso fazer isso?". Isso que eu te perguntei. Porque, senão, daqui a pouco trabalha. Aí vai sentir a ponta, a ponta vai sentir. E quem vai sentir? São os guerreiros da Saúde, que o senhor é médico, sabe muito bem disso. Às vezes o cidadão tem medo de atender alguém que está com Covid por quê? Às vezes não está com o equipamento de EPI adequado. Mas às vezes a culpa não é do Secretário. A culpa é de quem não deixou comprar. Então, é em momentos como esses, deputados, que nós temos que ter uma reflexão

muito grande, tanto na Assembleia, tanto no Ministério Público, tanto no Tribunal de Contas. É um momento que tem que deixar o Governo trabalhar. É o momento que tem que deixar o Governo agir. Porque quem recebeu o voto, quem tem voto é o Governo do Estado. E amanhã, quem vai responder é ele. Então, é essa pergunta que eu fiz para o senhor. E eu senti que o senhor está meio constrangido para responder. Porque todo mundo tem medo dos órgãos. Essa é a realidade. Eu falo isso por quê? Não é que eu não tenho medo. É que eu tenho coragem de falar. Então, Secretário...

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Para concluir, Deputado.

O SR. JAIR MONTES - Eu vou concluir. Calma. A responsabilidade é sua. Totalmente sua. Se acertar, parabéns. Se errar, vai ser crucificado. Então pense na população do Estado como se fosse seu pai, a sua mãe, o seu filho, a sua esposa. Não meça esforços. Não meça esforços. Porque você sabe muito bem, não é uma gripe qualquer. Não é uma gripe qualquer! A coisa é séria! Nós estamos em guerra! Guerra é guerra! Guerra é guerra! Guerra, não tem tempo para pensar, não. Guerra não tem tempo para esperar 10 dias. É guerra! Agora o que eu tenho que ter é boa-fé na hora de comprar. Só isso. Mas é guerra! Se eu tiver de comprar essa água mineral, e ela custar R\$ 1,50, se eu puder chorar para ficar por R\$ 1,20, eu vou chorar, mas tem de comprar hoje. Porque o cidadão tem sede agora. Ele não vai matar a sede daqui a 10 dias. Ele estará morto. Vai adiantar alguma coisa para aquele taxista que já morreu? Nada? Já morreu! Ontem eu vi uma postagem de uma jovem na América do Sul, e ela falava o seguinte: "Meu pai, diretor

do Banco Santander (do Banco, desses grandes), morreu". Deixou tudo. Podia comprar, podia ir a qualquer lugar, podia pegar um jatinho, ir para qualquer lugar do mundo, mas morreu. O dinheiro ficou. Depois que morre, não tem mais jeito. Acabou!

Então é momento de reflexão. Nós temos dinheiro para gastar. Se tiver de gastar, gasta. Vamos trabalhar para ganhar e recuperar a economia. O que nós não podemos deixar é um pai de família, é uma criança, é um jovem, é um idoso morrer. Porque idoso também é gente. Eu já tive mãe idosa, já tive pai idoso, já faleceu. Mas quantos têm os seus pais e seus avós, que amam, que amam. Então, esse é o recado duro que eu quero deixar para vocês. Viu, Márcio? É um recado duro. Viu, Júnior? Aja! Quem tem voto é o Governador deste Estado, e quem será cobrado é ele, está certo? Quanto a esta Casa, pode contar com a Assembleia. Estamos juntos, estamos firmes. E queremos fazer a coisa correta, a coisa certa. Muito obrigado, Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Parabéns, Deputado Jair Montes, pela sua...

Deputado Cirone.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, rapidinho. Não vou ter nem uso da palavra. Você vai usar, vai perguntar? Não vou perguntar não, só em cima do que o Deputado Jair falou, que eu acho que ele teve muita coragem de falar. Esta Casa, da mesma forma que ela teve coragem de convidar o Secretário, inclusive eu falei isso na Comissão, e falei nos grupos dos deputados: a gente teve coragem de convidar o Secretário, o gerente de compra, o Márcio lá da Supel,

bacana. Mas eu também quero deixar uma observação, que é importante esta Comissão e os deputados também terem coragem de dar apoio ao Secretário, de dar apoio ao Governo. Muitas das vezes, igual o Secretário, eu vi que ele ficou meio constrangido de responder à pergunta do Deputado Jair. Se tiver interferência de órgãos fiscalizadores, que depois eles fiscalizem. O que não pode deixar é o povo sofrer.

Então, nós deputados também temos que ter coragem não somente de pegar a ponta mais fraca, que é o Secretário, que a gente tem coragem de chamar ele aqui e falar, mas também se precisar chamar o Tribunal de Contas, o Ministério Público, a Comissão, sentar e conversar e deixar o Secretário e o Governo trabalharem. Nós precisamos ter essa coragem e olhar para os nossos irmãos, para os nossos amigos eleitores. É isso, o recado que eu deixo para a Assembleia Legislativa. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES - Só para encerrar, tanto é que eu denunciei a festa e estou sendo perseguido. Eu estou recebendo, a todo momento, ameaça. Ameaça, dos *bad boys*, *gogo boys*, sei lá quem é, que fizeram a festa. Mas não tenho medo não, tenho medo não. Coisa pior eu já passei na minha vida. Então assim, para mim tudo é lucro, a partir de agora.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok. Obrigado, Deputado Jair. Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa tarde, Presidente, Deputado Ezequiel Neiva; o Júnior, Secretário-Chefe da Casa Civil;

Fernando Máximo; servidores da Saúde; Deputado Chiquinho; Marcelo Cruz; eu quero aqui fazer algumas ponderações. Eu, no início do meu mandato, eu fiz um compromisso com o Secretário Fernando Máximo, e vou cumprir esse compromisso que eu fiz com ele de não estar expondo nem o Governo nem ele, como Secretário, nem os servidores, fazendo *lives*, fazendo atos populistas para aparecer, para sacrificar alguém, para fazer um trampolim político. Mas eu falei com ele, fiz o compromisso que as minhas ações sempre seriam coerentes e cobrando diretamente a ele e à Secretaria. Hoje eu estou morando em Cacoal, onde nós temos o hospital HCR, que é o hospital regional, e o Heuro, que são a segunda macrorregião do Estado para atender em torno de 800 mil pessoas. Nós temos aí um ano e quatro meses de governo, e desde o início nós fizemos várias reuniões para minimizar os problemas daquela nossa região. E, desde o início - aqui fazer menção também ao Deputado Adailton Fúria, que participou de algumas reuniões -, nós temos alguns problemas na região, tanto estrutural quanto de pessoal, medicamento, de equipamento, de toda ordem, que nós temos alguns problemas lá. E faz-se reunião, faz-se reunião. Avançou em algumas coisas, mas, neste momento, em que Assembleia Legislativa com esse Decreto da Calamidade Pública, nós temos a oportunidade de arrumar algumas coisas, que servem tanto para o Covid-19 quanto para continuação do atendimento à saúde do Estado de Rondônia, dos nossos pacientes.

Em relação ao ar-condicionado: aquele Hospital Regional de Cacoal, ele tem mais ou menos 3 anos e meio que tem problema no ar-condicionado. Nós estávamos lá com o Governador numa reunião, dentro do Hospital Regional, e o ar-condicionado parou, numa sala de atendimento. Então, dentro da UTI para, dentro do consultório para, dentro das enfermarias o ar-condicionado não funciona. Segundo

relatos, que gasta R\$ 10 milhões para arrumar esse ar-condicionado. Então, nós temos a oportunidade agora, neste decreto emergencial de calamidade, conforme o Procurador falou, de arrumar isso. Diz que não estava encontrando empresa. Então, você justifica, vê quem é o fabricante, justifica e vai lá e contrata a empresa, e manda arrumar o ar-condicionado. Nós temos que começar pelo básico.

Eu falei essa semana para o Sérgio, que estava lá em Cacoal, que vem acompanhando isso desde o começo, o Dr. Sérgio, que nós temos que parar de vender fantasia para o povo de Rondônia. Fui cobrar algumas ações do Sérgio, ele veio falar: "não, Deputado, nós estamos fazendo aqui um alinhamento com o Sírio-Libanês, com o Albert Einstein, nós vamos ser referência no Estado". Eu falei: "Sérgio, põe o pé no chão. Vamos começar a fazer pelo alicerce. Vocês querem começar pelo telhado". Nós temos que primeiro é arrumar o ar-condicionado, colocar gente lá na porta do hospital para atender, assistente social, médico, atendente. Nós temos o Heuro lá, que tem dia que você vai lá, têm 300, 400 pacientes, Deputado Dr. Neidson. Uma sala vermelha com oito, nove leitos, atendimento para fazer as ocorrências, e tem dois médicos. Então, não adianta nós querermos pegar Albert Einstein, colocar quem que seja aí, se nós não tivermos um médico ali para atender. Então, nós temos que ponderar. Nós fizemos no concurso, Fernando, foram chamadas 100 pessoas para compor, reestruturar a organização do hospital Heuro e Regional. Foi suspenso porque eu entendo que as pessoas têm 60 dias, 90 dias e muitos desistem e você não consegue completar essa equipe. Vem desde o início do mandato tentando equipar esse hospital com pessoas e não está conseguindo. Mas aí nós fizemos um seletivo. E aí com pandemia e com tudo, mandaram cinco médicos para Cacoal. Eu não sei onde está essa conta. Se nós temos dois médicos fazendo plantão, isso porque lá atrás foi feito um acordo

com o município, o município abriu a UCS, iniciou-se 7 às 19, atendendo. Agora, nesse período, a UCS está trabalhando 24 horas no município, 7 dias por semana. Indo muito bem, atendendo em torno de 150 pessoas por dia, que já tirou lá de dentro da porta do Heuro. Essas pessoas estavam lá no Heuro. Então, o município junto com a faculdade, junto com a parceria do Estado, está fazendo essa parte, tirando as pessoas com febre, com não sei o que, com sintomas, resolvendo alguns conflitos lá. E aí nós temos que nos deparar com vereador, com pessoas da sociedade fazendo, diuturnamente, lá, lives reclamando que não tem remédios, que não tem EPIs. Aí a gente liga aqui para Sesau e a Sesau fala: "não, lá está tudo equipado". Aí você liga para o médico e fala: - você recebeu? - "Não, aqui não tem equipamento, não tem máscara, não tem isso, não aquilo, apareceu um aqui é a maior briga do mundo para pegar.". Os diretores, tanto do Complexo, que o João Henrique faz um trabalho excelente, de competência, Elisângela, o Alex, lá do Heuro, eles inclusive tentam proteger o Governo e eles estão certos, porque é o governo que paga eles. Eles não têm que externar os problemas internos da Administração para a sociedade, não precisa externar. Eles têm que procurar resolver esses problemas.

Então, o que eu quero pedir aqui, com muita sensatez à Secretaria de Saúde, que a gente comece a estruturar isso do alicerce. Não adianta o Sérgio vir falar para mim de Sírio-Libanês, de Albert Einstein se eu não tenho médico para pelo menos medir uma pressão para fazer a triagem das pessoas que estão lá na porta do Heuro.

Nós temos também a questão das ambulâncias. Realmente, o Deputado Fúria colocou uma emenda, ele reclamou muito para mim que tem um ano que esse dinheiro está lá e a Secretaria não consegue comprar uma ambulância. Nós temos

três ambulâncias, que tem ambulância lá com mais de 1 milhão de km. E aí, nós somos a segunda macrorregião. E muitas coisas estão sendo transferidas aqui para Porto Velho, lotando aqui tanto o João Paulo, o Cemetrôn, o HB, que a gente poderia fazer lá na região de Cacoal. Cirurgias, o centro cirúrgico que falta pouca coisa para arrumar. Os leitos que antes da pandemia lá no Heuro, tinham 10 leitos, só tinham 4 funcionando por falta de técnicos, por falta de enfermeiro.

Então, na verdade, nós precisamos do quê? É ter um planejamento disso. Quando eu falo que as coisas estão muito centralizadas, é porque está muito centralizada. E o Fernando, ele é uma pessoa, é um ser humano. Então, nós precisamos distribuir tarefas. Mas se você tem que dar a tarefa para a pessoa, a pessoa tem que cumprir essa tarefa. Você não pode colocar pessoas que você vai lá pergunta uma, duas, três vezes e as coisas não acontecem. Se não aconteceu, tira. Tira a pessoa. Mas a gente precisa ter essa organização. Se nós conseguirmos, que hospital lá, por incrível que pareça, Deputado Ezequiel, tem espaço ainda o Hospital Regional. Tem uma ala lá praticamente vazia, que era para fazer o neonatal e não feito. Então tem espaço, o que nós precisamos é organizar. No hospital, a tinta está saindo pelas paredes; nós temos lá, junto com ele, da parte do sangue, o Hemocentro que não funciona, falta de atendimento, falta de enfermeira e aí é uma briga. No RH da Sesau, por exemplo, pediram para estruturar a UCS, aí, ao mesmo tempo, tira esses funcionários da UCS. Você liga aqui, para você conseguir uma transferência de um enfermeiro é a maior dificuldade do mundo. Então, tudo isso a gente precisa realmente equacionar, ter pessoas que levem isso para o Secretário que ele não tem que estar fazendo coisas que um office boy faz, que um atendente faz. Ele está aqui para pensar nas coisas macros do Estado, ele está

aqui para pensar nas soluções do Estado. Se ele começar a fazer serviço de técnico, essa Saúde não vai melhorar. Então, nós precisamos de soluções. Então, a gente precisa ver essa questão das ambulâncias, se o Estado vai comprar ambulâncias, ver quantas ambulâncias vai comprar, vamos dar condições de comprar essas ambulâncias. Nós temos aí o Comitê de Crise, como o Secretário falou: o que nós estamos fazendo? Tem gente passando fome e nós temos aí Fundo da SEAS. O que a SEAS está fazendo? Já estou sabendo que não conseguiu comprar porque não tem fornecedor. Que atitude o governo vai tomar?

Recebo diariamente 10, 15, 20 ligações de pessoas coma vesícula estourada, com pedra no rim, não sabe o que fazer. Chega lá no hospital não tem atendimento, não tem encaminhamento, não tem nada. Você tem que ficar justificando, tentando falar com o diretor 10, 11 horas da noite porque não tem uma organização do que fazer com esses pacientes. "Ah, nós estamos esperando o Covid". Mas o cara vai morrer, então, com rim estourado? Vai morrer com vesícula estourada?Vai morrer com a hemorroida estourada?Igual um cara me liga: "Bicho, eu não consigo mais, o que eu faço? O médico falou: não, tem que esperar o Covid, você tem que voltar aqui em agosto". Ele falou: "eu estou desde quinta-feira sem comer, com medo da hemorroida" (dele). Então, esses casos que a gente tem que ver. Nós temos que ter alguém para escutar isso e ajudar o Fernando a organizar essa Saúde do Estado de Rondônia. Senão nós vamos ficar aqui chamando ele em Comissão, Deputado Dr. Neidson,e essas explicações vazias: "estamos vendo", não é? Então contrata, se não tem condição. Ele não arrumou uma solução para a urologia? Vamos contratar para as demais coisas, para os cardíacos, para urologia, para os rins, para quem seja. Não sou médico, não sou especializado.

O problema é que nós recebemos, nós aqui somos a caixa de ressonância da sociedade. Então, nós precisamos pensar realmente nesse Comitê, o que nós vamos fazer com a questão das pessoas que estão passando fome em casa. Eu liguei para o Júnior, sobre o Decreto do Estado de Rondônia. Nós temos uma peculiaridade aqui no Estado de Rondônia, na questão das empresas. As pessoas estão ligando mais pelo psicológico, pela necessidade de voltar a trabalhar, com medo de não ter o que levar para casa na semana que vem, do que com medo daCovid-19.

Então, nós temos que ver com esse Comitê. Não adianta, também, a gente sentar com o Ministério Público, Defensoria, Tribunal de Justiça, igual nós, que ganhamos R\$ 30, 40 mil reais por mês, e querer decidir a vida de quem ganha R\$ 1.500,00 por mês e não sabe, semana que vem, se tem esse emprego. Então, nós precisamos realmente dar resultado disso. E aí, 95% das pessoas no Estado de Rondônia vão por conta própria, caminham por conta própria.

O Governo Federal já está vendo essa necessidade do Brasil ter várias maneiras de pensar: como é que nós vamos tratar nossa economia, como é que nós vamos tratar nossos doentes. Então é isso que nós precisamos ter soluções; nós precisamos pensar o que fazer com o Estado de Rondônia. Não é simplesmente "vamos fechar", não saber como é que as pessoas vão trabalhar amanhã, como é que as pessoas vão comer amanhã. Imagina você fechar uma empresa; uma concessionária hoje deve ter de 30 a 40 funcionários **(falha no áudio)**, a segurança de ter pelo menos seu emprego garantido, que a empresa está aberta, pode atender uma garantia, pode atender uma fábrica, uma coisa nesse sentido. As pessoas vão se sentir mais confortáveis.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Para concluir, Deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Então, para concluir, apesar de que eu vou falar um pouquinho mais ainda, Deputado, que eu vim lá de Cacoal aqui, andei 600km para participar desta reunião. E nós precisamos, Márcio, na Supel, os municípios pequenos não sabem o que fazer. Nós precisamos distribuir máscara neste Estado. Pode ser essas máscaras feitas aí; nós temos aqui em Rondônia várias indústrias; comprar máscaras, a máscara reutilizável, para que as pessoas possam lavar, que daí as pessoas saem na rua, para ter se cuidado.

Mas nós precisamos criar um mecanismo, junto com a Procuradoria, a CGE, a Supel, onde as pessoas saibam comprar. Os municípios não sabem como comprar. O prefeito quer comprar, a Supel fala: "não, não pode comprar, que você tem que fazer licitação". Licitação vai levar 30 dias. Então, eu acho que nós teríamos que ter uma ata disso, para dar esse suporte aos municípios pequenos.

Parabenizar mais uma vez a Secretaria pela sensibilidade desse dinheiro que veio do Governo Federal, mais de R\$ 9 milhões, de distribuir para os pequenos municípios. Os municípios estão passando por muitas dificuldades e aí eles têm condições, pelo menos, de comprar as máscaras, de comprar o álcool em gel, de fazer uma cesta básica, sei lá, algumas coisas nesse sentido para atender essa população. Então fica aí a nossa ponderação em relação a isso.

Acredito que o Estado, na questão do hospital de campanha, se não tem condição de montar um hospital de campanha, alugue um hotel, alguma coisa. Porque, você vê, vai fazer o hospital, a maioria para leito, porque vai

trazer 10 leitos de UTI, o resto é para as pessoas ficarem. Então em vez de um hospital de R\$ 20, 30 milhões, aluga um hotel por R\$ 100, R\$ 150, R\$ 100 mil, e tem os leitos disponíveis, também. É uma possibilidade. Então, tudo isso nós temos que encaminhar e descentralizar. Não adianta a gente querer pegar gente de Cacoal, trazer para cá, daqui levar para lá. A gente tem que achar soluções nesse senso que nós temos. Então fica aí, Fernando, a dica, e vamos aproveitar essa oportunidade que a Secretaria tem e estruturar os nossos hospitais, Regional de Cacoal e o Heuro e os hospitais aqui de Porto Velho, porque só assim a gente vai conseguir fazer esse enfrentamento da Covid-19. Obrigado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Obrigado, Deputado Cirone, pelas suas perguntas e considerações. Deputado Chiquinho. Deputado Jhony.

Pois não, Deputado Jhony, pode proceder às suas perguntas.

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, algumas ponderações e, se o Fernando puder até nos auxiliar nisso, também, serei muito breve, até mesmo pela extensão da reunião. Peço desculpas não ter podido ficar na tarde de ontem, tinha alguns problemas pessoais para resolver em Ji-Paraná. Mas, de antemão, já parablenizo a Comissão que está aguerrida, está acompanhando bem os trabalhos, bem como o Júnior Gonçalves e Fernando Máximo. Este último, Secretário, o qual a gente fica até umas duas da manhã muitas vezes conversando sobre a Covid, atualizando o site mundial sobre o mesmo. Então parablenizo, viu, Fernando, pelo retorno tem nos dado sempre que solicitado.

Fernando, uma dica inclusive, uma recomendação a qual o Deputado Cirone Deiró acabava de falar, as máscaras reutilizáveis. Nós temos aí a parceria - e neste momento até coloco novamente - que seria a possibilidade junto da Sejus, do Ministério Público, do conselho da comunidade e do Judiciário, a utilizar a mão de obra do apenado para que pudesse fazer essas máscaras, bem como servir aí a segurança pública que, neste momento, está trabalhando, diuturnamente, sem a proteção desses equipamentos individuais.

A segunda situação é sobre o Hospital de Guajará-Mirim. Nós falamos aí, somos favoráveis, realmente, ao Hospital de Campanha, mas queremos ver o compromisso seu, neste momento, de que primeiro vamos tentar estabelecer a ordem ali para aquele hospital de Guajará-Mirim, de algo que vai perpetuar, que vai ficar aí para as próximas gerações e eu acredito que ficará, inclusive, muito mais barato.

A outra situação, nós sabemos que em mais de um mês de Covid, nós temos aí, 900 testes, aproximadamente, feitos, dentro do Estado de Rondônia; entre aqueles que foram descartados, aqueles que estão em análise e aqueles que deram positivo. Fazendo esse cálculo, Fernando, nós temos aí 4 mil e 800 testes rápidos, que o Governo Federal disponibilizou ao Governo do Estado. Sabemos que tem todo um protocolo, que é para a linha de frente, primariamente. Mas sabendo que, foi dito agora, anteriormente, que temos 100 mil testes rápidos para chegar, solicito que você autorize os outros polos, que seriam: Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena a utilizarem esses testes rápidos para outras pessoas também. O teste sai mais rápido. Nós sabemos que a prevenção, nesse sentido, com certeza, a gente vai atuar e vai prevenir que a pessoa retorne ao seu lar com essa

doença. Então, esses testes rápidos, que pudessem ser utilizados, também, não só para a linha de frente, bem como para a sociedade. Porque se seguir na mesma linha de raciocínio de 900 testes, mais de um mês, nós teríamos testes aí para 5 meses. E nós sabemos que vai chegar, nos próximos dias, os 100 mil testes, para que nós pudéssemos disponibilizar esses testes rápidos para toda a comunidade, em especial as cidades polos aí, como Ji-paraná, Cacoal e Vilhena.

Com relação aos equipamentos de proteção individual, e aí, em conversa, inclusive, com o Presidente da Comissão - parabenizo, viu Deputado Ezequiel Neiva -, a Polícia Militar, a Polícia Penal, Bombeiro Militar e a Polícia Civil estão trabalhando diuturnamente sem equipamentos de proteção individual. Então, que nós possamos aí, Fernando, o mais rápido, dar essa resposta a esses profissionais que estão na rua, porque eles já fizeram um compromisso, no passado, de servir e proteger a população, mesmo com sacrifício da própria vida. Só que, trabalhar sem equipamentos de proteção individual, já não é mais um combate, aí é um suicídio!

Então, nós, como representantes do povo, neste momento, deixamos aí, a público, pela 4ª vez, essa reivindicação para que nós possamos atender a Segurança Pública que está na rua, trabalhando, coibindo o crime e não tem proteção individual neste momento.

E a outra situação, Fernando, é sobre os concursados. Bem falado pelo Deputado Fúria, nós temos alguns atendimentos que ficarão acumulados porque, como foi dito por Vossa Excelência, neste momento, vários atendimentos foram aí, cancelado, como cirurgias, por exemplo. Quando essa pandemia passar, creio eu em Deus, que será em breve, nós teremos aí uma fila imensa. Sabemos que, primeiramente,

foi dado preferência ao seletivo, pela brevidade, pela celeridade, mas qual é o pedido neste momento? Aquele pedido que os deputados já fizeram, a Comissão também já fez. Já em segundo plano, Fernando, nós podemos estar chamando aquelas pessoas que passaram no concurso público e estavam esperando. Aquele Decreto foi cancelado. Por quê? Porque quando a pandemia passar, nós vamos precisar dessa mão de obra. Então que nós possamos aí, sair na frente, e já fazer essa contratação desses profissionais. É o tempo que eles têm para regulamentar os seus documentos, que leva aí, em torno de 45, 60 dias. Então, ou seja, termina a pandemia, e nesse mesmo momento a saúde pública do Estado de Rondônia vai estar preparada para colocar a casa em ordem, porque nós sabemos aí que há uma fila enorme de atendimentos que deixaram de ser feitos, até para a prevenção do Covid.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Para concluir, Deputado.

O SR. JHONY PAIXÃO - E para concluir, Presidente, deixo também, viu Fernando, neste momento, celeridade, meu irmão, nós podemos auxiliar. Eu coloquei emenda para uma ambulância, mini UTI, aqui para o município de Ji-Paraná, pois, é município este que atende 17 municípios. Então, neste momento, eu quero um atendimento especial para esses municípios e dando celeridade aí na compra dessa UTI, dessa mini UTI para o município de Ji-Paraná. Obrigado, Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok, Deputado Jhony. Obrigado por suas colocações, ponderações. Não sei se o Secretário quer... Dois minutos, Secretário, para o senhor responder o Deputado Jhony.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Deputado Jhony, então, os testes rápidos, a gente já disponibilizou. Tínhamos conversado naquela madrugada, por telefone, eles já foram disponibilizados para os municípios, acredito que já tenham sido distribuídos. O Cosems já distribuiu para todos os municípios aí. A priori, a Portaria do Ministério da Saúde diz, a regulamentação diz que é para fazer só para os profissionais de saúde, de segurança e parentes desses. Agora, assim, minha opinião particular, 4.800 testes, eu não acredito que tenha 4.800 policiais e agentes da segurança, bombeiros, defesa civil e da saúde e familiares com sinais e sintomas. Então eu acho assim, que, o bom senso deve prevalecer. Esta é a situação. E daqui a pouco estarão chegando os nossos testes, com fé em Deus amanhã chega em São Paulo e a gente, em breve, vai estar mandando buscar e, aí, a gente vai conseguir distribuir, fazer com mais..., abranger muito mais pessoas. O próprio Ministério da Saúde diz que essa semana ainda envia mais um número de testes para a gente.

Quanto aos EPIs, a gente tem fornecido. A gente não tem conseguido para a PM, para as Polícias, Segurança. A gente não tem conseguido fornecer - Bombeiro também -, a gente não tem conseguido fornecer em grande quantidade, até porque está chegando para a gente em pequenas quantidades também. Mas a gente até passou agora um quantitativo, que o próprio Tribunal de Justiça doou para a gente 10 mil máscaras, a gente passou todas para a Segurança Pública, e a gente tem passado gradativamente pequenas quantidades, até

por isso mesmo. Não está chegando estoque em grande quantidade, está chegando em pequenas parcelas.

Quanto à questão do concurso, é aquilo que a gente já havia conversado. E aí o Deputado Cirone já tocou aqui no assunto também. A gente havia chamado um pessoal do concurso, entretanto tem aqueles prazos legais. Quando chama uma pessoa no concurso, ele tem 30 dias para apresentar documentos e depois mais 30 dias para tomar posse. E muita gente, a maioria das pessoas, usa um prazo médio de 45 dias nesse prazo. E para a gente não daria, porque a gente está precisando de gente para tomar posse em 24 horas. Aí, a Procuradoria pegou e se manifestou, que a gente deveria adiar essa convocação para depois da pandemia e, agora, durante a pandemia, que a gente contratasse temporário. E realmente foi uma coisa bacana, porque a gente chamou, deu 24 horas para se apresentar com documento, e mais 24 horas para tomar posse. Já estão trabalhando. Chamamos 274 pessoas, das quais 54 são médicos, e boa parte deles já começou a trabalhar. Então, teve essa vantagem. Agora, ficou adiado por recomendação da PGE, que a gente, depois da pandemia, volte a chamar os concursados.

Quanto à questão da ambulância, eu vou correr atrás, Deputado. Nós estamos agilizando essas ambulâncias com os municípios, todas que estavam aqui. Inclusive fizemos uma força-tarefa para viabilizar uma para Novo Horizonte, do Deputado Ismael Crispin, e a do senhor também. Eu não estava sabendo ainda, mas agora vou pedir para o pessoal agilizar lá, para que a gente possa entregar o mais breve possível essa ambulância do senhor.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok. Obrigado, Doutor. Deputado Chiquinho.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Deputado Ezequiel, eu só me esqueci de fazer uma pergunta.

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Só uma pergunta. Igual esse caso... Fala, Deputado Jhony.

O SR. JHONY PAIXÃO - Secretário, nós podemos, como parlamentar, ratificar o que o senhor acabou de dizer com relação aos testes rápidos, tendo com que libere para os Secretários Municipais essa autonomia para fazer o teste rápido para a população, e não só para a linha de frente?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Como tem uma Portaria do Ministério da Saúde, a gente não pode desobedecê-la. Mas espera poucos dias a mais que vai chegara nova remessa, e vai chegar os nossos também, aí a gente vai poder fazer à vontade. Mas eu, particularmente, eu acho que a Portaria, não tem como eu desobedecer a uma Portaria do Ministério da Saúde. Entretanto, eu acho que não tem esse número todo de pessoas para fazer. Mas aguarda poucos dias a mais, que a gente resolve essa não sei criar conflito com o Ministério.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Além de não ter tantos suspeitos, não tem tantos exames assim também.

Sim, Deputado Cirone, rapidinho para o Deputado Chiquinho fazer a dele.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Desculpa, Deputado. Só para terminar de responder, só um segundinho. A Amanda acabou de me falar aqui, a diretora-executiva, que hoje mudou a Portaria já. Nem sabia, deve ter sido agora à tarde. E já acrescentou, qualquer pessoa idosa já pode fazer. Quer dizer, já ampliou um pouquinho, já é vantajoso, já é alguma coisa. Pelo menos o grupo de risco.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Já vai facilitar.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Hoje teve um caso confirmado lá no Hospital Regional de Cacoal, e a pessoa foi de Ji-Paraná. Essa conta aí, essa pessoa, ela vai, que foi diagnosticada lá em Cacoal, mas ela é de Ji-Paraná, como é que a Secretaria vai...

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - A estatística?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Estatisticamente. Fica para Cacoal ou para Ji-Paraná? A pessoa é de Ji-Paraná e foi atendida lá em Cacoal, está internada lá, e foi confirmado.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Foi confirmado, caso positivo, não é?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Positivo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Está internado lá...

O SR. FERNANDO MÁXIMO - É pelo município de residência dele. Assim...

O SR. CIRONE DEIRÓ - Porque o município de residência deve ter mandado isso. Porque às vezes a gente computa em Cacoal, computa em Ji-Paraná, e aí, como é que faz?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Foi coletada a amostra dele em Ji-Paraná ou em Cacoal? Você sabe?

O SR. CIRONE DEIRÓ - A amostra foi coletada em Cacoal. Porque já saiu aqui... Eu estou perguntando isso porque já saiu aqui no sistema de jornalismo aí que é um paciente de Cacoal. E na verdade esse paciente é de Ji-Paraná, e está internado em Cacoal.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - A notificação vai ser uma só.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Deixa eu só perguntar de novo que eu não ouvi resposta. Foi coletada a amostra dele em Cacoal ou em Ji-Paraná?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Ele é de Ji-Paraná. Ji-Paraná encaminhou ele para Cacoal. Está internado lá no Hospital Regional, coletaram amostra dele ontem, mandaram aqui. Confirmou com Covid-19, lá dentro do Regional.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Coletaram em Cacoal?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Coletaram em Cacoal.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Olha só, eu acredito que deveria ser Ji-Paraná, que é o município de origem. Mas, se a gente for analisar os dados recentes de Rondônia, o primeiro caso de Rondônia é um cara que mora em São Paulo. Pelo fato de ele ter coletado em Ji-Paraná, o Ministério da Saúde mandou registrar em Ji-Paraná.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ele foi positivado em Cacoal, então...

O SR. CIRONE DEIRÓ - É positivado de todo jeito, não é, Deputado Ezequiel?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Pode ser que o Ministério mande registrar, a orientação seja para registrar em Cacoal. Não tenho certeza. Em minha opinião, como ele é de Ji-Paraná, deveria ser... Ele mora em Ji-Paraná?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Deputado Chiquinho, vamos lá, meu querido. Senão nós vamos sair daqui de noite.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Boa tarde a todos. Quero aqui saudar o Secretário de Saúde, Fernando Máximo, o Júnior Gonçalves e todo o pessoal da Saúde, aqui a Flora, da Agevisa, o Márcio, da Supel, nosso colega, os nossos colegas deputados.

Fernando, você já fez uma projeção desse hospital de campanha em relação ao número de pessoas que estão adoecendo? Porque dá para você fazer um cálculo, que o Ministério da Saúde está fazendo isso, não é? Procura um matemático e faz isso para chegar ao número. Agora, Fernando, eu gostaria que esses hospitais fossem também levados para o interior. Não ficar só aqui na capital. Porque trazer esse paciente para cá, trazer lá de Vilhena, por exemplo, para cá é um transtorno danado. E talvez fiquem muito mais caro para a Saúde do que você ter lá em Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes, e aqui Porto Velho.

Fernando, eu gostaria que você fizesse o máximo para interiorizar esses hospitais. De repente, não precisa de 200 leitos, 100 leitos resolveria se você colocasse lá pelo interior, dividisse, até porque você não vai ter gente também para atender todo mundo aqui.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Eu posso responder essa já?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Pode.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Na verdade Deputado, é assim. Essa doença, cerca de 85% dos pacientes vão ficar curados em casa tomando medicamentos como Dipirona, Paracetamol e isolamento. Para 85% das pessoas é como se fosse um resfriado. Escorreu o nariz, tossiu, uma febrezinha, vai ficar curado em casa. 15% vão precisar de internação. Dos que vão ser internados, 2/3 vão ficar em hospitais simples mesmo. Eles vão internar porque ele estava com um pouco de falta de ar, tem que colocar um cateterzinho de oxigênio no nariz, dois, três dias, um soro, um medicamentozinho ali, um apoio do médico, do enfermeiro, vai para casa. Então, 2/3 desses pacientes que vão ser internados, vão se internados lá em Cabixi, lá em Cerejeiras, em Colorado, em São Francisco, São Miguel, vão ser internados em seus próprios municípios, vão passar dois, três dias internados, quatro dias, no máximo, e vão para casa curados. O problema é 1/3 dos pacientes. Esse 1/3 dos pacientes que se internam, esses ficam graves. Dos 15% que foram internados, 1/3 fica grave. Aí esses vão precisar de UTI, intubação, ventilador mecânico, uma parafernália de coisas. Esses aí, a gente não consegue mantê-los no interior, esses vão ter que manter Cacoal e Porto Velho mesmo. Claro, depois se precisar tem Ji-Paraná, têm outras coisas que a gente pode tentar ver, até hospitais privados. Entretanto, a priori é Cacoal e Porto Velho. E a maioria das cidades do interior, praticamente todas as cidades do interior tem seu hospitalzinho que vai conseguir ter ali 5 leitos, 10 leitos reservados para atender esses pacientes que vai ficar 2, 3

dias internados e vai para casa. Então, por isso que não há essa necessidade. Hoje sobram leitos demais em Rondônia. A grande maioria...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - No interior, não é?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - No interior. Inclusive, lá na região do senhor, Colorado, Cerejeiras, tudo tem leito 'pra caramba' sobrando nos hospitais, que dá para atender esse paciente, que é um atendimento que precisa internar, mas é baixa complexidade, não tem muita coisa que precisa de equipamento, para atender esses pacientes. Estou falando de 2/3 dos internados, os demais vão para as UTIs.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Em cima disso aí, o senhor sabe mais ou menos, fazer uma projeção ou não?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Uma projeção de?

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - De quantos vai precisar de leitos aqui em Porto Velho, por exemplo?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Então, nós calculamos uma necessidade de, aproximadamente, 200 leitos. Porque pode precisar de um número maior, mas você não precisa de tudo de uma vez. A epidemia dura três meses, então nesses três meses o cara fica 5 dias internado, ele já sai, já entram

outros 5, mais 5, mais 5. A cada 5 dias você tem uma rotatividade.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Não, beleza. Tem um hospital em Manaus, acho que é Samir, se eu não me engano, o nome do hospital particular.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Samel.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Samel, que passou um vídeo que está tendo bons resultados sem ter que levar para a UTI. O senhor já pensou em mandar uma equipe lá verificar essa situação como é, ou mesmo o senhor pegar um avião e ir lá rapidamente.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Eles construíram um protótipo lá dessa câmara de oxigênio. Quando eles lançaram o vídeo na internet, em menos de 24 horas o nosso já estava pronto em Porto Velho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - O senhor já tem aqui também?

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Nós já fizemos lá na AMI. Fizemos 1, fizemos 2 e estamos fazendo mais. Em menos de 24 horas.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Uma boa notícia. Os outros deputados já fizeram aqui várias coisas, essa questão de Guajará-Mirim e a gente gostaria que aquele hospital fosse terminado.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Nós também, Deputado. É um anseio nosso que termine o hospital de Guajará-Mirim.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Eu acho que a Assembleia ficaria muito feliz de ver aquele hospital funcionando. Porque é uma cidade antiga, onde o povo precisa. Tem duas grandes cidades ali: Nova Mamoré e Guajará-Mirim. Tem bastante dinheiro público gasto ali e gostaria que aquilo fosse resolvido. Porque, Fernando, o que a gente pensa é em você montar uma estrutura para poder flexibilizar a situação econômica, a gente tem que ter uma garantia de saúde para poder fazer isso. Eu sou ligado à vida, primeiro a vida, depois economia. Mas a gente não pode ficar muito tempo fechado, essa situação que está aí hoje. Para isso vocês têm que montar uma estrutura, até para dar garantia ao Ministério Público, ao Tribunal de Justiça, que questiona essa situação, para poder a gente começar a flexibilizar a questão do comércio, enfim, para dar uma garantia que estamos fazendo as coisas com muita prudência e muita responsabilidade. Então seria nesse sentido.

Então Fernando, eu quero te dizer o seguinte. Eu tenho uma amizade boa contigo, te admiro, acho que vocês da Saúde estão fazendo um bom trabalho. Agora, você está vivendo um momento importante, que o povo está vendo a necessidade da Saúde. Eu acho que é o momento de você montar uma estrutura boa de saúde aqui para o Estado de Rondônia, porque a sociedade está vendo a necessidade, que muitas vezes não

via e hoje está vendo a necessidade de se fazer muito mais pela Saúde. Tanto a sociedade como os políticos. Eu acho que o senhor está vivendo um momento muito importante para isso.

Então, seria mais ou menos isso. Não seria tanto um questionamento, o senhor já respondeu a maioria das perguntas que eu poderia fazer aqui.

Eu queria fazer também Júnior, duas situações para o senhor, que o senhor anotasse isso e levasse. A Seas, eu acho que não está agindo em nada, em meu ponto de vista. Porque lá no Rio Pardo, lá em um colégio, e até, Fernando, você pode mandar lá, porque é uma questão de, estão tudo lá, foi um pessoal que foi retirado de uma Reserva e se encontra lá no colégio; e a Seas se comprometeu - até judicialmente com o juiz federal - de comprar uma cesta básica e até hoje não comprou nada. Isso foi em novembro. E até hoje não comprou nada.

A outra situação, também - já falando da Seas -, a questão do restaurante. Tanto que a gente vem cobrando, cobrando, e isso não sai do papel, isso não se resolve. E é muito importante o restaurante, tanto daqui da Zona Leste, como da Zona Sul, como também de Ji-Paraná. Eu acho que isso, temos que aproveitar e botar para funcionar.

A outra coisa que eu recebi hoje, Júnior, é que lá em Calama nós temos uma infovia, dois pontos de infovia. Um que é no comércio lá, que tem um posto da Caixa Econômica, onde o povo paga tudo ali e tira um dinheirinho para viver ali; é o único que tem; e outro na Emater, que é da comunidade ficar ligada ao mundo pela internet. E me chegou hoje que fechou, sexta-feira, essa infovia de Calama. Eu gostaria que você tomasse as providências. Até liguei para o Coronel que mexe com a infovia, mas até agora ele não me

deu resposta; isso foi de manhã. Para que não fechasse esse contrato que tem com a Oi, que colocou esses dois pontos, que é muito importante para aquela comunidade. Porque ali atende Demarcação, atende Terra Firme, atende Catarino, atende a comunidade do Rio Preto e tantas outras comunidades ali. Então a gente não pode fechar aquilo. Eu não sei se foi por falta de pagamento ou por falta de contrato, que venceu, eu não sei. Então gostaria que você tomasse essas providências.

Então seria isso. Queria aqui agradecer o pessoal da Saúde e dizer que a Assembleia é parceira da Saúde. A gente convocou vocês aqui hoje porque entendemos da necessidade de até ajudar vocês naquilo que o Deputado Jair falou. Tem alguém que está atrapalhando? Entendeu? A gente quer ajudar. Além de fiscalizar, nós queremos ajudar, porque queremos ver uma saúde boa para a sociedade.

Nosso muito obrigado a todos.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Ok, Deputado Chiquinho, parabéns por suas ponderações. Eu quero conceder um aparte aqui para o Chefe da Casa Civil, que nos dá a honra de estar aqui por longas quatro horas.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR - Quero agradecer o convite. Em nome do Presidente da Mesa, quero cumprimentar todos os deputados aqui presentes; quero cumprimentar, em nome do Secretário de Saúde, todos os membros do governo que estão aqui. E, Deputado Chiquinho, vou levar essas demandas, sim, para a Secretária.

É muito importante trazer alguns pontos que a Seas está fazendo. Um dos pontos é que ela tem um projeto de

compra de cestas básicas. Porém, nesse projeto de compra de cestas básicas, o volume e a demanda dos supermercados, de todos os prestadores de serviços, eles não tinham o volume necessário para atender essa demanda de 20 mil cestas. Então, não estava conseguindo fazer essa compra nesse volume. Optou-se pelo cartão alimentação. Esse cartão alimentação, inclusive está aqui para aprovação, já desde a semana passada. E a partir dessa aprovação, a Secretária já vai conseguir atender aos autônomos, que estão sendo afetados por esse fechamento. Muitas vezes, a gente está sofrendo muito, porque queremos regular um pouco mais essa questão. Mas ontem saiu uma ordem judicial, inclusive, assegurando a flexibilização, o ajuste do Decreto junto aos municípios. Isso nos deu 24 horas, foi recorrido agora, mas nós estamos vendo aí um impacto muito grande, do fechamento de estabelecimentos comerciais, e pessoas autônomas, muitos passando fome, passando necessidade. O pessoal fala que R\$ 600 reais vão suprir, mas você pega que são pessoas autônomas ganhavam aí R\$ 2, R\$ 3 mil; você pega um cabeleireiro, você pega uma pessoa, eles têm uma renda e o boleto continua, as contas continuam e a cobrança vem.

Graças a Deus os próprios deputados agiram rápido em algumas leis segurando isso, segurando o protesto, segurando algumas coisas para amenizar. Mas a Secretaria está com essa política; está com a política de transferência de renda, também. Então, ela vem com vale-alimentação, vem com a transferência de renda; vai atingir praticamente 30 mil pessoas; já iniciaram o cadastro; e está vivendo só essa parte administrativa - são sete dias para chegar o cartão e começar a distribuição juntamente com os senhores em cada região. Nós sabemos que também isso é uma parte de indicação de alguns parlamentares e nós estamos trabalhando em conjunto com os senhores.

Então, a Secretaria está andando, só que é um momento de calamidade em que o fornecimento ficou difícil para todo mundo. E nós estamos vendo aí que...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Mas essa cesta básica que eu falei, também, lá do Rio Pardo, é desde novembro do ano passado. São cento e poucas cestas básicas. Quer dizer, não justifica, não é?

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR - Essa demanda eu vou levar para ver o que aconteceu. Mas dentro do processo da Covid-19, da calamidade; inclusive ela fez um movimento, ontem ela recebeu, a Seas recebeu 50 mil máscaras de pano; doação de um movimento que foi feito com os empresários industriais. Então, assim, ela está trabalhando firmemente.

Eu vou levar esses detalhes para poder fazer o ajuste, mas é como eu digo. É um momento em que o rito administrativo tem de ser respeitado. Nós temos de trabalhar com a segurança, com a transparência, tem que agir rápido, como o Deputado Jair falou, porque a fome não espera, o desespero das pessoas que estão desamparadas, muitas não têm um pai, não têm uma mãe. Só têm o Governo, só tem os entes políticos para poder ajudá-los. E este é o nosso papel. E a Secretaria de Assistência Social está fazendo um trabalho muito bom em cima disso. Ok? Talvez não com a celeridade que se precisa por causa do rito administrativo público mesmo, porque não é aquilo que a gente queria. Queríamos ser mais rápidos, mas nós temos que aguardar alguns ritos.

E desde já eu conclamo a própria Assembleia para ajudar na apreciação desse PL da própria Seas para a gente atingir aí, o objetivo mais rápido ainda. Eu agradeço.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Você já sabe, Júnior, o valor desse cartão? Já tem uma previsão, não?

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR - Já. A transferência de renda são 3 parcelas de R\$ 200, então dá R\$ 600, e a cesta básica era de R\$ 140 e pouquinhos reais. Eu só não sei quanto ficou no vale-alimentação.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Vai ter o vale-alimentação, a pessoa vai ao supermercado e compra a cesta básica.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR - Isso. E Compra.

O SR. CIRONE DEIRÓ - E as pessoas têm de procurar a Secretaria de Assistência Social de sua cidade para fazer esse cadastro?

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR - Isso. As CRAS. Isso daí.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Não se esqueça do Calama, tá?

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR - Já está fazendo.

O SR. JAIR MONTES - Ah, boa ideia, boa iniciativa!

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR - E fica aberto a cada deputado que quiser fazer a indicação, a Secretaria está aberta.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Não, tranquilo. Para mim, a questão de Calama, lá, porque é muito importante os pontos, lá para a Calama, tá? Não se esqueça disso, tá? É o único caixa que tem lá, é da Caixa Econômica. É o único.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu acho que foi uma saída assim, bastante sábia, Deputado Chiquinho, porque a logística de levar essas cestas básicas aos 4 cantos do Estado, não podendo andar, e a pessoa recebendo seu vale-alimentação, vai ao mercado e compra o que precisa, não é? Parabéns. Parabéns pela atitude aí. Nós temos que achar soluções.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Muito importante. É viável! É viável e rápido. É atitude rápida e importante.

O SR. JAIR MONTES - Mas pode usar... Só o mercado ou farmácia também?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Senhores, nós vamos partir para o encerramento.

O SR. JOSÉ GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR - Os dois, na transferência de renda. O vale-alimentação, só para alimentação.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Nós vamos partir para o encerramento da nossa reunião.

Eu tinha também algumas ponderações, algumas perguntas a serem feitas, mas elas já foram feitas por alguns dos parlamentares que me antecederam e já me dou, também, por satisfeito. Mas ao Márcio, da Supel que está aqui, a gente sabe, Márcio, que quem regula o mercado é justamente a oferta e a procura. E neste momento aí de muita procura e pouca oferta, a Supel está tendo uma grande dificuldade, a própria Secretaria de Saúde está com dificuldades para adquirir os produtos que o Estado tanto está precisando.

Mas ao senhor Secretário de Saúde, nosso amigo Fernando Máximo, obrigado pela compreensão, foram 4 horas de reunião - eu quero lhe dar um conselho aqui, vários já deram aí, mas, conselho de Jetro, quando viu Moisés, lá, sobrecarregado, com aquela porção de atribuição e ele sozinho não estava dando conta. Eu sei que você tem uma equipe muito boa que está trabalhando muito, por sinal, mas, quem sabe não dá para melhorar um pouco mais a equipe aí, para que as coisas possam fluir muito mais ainda e facilitar a vida sua, como gestor, e do Governador, que está recebendo aí algumas críticas, da própria Assembleia e os deputados da Comissão; nós vamos estar lá, na Secretaria de Saúde, de vez em quando, questionando a sua equipe,

questionando o próprio Máximo, questionando o Dr. Maxwell, que é o Procurador lá, responsável, também, que ajuda, que dá os pareceres pelas compras; e os deputados vão estar lá, de vez em quando, lhe cobrando e questionando.

Nós vamos encaminhar outros ofícios depois, semana que vem, com certeza; talvez na sexta, no máximo, chegará as suas mãos. Eu vou ter o capricho de, além de mandar, via documento, tirar uma foto e mandar no seu WhatsApp, também, para que o senhor possa tomar conhecimento, como também para o Júnior, Chefe da Casa Civil. E vocês, já cientes desse pedido de informação, possam passar, entregar e determinar aos seus subordinados a resposta o mais rápido possível, o mais célere possível, para chegar aqui a esta Casa de Leis, a nossa Assembleia Legislativa.

No mais, quero agradecer a presença, então, do Júnior, Secretário da Casa Civil; ao Secretário Fernando; ao seu Adjunto; Dr. Maxwell, toda equipe aí da Saúde, a equipe do Comitê, ao Major; estou vendo dois maiores ali, um da Polícia Civil, outro do Bombeiro. Quer o hospital também, o de Guajará, será?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Esse Guajará-Mirim é forte, também, hein?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - A equipe da Assembleia que se fez presente, até o momento. Os deputados, Deputado Dr. Neidson, Deputado Jair Montes, Deputado Chiquinho da Emater, da Comissão; Deputado Cirone Deiró, que veio de Cacoal para participar, Deputado Laerte esteve presente, Deputado Jean, Deputado Marcelo Cruz, Deputado Jhony, que participou, Deputado Fúria, também. A

todos que estiveram presentes, participando, espero que vocês saibam e compreendam esse papel da Assembleia Legislativa, que é justamente, também, de fiscalizar e, como poder constituído do povo, também, ajudar...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - O Deputado Geraldo da Rondônia também participou.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - O Deputado Geraldo, a gente acabou, ia dando aparte para ele, ele acabou não esperando e não pôde fazer a pergunta. Mas, no mais, obrigado a todos e está encerrada a reunião.

(Encerra-se esta reunião às 18 horas e 03 minutos)

(Sem revisão dos oradores)